

2015

REVISTA TESSITURAS
Nº 06

Sumário

- Editorial.....03
- Mão de Luva: História e Lenda
Jorge Miguel Mayer.....04
- Interesses Escravistas na Formação da Colônia Suíça da Vila de Nova Friburgo. 1820-1850
Rodrigo Marins Marretto.....20
- O Cotidiano da Morte e o Morrer protestante na Vila de São João Batista em Nova Friburgo a partir de um cemitério luterano entre 1819 a 1864
Ronald Lopes de Oliveira.....35
- Conflitos religiosos na Vila de São João Batista de Nova Friburgo (1824 -1872)
Mateus Barradas Teixeira51
- As relações escravistas no Convento de São Boaventura
Gilciano Menezes Costa.....82
- Reflexões sobre agência e estrutura na historiografia da escravidão
João Carlos Escosteguy Filho102
- Uma Abordagem Histórica da Ação Integralista Brasileira
Mauricio Antunes Raposo.....118
- O Problema do Povo: a resistência da Câmara Municipal à erradicação da Ferrovia em Cachoeiras de Macacu - 1967 a 1972
Vinicius Maia Cardoso.....133
- Evasão na educação a distância: uma análise do curso de Licenciatura em Geografia no Polo EAD de Nova Friburgo/RJ.
Michele Pereira de Souza, Diego Pinto Mazin, Fátima Kzam Damaceno de Lacerda148
- Entrevista com Daniel Mandur Thomaz163

A Revista Tessituras, a partir desse número, amplia o seu Conselho Editorial. Em sua sexta edição a Revista apresenta uma entrevista com o pesquisador Daniel Mandur Thomaz, Doutorando pela Universidade de Utrecht que vai compartilhar conosco um pouco da vida acadêmica de professor e pesquisador na Holanda.

Iniciamos com quatro textos referentes à História Regional, com foco na região que compreende Nova Friburgo e Cantagalo. O primeiro artigo é de Jorge Miguel Mayer: “MÃO DE LUVA: HISTÓRIA E LENDA”, que aborda a história de Mão de Luva e a formação da Vila de São Pedro de Cantagalo em 1814. Rodrigo Marins Marretto apresenta o texto “INTERESSES ESCRAVISTAS NA FORMAÇÃO DA COLÔNIA SUÍÇA DA VILA DE NOVA FRIBURGO. 1820-1850”, com o objetivo de demonstrar como os migrantes europeus aderiram prontamente ao modo de vida senhorial, que segundo o autor, estava amplamente difundido pela região.

Ainda com foco na região, mas abordando o campo da história das Religiões e da religiosidade, os pesquisadores Ronald Lopes de Oliveira com o texto “O COTIDIANO DA MORTE E O MORRER PROTESTANTE NA VILA DE SÃO JOÃO BATISTA DE NOVA FRIBURGO A PARTIR DE UM CEMITÉRIO LUTERANO ENTRE 1819 A 1864”; e Mateus Barradas Teixeira com o artigo “CONFLITOS RELIGIOSOS NA VILA DE SÃO JOÃO BATISTA DE NOVA FRIBURGO (1824-1872)”, contribuem para a compreensão dessa importante dimensão da História de Nova Friburgo e da Região. Gilciano Menezes Costa e João Carlos Escosteguy Filho debruçam-se sobre a história e a historiografia da escravidão. O primeiro aborda as relações escravistas no Convento de São Boaventura, enquanto o segundo promove um debate a respeito da estrutura e agência no interior da historiografia sobre a escravidão.

Dois artigos remetem a temas que compreendem o século XX. O primeiro, de Mauricio Antunes Raposo, nos coloca diante da trajetória do movimento integralista no Brasil dos anos 1930. Já Vinicius Maia Cardoso analisa a resistência da Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu frente à erradicação do ramal ferroviário especificamente o trecho que compreendia Cachoeiras de Macacu - Nova Friburgo.

O último artigo, escrito pelos pesquisadores Michele Pereira de Souza, Diego Pinto Mazin, Fátima Kzam Damaceno de Lacerda, visa refletir e propor ações que possam minimizar o problema da evasão de alunos no Polo EAD de Nova Friburgo.

Desejamos a todos boa leitura,

Conselho editorial

MÃO DE LUVA: HISTÓRIA E LENDA

Jorge Miguel Mayer
Professor e doutor em História da UFF
passarinhomayer@gmail.com

RESUMO

Mão de Luva foi um garimpeiro que, com o seu bando explorou ouro no centronorte fluminense e ali estabeleceu um povoado.

Como o grupo operou em Área Proibida e também não pagou o imposto devido, o Vice - rei junto com a metrópole perseguiu o grupo, daí resultando mortes , repressão e o domínio o domínio oficial do povoado que passou a se chamar Cantagalo.

ABSTRACT

Mão de Luva(The Gloved Hand One): History and Legend

Jorge Miguel Mayer

Mão de Luva (The Gloved Hand One) was a prospector who, together with his cronies explored gold in the northern central area of the State of Rio de Janeiro, where he established a smallll village.

As the group operated in “prohibited” area and did not pay the levies due, the Viceroy, together whit the metropolis persecuted the group, which action resulted in deaths, repression and the official domination of the village, which was from them on named Cantagalo (Singing Rooster)

MÃO DE LUVA: HISTÓRIA E LENDA

Jorge Miguel Mayer

*Há mais de duzentos anos
neste “Sertão de índios brabos”
só se ouviam os feitos de Tupã,
quando rios de água turva
guiaram Manoel
a uma grande presença
vinda do céu.*

*Era a Mãe de Ouro.
Que faz do pobre um nobre
Escravos senhores
mentira verdade
Manoel Mão de Luva.*

(O Galo Cantou - Jorge Miguel Mayer – 2014)

Herói do sertão

O nome de Mão de Luva circula entre as montanhas da Serra do Mar, alcança Cantagalo e as margens do rio Macacu. Mais de dois séculos nos separam de suas operações pelo interior. Sua fama evoca uma série de fenômenos, que estando na origem da ocupação do centro norte fluminense, alude a possíveis tempos de riqueza e à sua fugacidade.

A aventura de Mão de Luva conduz a imaginação para uma organização social menos discriminatória do que aquela que dominou a maior parte do passado histórico da região. Tem a ver com a iniciativa de grupos sociais fora da alçada do poder metropolitano. Acompanhar a trajetória de um chefe e de seu bando; a formação de um

povoado numa área dominada pela exigente metrópole em relação ao tributo do quinto do ouro faz-nos percorrer selvas povoadas por indígenas.

Lenda ou realidade

Mão de Luva existiu. Isto é certo. Relatórios oficiais testemunham a existência das operações realizadas por “*bandos de facinorosos*” nos chamados “*Sertões do Macacu*”. A verdadeira operação de guerra promovida pelo Vice-Rei Luís de Vasconcelos que culminou com a captura de Manoel Henriques — o Mão de Luva está documentada. Tenho que afirmá-lo em virtude da grande quantidade de informações e estórias mescladas com a lenda. Mas a lenda também é um fato. Se ela existe e tem ocupado a mente popular, ela passa a ter um tipo de existência e, além de ajudar a desvendar a realidade vivida, interfere no curso histórico.

O material para a lenda provem de motivações persistentes no imaginário popular. Como não admirar o grau de autonomia e liberdade que levou a que se constituísse um verdadeiro povoado nos então longínquos sertões fora das garras metropolitanas? Quantas idéias não são atraídas por uma possível cidade do ouro no interior do Estado do Rio de Janeiro? E ainda a pretensa origem aristocrática de Mão de Luva não poderia ser uma forma de prestigiar um líder que marcou a sua época?

A história possui ingrediente s de aventura e violência. A captura de Mão de Luva , a invasão e dominação do povoado e resultaram de uma grande operação de guerra que gerou inúmeras vítimas e um contexto de repressão que impregnou a própria fundação de São Pedro de Cantagalo. A violência do poder oficial deixou marcas no lugar e reforçou a estratificação social fundamentada na escravidão e fazendas que conferiram fama a Cantagalo no século XIX como um dos maiores centros mundiais de produção de café.

A incursão do grupo de garimpeiros chefiado por Mão de Luva no interior fluminense é um episódio recorrentemente citado por historiadores quando estudam as origens da ocupação de ampla área compreendida pe la região serrana e centronorte fluminense que remonta ao século XVIII, quando as Minas Gerais foram o centro das

atensões metropolitana s. Até então a região do centro norte fluminense estava mergulhada em densa área florestal sob a qual se abrigaram grupos indígenas.

Área Proibida

A zona da mata mineira e do norte fluminense foi oficialmente considerada “*Área Proibida*” por Portugal na época em que de Minas Gerais se extraía o ouro e o quinto era fundamental para as finanças metropolitanas. Para evitar a evasão fiscal e o contrabando do ouro, as autoridades metropolitanas procuravam impedir o acesso a uma zona cujas matas, partindo da Capitania de Minas Gerais - a Zona da Mata, emendavam com a chamada zona de Além-Paraíba.

A exploração clandestina de ouro teria justificado a formação do povoado que viria a se chamar Cantagalo e colaborado para que ela se tornasse a primeira vila oficialmente fundada em 1814 no centronorte do Estado do Rio de Janeiro. Cansação Vieira Sinimbu, autor do que se pode considerar a primeira história de Nova Friburgo □ *Notícias das Colônias Agrícolas Suíça e Alemã Fundadas na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo*¹ apresenta elementos que ajudam a compreender Mão de Luva e o impacto regional da aventura. Escreve Cansação de Sinimbu:

“Atravessando os sertões do Pomba e os lugares hoje conhecidos pelos nomes de Roça Grande, Terra Cosida e Aventureiro, veio ter sem que nesse trânsito achasse o alvo de seus desejos, à margem do Paraíba no sítio atualmente denominado Porto Velho do Cunha. Ali por meio de jangada feita com troncos de árvores atravessou o mesmo rio, e depois afastando-se dele, guiado pelo conhecimento que tinha de terrenos auríferos foi por o termo de suas excursões no lugar em que hoje está edificada a Vila de Cantagalo”.

A exploração e tráfico do ouro envolveram toda a região do Macacu e neste sentido certamente deixaram suas conseqüências no povoamento dos então chamados

¹ João Lins Vieira Cansação de Sinimbu - *Notícia das Colônias Agrícolas Suíça e Alemã Fundadas na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo*, Niterói, tipografia de Amaral e Irmão, 1852. Em 1851 o autor era juiz de Direito na Vila de Nova Friburgo. Mais tarde seria ministro da Justiça de D. Pedro II

“Sertões do Macacu”. Os caminhos utilizados pelo bando podem ter alcançado a região serrana e o vale do Macacu, proporcionando o povoamento de ampla área.

“Tomando a direção de norte a sul veio ter às margens do Rio Grande, e por elas subindo ladeando o Ribeirão Santo Antonio, um de seus maiores afluentes até sua nascente, que é na ilharga da Serra Boa Vista, um dos ramais da Cordilheira dos Órgãos e que também serve de nascente pelo lado sul ao rio Macacu, cujas águas vão desembocar na baía de Niterói”. 2

Sinimbu se refere a um aliado de Mão de Luva, um certo Maurício que explorava “*minas de ouro nas proximidades da Serra da Boa Vista*”. Menciona inclusive um lugar onde Mão de Luva e Maurício se uniam ou repartiam o resultado de sua aliança. Pitorescamente se chamava *Banquete*.

O encontro de ouro teria tido efeitos semelhantes, porém em menor escala, ao que ocorreu em Minas Gerais com a atração de gente, formação de sítios favorecidos pela abertura de caminhos e mercados. Segundo Sinimbu:

“Sobre as pegadas de Mão de Luva veio o padre Cunha, e após este muitos outros mineiros que, transpondo o Paraíba, foram se pouco a pouco derramando pelo distrito de Cantagalo”. 3

A história teria se desenrolado em área imensa, na época chamada por autoridades administrativas do Vice-Reinado do Brasil de “*Sertões do Macacu*” que figurava em 1787 em mapa feito pelo sargento-mor Manoel Vieira Leão sob a expressão “*Sertão Ocupado Por Varias Nações dos Índios Brabos*”⁴. Espacialmente compreendia área que hoje inclui municípios atuais como Teresópolis, Sapucaia, Nova Friburgo, Sumidouro, Duas Barras, Carmo, Bom Jardim, Cordeiro, Macuco, Cantagalo, Trajano de Moraes, São Sebastião do Alto, Itaocara, São Fidélis, Três Rios, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto e parte de Petrópolis.

A lenda

É Sinimbu, obra citada, pag.2

é Sinimbu - obra citada, Ag. 2

é Ver Alberto Lamego – O Homem e a Serra, Rio de Janeiro, IBGE, 1959

A lenda e a imaginação popular se apoderaram de uma história que provavelmente pela própria natureza clandestina das operações se resguardava de claras exibições da realidade, preferindo o sigilo por medida de segurança. Seu aspecto lendário está presente na obra de Rafael Jaccoud, *Histórias e Lendas da Velha Nova Friburgo* que tem servido de base a redações escolares sobre lendas da região e espetáculos teatrais feitos por escolares de Nova Friburgo.

Segundo Rafael Jaccoud:

*“Foi nesta imensa e distante área que viveu Mão de Luva. Bateou ouro em Cantagalo, aldeia que fundou, Contrabandeou metal precioso, juntamente com pedrarias faiscantes. Lutou com desassombro contra os dragões do Vice-rei, deu guarida a escravos fugidos e proteção aos índios que ali viviam. Enfim, reinou à sua moda, à moda cabocla, dentro daquela vastidão sem fim”.*⁵

A lenda mistura as operações de um grupo que realmente existiu e que operava nos chamados *Sertões de Macacu* com histórias de amor da nobreza portuguesa. Mão de Luva, segundo a lenda, seria a alcunha de um rico aristocrata português, Duque de Tirso. O apelido teria sido dado a Manoel Henriques em função de seu envolvimento com a futura rainha portuguesa Maria I. Filha de D. João V, Maria estava destinada a um casamento com seu tio. Entretanto apaixonou-se pelo Duque de Tirso. A perspectiva de casamento contrariava os desígnios do Marquês de Pombal que, às voltas com oposições de nobres, desencadeou severa repressão sobre a família Távora acusada de conspirar contra o governo. O Duque de Tirso estaria envolvido na conspiração e foi por isto mesmo encarcerado, assegurando-se deste modo a estabilidade do governo de Pombal e a sucessão monárquica.

O Duque de Tarso teria tido suas riquezas e propriedades confiscadas e sofrido a aplicação de degredo para o Brasil. Em sua prisão, Maria teria conseguido visitá-lo em cárcere e entregar uma luva com a recomendação de que não a tirasse da mão para que ela não fosse beijada por outra mulher.

⁹ Raphael Jaccoud - *Histórias e Lendas da Velha Nova Friburgo*, RJ: Múltipla Cultural, 1999

No Brasil Manoel Henriques teria vivido pobremente, recebendo de vez em quando uma bolsa de ouro proveniente de Maria. Pretendendo voltar a ser rico encontrara um português de quem se fez amigo e que o levava a explorar ouro em Minas Gerais. Sob a perseguição oficial se embrenhou nas matas da zona da mata mineira, transpôs o rio Paraíba e se estabeleceu em região protegida por barreiras naturais, onde o ouro foi encontrado.

O povoado mais tarde se chamaria Cantagalo. A origem do nome tem versões diferentes. Para uns derivou da força local de Manuel Henriques que teria dito: “*em Portugal manda o Pombal, no Rio de Janeiro, o Vice-rei, mas aqui o galo que canta sou eu*”. Outra versão adviria da invasão do povoado por forças enviadas pelo Vice-rei que o teriam localizado através do canto de um galo.

Tanto a trajetória de Mão de Luva como a origem de Cantagalo estão envolvidas pelas brumas da lenda. Ele teria sido capturado em Vila Rica em função de uma “carta de engano” que o governador de Minas expedira após descobrir o terreno onde se fixara Mão de Luva, inclusive com a possível colaboração de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que na época desempenhava suas funções de alferes. Outra versão indica que sua captura resultara de invasão de regimento chefiado pelo Sargento Mor São Martinho após várias tentativas frustradas. Foi capturado com seus escravos. A pena foi o degredo. E Cantagalo passou para a administração oficial.

A versão lendária certamente apresenta pontos comuns com a realidade. Mesmo na trilha da lenda podemos chegar a obter algumas respostas aproximativas do que ocorreu na verdade. Teria havido um pequeno sub-reino a margem do poder real onde escravos e índios encontravam acolhidos?

A exploração do ouro

Manoel Henriques foi preso em 1786 juntamente com escravos seus e outros companheiros. A área fronteira entre a zona da mata Mineira - os Sertões do Leste e as contíguas no sertão fluminense eram povoadas por indígenas. Pelo lado mineiro, o próprio Governador de Minas teria incentivado a exploração da mata fomentando

entradas de mineiros que estabeleciam com os índios locais relações de troca, tendo um objeto preferencialmente procurado pelos colonizadores □ a ipecacuanha, chamada poaia, muito procurada por seus efeitos medicinais principalmente contra males do estômago⁶. Talvez na esteira deste comércio tenham-se formado grupos dispostos a buscar o ouro na região e comerciá-lo fora das imposições do pagamento da quinta parte ao tesouro português.

A existência na segunda metade do século XVIII de grupos garimpeiros que operavam ilegalmente foi detectado, por exemplo, pela pesquisadora Laura de Mello e Souza na sua obra *Desclassificados do Ouro*. Segundo ela, Manuel Henriques era:

“mutilado e tinha a mão esquerda de couro. Explorava ouro clandestinamente e também assaltava comboios. Estabeleceu -se numa região afastada - que algumas fontes diziam ser Cantagalo, mas que Diogo de Vasconcellos afirma ser Macacu.

O bando de garimpeiros constituiu uma

“verdadeira povoação de homens facinorosos e desclassificados, onde havia cerca de 200 casas”.

A autora conclui a informação com uma versão da derrota final diante do poder oficial:

“Luís da Cunha Menezes mandou uma carta enganosa a essa gente, dizendo ter chegado à hora de legalizar a mineração naqueles ribeiros e que, com esse intuito, o governo reenviaria emissários que procederiam a repartição das terras. Em março de 1784, Mão de Luva se opôs tenazmente à entrada dos homens de governo, no que foi seguido e apoiado por todos os moradores do lugar. Mas o régulo acabou se intimidando, pois “estava idoso e padecia de formigueiro nos pés e de uma chaga no nariz”: Dirigiu-se à Vila Rica e pediu perdão de suas faltas ao

¹⁰ A ipecacuanha logrou obter fama mundial, tendo sido enviadas ao Reino cerca de 432 arrobas da raiz. Ver Márcia Moisés Ribeiro – *A Ciência dos Trópicos – A Arte Médica no Brasil do Século XVIII*, São Paulo, Hucitec, 1997. A oscilação das exportações resultou do caráter predatório de sua exploração. A *Cephaelis Ipecacuanha*, de grande importância farmacológica encontra -se hoje quase extinta, segundo Jussara Goyano em “*O Tesouro Vivo da Mata Atlântica*” em *Scientific american Brasil*, ano 1,n.5,outubro de 2002

capitão-general; logrado foi preso junto com sua gente e sentenciado no juízo da Intendência Geral do Ouro de Vila Rica”.⁷

Valendo-se inclusive de relatório do Vice-rei Luís de Vasconcellos, a historiadora considerou ter havido manipulação dos garimpeiros pelo governador. Na medida em que os garimpeiros se transformaram num grupo poderoso, o Governo foi obrigado a eliminá-los. Falou-se então de “*povoar-se aquele inculto sertão por vassallos úteis e industriosos*”. Formaram-se destacamentos nos pontos estratégicos do sertão e as tropas começaram a embaraçar os extravios, prender os culpados e evitar toda a entrada e comunicação. “*Já não havia mais lugar para Mão de Luva*”

A versão da historiadora não faz qualquer referência ao passado português de Manoel Henriques dando um outro significado ao porte da luva na mão esquerda.

Acácio Ferreira Dias, historiador de Cantagalo, expõe todo o processo de sua captura. Procedente de Minas Gerais, Os Dragões de São Martinho organizaram uma intensiva busca pelos sertões, valendo-se do serviço de informações prestado por José Joaquim da Silva Xavier. A história é um pouco confusa. Fala em traição, em carta de engano que teria atraído Mão de Luva e outros garimpeiros a Vila Rica para tratar da legalização da exploração de minas. Ao mesmo tempo em que fora atraído para Vila Rica, procedeu-se a invasão do núcleo que veio a ser chamado de Cantagalo. Preso Mão de Luva, e mais 26 escravos, foi remetido a Vila Rica, sendo os seus escravos e bens leiloados nesta cidade.

Derrota de Mão de Luva

Após a derrota de Mão de Luva e aplicação de punição aos garimpeiros, as forças oficiais assumiram a chefia de Cantagalo e das minas. Anunciaram a partilha das datas mineiras e estabeleceram uma Junta Administrativa na região. Segundo o mineralogista inglês John Mawe, que recebera a incumbência real de averiguar a realidade mineral de Cantagalo em 1809, o povoado ainda lembrava os tempos de garimpo. Segundo o mineralogista,

¹³ - Laura de Mello e Souza - *Desclassificados do Ouro*, Rio, Ed. Graal, 1986.

“O Governo, tornando-se assim senhor do território, imaginou encontrar aí tanto ouro quanto ao se estabelecerem os primeiros garimpeiros e publicou muitos regimentos injustos, oprimiu os nativos como jamais se vira, instalou registros em vários pontos pára evitar o contra bando e encheu toda a redondeza de guardas. Os numerosos colonos, atraídos pela suposta riqueza do lugar não tardaram a verificar que o creme fora extraído pelos contrabandistas e pouco a pouco voltaram a atenção para a agricultura...”⁸

Em pouco tempo, a Administração constatou que não teve seus custos compensados pelo ouro encontrado, e passou então à distribuição de sesmarias. Ganha impulso a partir daí a expansão agrária no antigo Distrito de Cantagalo.

O Distrito de Cantagalo tornou-se palco um pouco mais tarde da instalação de uma colônia de suíços na região serrana, precisamente na área da Fazenda do Morro Queimado situado num ponto de transição entre o litoral e os sertões de Cantagalo.

Passado minerador

Tanto a lenda como a versão empírica da historiografia reconhecem a existência de um passado minerador na região e a presença da exploração ilegal do ouro por um grupo de “facinorosos”, assim denominados pela metrópole aqueles que desafiavam suas ordens e burlavam pagamentos de impostos.

Segundo Erthal, a exploração de ouro foi bastante generalizada envolvendo a bacia do Macacu e tendo ligações fortes com Minas Gerais. Estas ligações começaram pela própria origem de Mão de Luva que chega a ser apresentado como natural de

Xopotó, na zona da mata mineira. Ao que tudo indica mantiveram-se as relações com Minas, envolvendo o Governador de Minas Gerais que talvez estivesse diretamente envolvido no tráfico de ouro. Informações provenientes dos Relatórios do vice-rei Luís de Vasconcellos revelam a posição vacilante do governador de Minas na grande operação de guerra destinada a liquidar e controlar o “*Descoberto do Macacu*”.

¹⁶ Mawe, John (1764-1829) Viagem ao Interior do Brasil, tradução de Selena Benevides Viana, Belo Horizonte, Editora da Universidade de São Paulo, 1978

A rede do ouro parecia ser bem mais ampla, o que teria possibilitado vias de escoamento tanto pelo Macacu em direção ao litoral, como pela Mata Mineira em direção a Vila Rica culminando possivelmente o tráfico nas mãos do próprio governador.

O ouro só poderia circular se houvesse cumplicidade de pessoas não diretamente envolvidas com o tráfico e que seriam capazes de vender ou comprar o ouro. A corrupção diante do ouro, produto de liquidez imediata era certamente grande. É possível mesmo que as operações de ouro tivessem um destino seguro nos portos de Portugal envolvendo deste modo pessoas em Portugal que eram receptadores do ouro. As dimensões da operação teriam sido suficientemente grandes de modo a justificar uma verdadeira operação de guerra partida do vice-rei Luís de Vasconcellos com a permissão e acompanhamento de autoridades metropolitanas.

O garimpeiro teria relações com a aristocracia portuguesa. Estas relações justificavam a remessa clandestina de ouro. Seria, portanto uma nobreza associada a grupos mercantis que dentro de Portugal não seriam bem vistos pelas autoridades. A perseguição movida pela monarquia portuguesa que atingiu a figura do Duque de Tirso teria tido uma razão econômica e não política e muito menos em função de pretensões ao trono português via namoro com D. Maria. A origem aristocrática atribuída a Mão de Luva se ajusta bem ao seu perfil de chefia de grupo. Este já contaria com uma rede que permitia a rápida acumulação de capital centralizada nas bases operativas do tráfico.

Mão de Luva era, portanto uma figura rica e marginal. E como toda a marginalidade tinha também a cumplicidade de figuras legais, entre as quais, podemos supor, a do próprio governador de Minas Gerais. Do ponto de vista social a circulação de ouro alimentou propriedades que abasteciam a região, criando-se assim propriedades e “situações” na região do Macacu.

O tráfico de riqueza teria estimulado as autoridades oficiais a empreenderem uma caça à cabeça do tráfico. Era necessário controlar a rede tanto por motivos econômicos como políticos, tão mais que Portugal começava a enfrentar certas posições hostis ao seu domínio tendo por origem exatamente a região de Minas Gerais.

Tomo inclusive a liberdade em aumentar um ponto na lenda. Quem conta um conto, aumenta um ponto, não é verdade? Fala-se de um encontro de Tiradentes e de Mão

de Luva. O primeiro teria exposto a necessidade de se promover a independência do Brasil de Portugal e com isto se assegurar melhores dias para a jovem nação. Mão de Luva, após escutar a proposta e os planos de liberdade teria dito: *você Tiradentes luta pela independência, mas eu a realizo.*

Na verdade o povoado em torno de Mão de Luva pode ter sido um curioso lugar onde os escravos fugidos eram acolhidos, mas onde vigorava também a escravidão. O próprio Manuel Henriques possuía escravos como se pode depreender da relação de presos. Seus valores conservavam-se os da época. Eram permeados de catolicismo o que pode explicar as relações com o padre Gabriel cuja paróquia estava localizada no Macacu. Possuía escravos também. Enfim um aristocrata do ouro, com capacidade de comprar pessoas e de sujeitar pelo poder do ouro autoridades do porte de governadores. É sabido que no ato de prisão de Mão de Luva, soldados empregados na captura procuraram se apropriar de parcelas de ouro, pelo que foram inclusive sentenciados.

A repressão oficial a estes descobertos teria levado a morte a Maurício. *“Embrenhou-se pelas matas onde morreu levando consigo o segredo das ricas minas que descobrira”*. Mão de Luva foi capturado mediante a traição do Governador de Minas, Luiz Cunha Menezes que teria aceitado um acordo e para tal chamado Mão de Luva para Vila Rica onde o chefe foi julgado. Acácio Dias⁹ endossa a versão de que o ataque ao povoado foi facilitado pelo canto de um galo, daí o nome colocado no povoado. Mão de Luva teria sido capturado, conduzido ao Rio de Janeiro e enviado ao Rio Grande do Sul onde morreu. Outra versão fala em desterro para a África.

Segundo Sinimbu,

*“Este foi o prêmio que teve o homem que, por sua audácia e temeridade descobriu novas minas de ouro para o Estado, e o que mais é, as riquíssimas terras de cultura donde presentemente se exportam por ano para cima de 400 000 arrobas de café”*¹⁰

¹⁸ Acácio Ferreira Dias – *Terra de Cantagalo – Subsídio para a História do Município de Cantagalo – volume 1, 2ª edição, 1979*

¹⁹ Sinimbu - obra citada, pag.. 3

A região após Mão de Luva

Que tem a ver esta história com a ocupação da região? Além de indicar a existência de caminhos e penetrações com fazendas e “situações” já se localizando na região, evoca um período em que o ouro e seus reflexos atraíram o povoamento. Após a vitoriosa investida contra Mão de Luva e seu povoado se organizou a exploração oficial do povoado, com grande repressão aos moradores. Era a época em que uma Junta organizou a distribuição das datas das chamadas Novas Minas de Macacu. E se iniciou distribuição de sesmarias que contemplavam principalmente os mineiros que se descolaram de Minas em busca de ouro, ou mesmo de terras que estavam sendo concedidas.

Sinimbu cita a figura de um certo tenente José Joaquim Soares, natural de Minas, diretor da exploração das minas, que teria introduzido em Cantagalo a “*indústria agrícola*”.

“Na sua fazenda de Lavrinhas, a mais antiga do lugar, longe da Vida meia légua é que germinaram a s primeiras sementes de café e brotou a primeira cana de açúcar.”

Segundo Sinimbu, foram atraídos para a terra mineiros que se bem mantivessem a busca e a exploração do ouro aproveitaram os benefícios que o lugar oferecia para a agricultura, um vale bem irrigado por rios como o Negro, o Grande, o Paquequer..

Eis uma história que evoca ingredientes próprios de cidades brasileiras modernas em que chefes marginais logram poder ao mesmo tempo em que o exercem em favor da própria comunidade. D o ponto de vista social a rede do ouro teria assegurado a penetração na Área Proibida e criado uma multiplicidade de trilhas que envolviam povoamento e circulação de mercadorias em escala dificilmente computável. Deve ter sido grande, em virtude da dimensão econômica e militar das operações de guerra e conquista do *Descoberto do Macacu* e o empenho em sustentar uma Junta Administrativa para organizar oficialmente a exploração do ouro em Cantagalo.

As autoridades nacionais teriam procurado incrementar o povoamento da região para exercer o controle efetivo. Esgotado o passado de exploração do ouro, a região passou a se tornar cada vez mais agrícola e objeto de doações de terras, o que pode inclusive explicar o interesse oficial na escolha da região serrana como área destinada a receber os imigrantes suíços que formariam uma Colônia dirigida oficialmente pelo poder central.

*“Tal era o estado da cultura de Cantagalo quando El-Rey Don João VI concebeu o projeto de estabelecer em terras de seu distrito uma colônia estrangeira. A exportação do lugar consistia então além do ouro, em feijão, fumo em rolo, anil e toucinho, objetos estes que faziam transportar para o Rio de Janeiro onde vendiam recebendo em troca escravos, ferragens, fazendas e outros gêneros de exportação estrangeira”.*¹¹

Outras fontes já mencionam a exploração do café no Rio de Janeiro e inclusive se referem em 1817 à produção em Cantagalo. Sinimbu registra a aparição do café sem atribuir-lhe um grande peso na época:

*“A plantação de café estava em seu começo, e nem merecia ainda a honra de ser contemplado no número dos produtos exportados. A fazenda das Lavrinhas, Ribeirão Dourado, Santa Ana e Quilombo eram as únicas em que essa planta não servia só de mero objeto de curiosidade e de enfeite às horas, mas a produção de todas elas não excedia de mil arrobas.”*¹²

Em seguida Sinimbu demonstra saber a importância adquirida pelo café :

*“Quem pensaria então que chegaria ao auge em que hoje está, e que suplantando todos os outros ramos se tornaria ela a soberana quase exclusiva daquelas e principal riqueza do lugar!”.*¹³

Sinimbu - obra citada, pag. 3

¹⁹ Sinimbu - obra citada, pag. 4

²⁰ Sinimbu - obra citada, pag. 4

Observações finais

Através desta história dela se percebe o isolamento da área até o século XVIII onde se somavam as proibições oficiais às dificuldades de penetração na densa floresta. As origens da ocupação da área estão ligadas de um lado à liberdade de um grupo social em face da metrópole e outro à violência oficial que após grande operação de guerra tomara um povoado que mais tarde seria oficialmente convertido em vila.

Hoje o nome de Mão de Luva é citado em histórias de vários municípios. Corre a lenda de que ele teria andado por inúmeros cantos. Não podemos precisar os seus caminhos, mas podemos supor que assim como o ouro das Minas Gerais gerou um movimento circulatório do qual surgiram caminhos, também é possível que se tivesse estabelecido a ligação entre o sertão e o litoral fluminense.

Historiadores, romancistas, artistas em geral têm sido sistematicamente atraídos pela história de Mão de Luva. Alguns dão destaque à formação de um micro estado às margens da Lei; outros ressaltam o poder do ouro, a atração que ele exerceu e exerce a ponto de obscurecer as demarcações legais e de conferir dotes aristocráticos a plebeus. Enfim uma bela história em meio à mata, e sob a mistura de valores indígenas e africanos. Os componentes do drama estão presentes desde a prática da atividade ilegal, passando pela guerra, prisão e julgamento de Mão de Luva. Segundo Acácio, até na captura houve corrupção com soldados se apropriando do ouro, tendo sido inclusive julgados por esta ação.

Ouro, fazendas, escravos, indígenas poderiam constituir os primórdios da política de colonização oficial através da implantação de colonos estrangeiros. Teriam formado uma base que transmitiria aos suíços instalados na região serrana em 1819 nos limites do então Distrito de Cantagalo a cultura e os padrões que já conformavam a região e que não obstante a colonização de homens livres faria da região uma área de fazendas e de escravos submetidos ao poder real. Após a exploração do ouro, Cantagalo adquiriria a fama de proporcionar grande riqueza, significativamente chamada de ouro verde — o café.

BIBLIOGRAFIA

- Cansação de Sinimbu , João Luiz Vieira de - *Notícia das Colônias Agrícolas Suíça e Alemã Fundadas na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo*, Niterói, tipografia de Amaral e Irmão, 1852.
- Jaccoud, Rafael - *História, Contos e Lendas da Velha Nova Friburgo* , Nova Friburgo, Múltipla cultural, 1999
- Erthal, Cleo - *da Miragem do Ouro ao Resplendor do Café*, Niterói, 1992
- Lamego, Alberto – *O Homem e a Serra*, Rio, IBGE, 1959 Mercadante, Paulo – *Os Sertões do Leste*, Rio, Zahar Editores, 1972
- Dean, Warren - *A Ferro e Fogo - A Devastação da Mata Atlântica*, SP, Companhia das Letras, 1996
- Mawe, John – *Viagens ao Interior do Brasil*, tradução de Selena Benevides, Belo Horizonte, Itatiaia Editora da Universidade de São Paulo, 1978
- Mello e Souza, Laura – *Desclassificados do Ouro*, Rio, Ed. Graal, 1986
- Ferreira Dias, Acácio – *Terra de Cantagalo – Subsídio Para a História do Município de Cantagalo*, vol.1, 2ª edição, 1979

INTERESSES ESCRAVISTAS NA FORMAÇÃO DA COLÔNIA SUÍÇA DA VILA DE NOVA FRIBURGO. 1820-1850

Rodrigo Marins Marretto
Mestre em História social e
Doutorando do PPGH/UFF.
rmmarretto@gmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo realizar uma análise sobre a migração e colonização suíça para a vila de Nova Friburgo entre 1820 e 1850. Tal migração, cuja iniciativa partiu dos representantes helvéticos, e foi ajustada pelo governo de D. João VI em favor dos senhores de terras e escravos do sudeste, introduziu nos “sertões do Macacu” em torno de 1600 colonos europeus em uma região de expansão da fronteira do café e da escravidão. A vila de Nova Friburgo, assim, seria um entreposto que ligava o polo cafeeiro de Cantagalo à descida da serra e, por consequência, ao porto do Rio de Janeiro. Contrariando a tese de que os colonos formaram uma ilha cercada pela escravidão e que a aquisição de escravos seria contraditória ao sentido desta colonização, apresento pequenas trajetórias de vida de determinados indivíduos de diferentes estratos sociais, e de diferentes origens (suíços, alemães, portugueses e lusos brasileiros), com o objetivo de demonstrar como esses migrantes aderiram prontamente ao modo de vida senhorial, amplamente difundido pela região. Esta adesão ocorreu, sobretudo, através de estratégias matrimoniais, de solicitações de títulos nobiliárquicos e, fundamentalmente, através de negócios envolvendo os principais elementos de estruturação da sociedade imperial, terras e escravos.

Palavras Chave: Vila de Nova Friburgo; Colonização suíça; Escravidão

Abstract

This article aims to carry out an analysis of migration and colonization Swiss for Nova Friburgo village between 1820 and 1850. This migration, the initiative came from the Swiss representatives, and was adjusted by the government of King John VI, in favor of the land and southeast of slaves, introduced in the "hinterlands of Macacu" around 1600 European settlers in a region of expansion of coffee border and slavery. The town of Nova Friburgo, so it would be a warehouse that connected the pole coffee Cantagalo the descent of the mountain and therefore the port of Rio de Janeiro. Contrary to the argument that the settlers formed an island surrounded by slavery and that the acquisition of slaves would be contrary to the meaning of this colonization, present small life trajectories of certain individuals from different social strata and from different backgrounds (Swiss, German, Portuguese and Brazilian lusos), in order to demonstrate how these migrants joined readily to master way of life, widespread throughout the region. This accession took place mainly through matrimonial strategies, requests of noble titles and primarily through business involving the main structuring elements of imperial society, land and slaves.

Keywords: Nova Friburgo village; Swiss colonization; slavery

A formação das Vilas de Cantagalo e Nova Friburgo no contexto da independência do Brasil. 1815-1850

As origens da ocupação dos sertões do leste, da capitania do Rio de Janeiro, estão datadas do final do século XVIII, com a invasão do bando de Manuel Henriques, o Mão de Luva; ele tinha o objetivo de explorar clandestinamente o ouro da região. Essas relações desenvolvidas ao entorno do ouro clandestino, abriram a possibilidade da formação da primeira vila da Região

Centro-Norte Fluminense, São Pedro de Cantagalo, em 1814¹. Em obra de Laura de Melo e Souza consta que Mão de Luva era “um curioso bandido do tempo da mineração” e que também “assaltava comboios”. Ainda segundo a autora, a região em que tal personagem se estabeleceu, contava com duzentas casas e uma população de facínoras e semidesclassificados². Prefiro não considerar Mão de Luva como o bandido que governava um povoamento, onde existiam, ao menos, duzentas famílias criminosas. Assim como julgo equívoco observar este personagem como alguém que liderava um núcleo verdadeiramente independente da metrópole³. Quando Manuel Henriques e seus seguidores, desta forma, viram seus poderes questionados e confrontados pela Coroa, e mesmo tentando resistir e negociar, foram derrotados diante da força dos Dragões do Vice-rei, os caminhos para a colonização já estavam abertos e a Coroa decidiu então controlar a extração de ouro, todavia esta já era ínfima e veio a extinguir-se como afirmou Mawe:

O governo, tornando-se senhor do território, imaginou encontrar aí tanto ouro quanto ao se estabelecerem os primeiros garimpeiros e publicou muitos regulamentos injustos, oprimiu os nativos como jamais se vira, instalou registros em vários pontos para impedir o contrabando, e encheu toda a redondeza de guardas. Os numerosos colonos, atraídos pela suposta riqueza do lugar, não tardaram a verificar que *o creme fora extraído pelos contrabandistas*⁴.

A administração, certa de que o valor da região estava na lavoura, passou a doar sesmarias, e já por volta de 1809, a principal atividade da região era a produção de víveres. De qualquer maneira, é preciso ressaltar que a documentação aqui analisada ainda não fazia referência ao café, que duas décadas depois, se espalhou e dominou as paisagens da região. Assim, pode-se concluir que o interesse e a presença de colonizadores mais antigos na região são anteriores à chegada dos suíços e já eram marcados pela presença da escravidão, já que o próprio Mão de Luva possuía escravos - quando não acoitava fugitivos em sua vila. Essa povoação data do final do século XVIII e início do XIX, tendo sido engendrada, principalmente, por um fluxo migratório de senhores de escravos advindos das Minas Gerais, que nitidamente antecede, até mesmo, as iniciativas e negociações para o estabelecimento de uma colônia de suíços no Brasil.

Ainda em princípios do século XIX, consoante a doação de sesmarias, na tentativa de acabar com os extravios, lançou-se um empreendimento para povoar a região, visando que vários indivíduos se aproveitassem das terras minerais em favor do Estado. No entanto, se constatou que as reservas minerais estavam esauridas e que a terra seria o bem que constava e deveria ser explorado. Durante esse período de concessões de sesmarias, duas chamam a atenção - a concedida a José Antônio Ferreira Guimarães, que seria expropriada para o assentamento de

¹ João Raimundo Araújo & Jorge Miguel Mayer (Orgs.). *Teia serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003, p.35.

² Laura de Mello e Souza, *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p. 279.

³ Jorge Miguel Mayer, *Raízes e crise do mundo Caipira: o caso de Nova Friburgo*. Niterói, 2003. Tese de Doutorado. P.103

⁴ Jonh Mawe. *Viagens ao Interior do Brasil Principalmente aos Distritos do Ouro e dos Diamantes*. Rio de Janeiro, Ed. Zelio Valverd, 1944 . p. 128. (grifos nossos)

alguns suíços e a de Lourenço Correia Dias, chamada “Morro Queimado”, que viria a constituir-se no núcleo urbano da Vila de Nova Friburgo. Outros beneficiados com sesmarias devem ser lembrados, como João Luiz Ribeiro, titular da sesmaria de São Simplício, que futuramente daria origem a localidade de São José do Ribeirão, que se constituiu no principal polo de migração e de expansão do café da vila de Nova Friburgo. Antônio José Teixeira Penna, que recebeu a sesmaria denominada Boa Vista e Manoel Vieira do Espírito Santo, que obteve a sesmaria da Barra Alegre, também merecem destaque, pois suas sesmarias tornaram-se redutos de extrema importância para a produção de café alguns anos depois e, bem como, pelos seus negócios com terras e escravos, adicionados ao papel desempenhado pelos dois, na administração da vila após a colonização suíça. Vários desses primeiros sesmeiros da região, aliás, desempenharam papéis administrativos de importância, como João Luiz Ribeiro que em 1822 substituiu, por exemplo, Lourenço Correia Dias na função de Juiz Ordinário da Vila de Nova Friburgo⁵.

O próprio Lourenço Correia Dias vendeu a sesmaria do Morro Queimado ao Monsenhor Lourenço de Almeida e esta foi obtida pelo Monsenhor Pedro de Malheiros Miranda, inspetor dos assuntos relativos à colônia, em nome da Coroa, órgão que representava os interesses dos plantadores escravistas na formação da colônia helvética em Nova Friburgo. A política joanina privilegiava os antigos colonizadores luso-brasileiros que solidificavam os seus interesses em áreas adjacentes ao Rio de Janeiro. Na época, foi denunciado pelo jornalista Hipólito da Costa, o caso da compra da sesmaria do Morro Queimado, vendida por vinte vezes o valor pago por Lourenço Correia Dias, o mesmo jornalista acusava Monsenhor Miranda de ter promovido gastos excessivos na montagem do empreendimento, ao que corrobora o próprio D. João VI, reconhecendo que o empreendimento fora dispendioso⁶. Um argumento importante: os interesses dos proprietários de terras e escravos foram defendidos por D. João VI e antepuseram as intenções do agente da colonização suíça de levar os colonos para o sul do Brasil. O que se argumenta aqui, portanto, é que quando a fundação da colônia suíça ocorreu - ou mesmo os acordos para tal investida - o território já estava ocupado por diversos representantes luso-brasileiros que estarão entre os principais administradores da vila, e que viram na migração suíça a possibilidade de prosperar ainda mais. Afinal, no ínterim das negociações com o representante helvético e D. João VI a própria coroa adquiriu três grandes propriedades na região denominadas Fazenda Imperial, São José e Córrego D’Antas.

O que se pode constatar, por fim, é que a região já estava repartida antes mesmo dos primeiros contatos entre os representantes suíços e D. João VI. Seus ocupantes: colonos luso-brasileiros, senhores de terras e escravos que se espalharam na região à época do contrabando do ouro e depois com o início da expansão cafeeira. Desta forma, detive-me também em demonstrar

⁵ Clélio Erthal. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói, Nitpress, 2008. Todo este parágrafo está baseado no capítulo 15 da referida obra, com ressalvas para a falta de referência, o que impossibilita a localização das fontes utilizadas pelo autor.

⁶ João Raimundo Araújo & Jorge Miguel Mayer (Orgs.). *Op. Cit.*, p.31.

como a ocupação se deu no mesmo sentido dos interesses desses grupos proprietários que, beneficiados pela ação da Coroa, visavam consolidar sua hegemonia na região. Como contraponto, utilizei-me da denúncia feita à época, pelo Jornalista Hipólito da Costa, que já chamava a atenção para o tom de negociata, que será o foco da próxima parte.

Acordos, desacordos e exigências para o estabelecimento de uma colônia de suíços.

A proposta de uma colônia de migrantes suíços no Brasil teve origem na confederação helvética, em 1817. Nicolau Sebastião Gachet, agente do Cantão de Friburg, solicitou a D. João VI uma concessão de terras em Santa Catarina, com objetivo de instalar os colonos na região sul do país. Segundo a proposta helvética, a empresa a que Gachet estava associado iria gerir o negócio colonizador, cuidar da comercialização dos produtos e garantir o traslado de 3.000 suíços. Essas intenções contrariavam os interesses senhoriais de expandir a fronteira Centro-Norte Fluminense através do café e da escravidão que, em 1817, já prosperavam em Cantagalo. Após a análise da Coroa seguiram-se as seguintes condições: a região concedida não se localizaria em Santa Catarina, mas na região serrana fluminense, o número de migrantes baixou de 3000, para o limite de 100 famílias. Ademais, os agentes suíços não teriam qualquer ingerência nos negócios internos do Brasil, além da direção da colônia ser composta, exclusivamente, por autoridades portuguesas.⁷ Depois de aceitar as condições de D. João, Sebastião Nicolau assinou um documento de compromisso em que foi designado como “encarregado pelo meu governo, o Cantão de Friburg, de solicitar a sua Majestade Fidelíssima uma colonização de suíços no Brasil⁸”. Todavia, vale um acréscimo a respeito da colonização, que em determinada medida, não vem sendo ressaltado nos trabalhos até então realizados.

Jorge Miguel Mayer, em seu artigo *A criação de Nova Friburgo* ressalta que por permitir apenas colonos católicos, “Procurava a monarquia afastar os ventos revolucionários que varriam a Europa e assegurar plena fidelidade ao Rei, uma vez que o catolicismo era a religião do Estado⁹”. A minha concepção não exclui a observação de Mayer, mas é fundamental considerar a correlação de forças entre o agente suíço e o grupo que ele representava, frente aos interesses de senhores de terra e escravos do sudeste em expandir a fronteira do café e da escravidão. Assim, os negociantes helvéticos estavam em desvantagem diante da embrionária hegemonia da elite senhorial fluminense, que inclusive recebia o apoio do próprio D. João VI que já representava os interesses dessa elite, que ao longo da primeira metade do século XIX, passará à direção do processo de construção do Estado Imperial e como corolário dessa atuação encontra-se, também, a escolha um local diferente do pleiteado por Gachet (Rio Grande do Sul) para a

⁷ João Raimundo Araújo & Jorge Miguel Mayer (Orgs.). *op. Cit.*, p.25

⁸ Coleção de legislação Brasileira do Império VII, p. 62.

⁹ João Raimundo Araújo & Jorge Miguel Mayer (Orgs.). *Ibid, Ibidem.*

fixação dos colonos em favor da expansão de uma fronteira que exalava a prosperidade do café, a Vila de Cantagalo e adjacências.

Outro argumento desenvolvido por historiadores hodiernos de Nova Friburgo é a ideia de que a colonização suíça foi um empreendimento que visava uma experiência de trabalho livre com vistas à substituição do trabalho escravo - por trabalhadores europeus. Essas argumentações também se ancoram em um fundamento meramente imaginário de que D. João VI decidira pela migração europeia para o Brasil e que a escolha da região se dera por fatores climáticos, geográficos e de embranquecimento da população. Desejo aqui reiterar a aversão a explicações onde os determinismos geográficos ou climáticos se impõem, mas não só; é preciso ir além e demonstrar a fragilidade do argumento de que 1600 colonos europeus iriam branquejar a população. O volume e a força do tráfico de escravos para o sudeste são suficientes para deter esse argumento. Se o objetivo de construir um quadro histórico da vila de Nova Friburgo na primeira metade do XIX faz-se necessário acessar um diálogo mais profícuo com a História Social. Esse diálogo, por certo, tenderá a desbaratar o imaginário que, muitas vezes, se quer criar a respeito da colonização ao se afirmar que “Nova Friburgo, escolhida para ser um núcleo experimental com a utilização de mão de obra livre, era uma ilha nessa onda negra de escravos que permeava a produção e o cotidiano do Brasil oitocentista¹⁰”. A primeira noção que cai por terra é a ideia de “núcleo experimental de mão de obra livre”, isto porque, o Rio de Janeiro era o principal receptor de escravos africanos no Brasil, e para termos uma ideia desse volume apresento os resultados do quinquênio 1816 - 1820, durante o qual, entraram 115.861 escravos no Rio de Janeiro e sudeste¹¹ e ainda recordo os dados do vigário Jacob Joye, os quais demonstram que 44 % dos indivíduos em Nova Friburgo eram escravos. Além disso, como veremos nas próximas sessões, indivíduos suíços de extratos sociais díspares acessaram de maneira incontestada o que aqui denominamos como modo de vida senhorial, fundamentalmente, através posse de terras e escravos. A segunda noção é a de “ilha” - talvez a mais nociva - já que esta não só exclui e isola os colonos suíços das interações sociais entre os diferentes elementos que participaram da colonização, mas veda, principalmente, as possíveis relações com os escravos e libertos.

Visões que não incorporam o diálogo com a historiografia nacional e desejos pessoais à parte, a colonização suíça foi um empreendimento que visava favorecer, sobretudo, aos senhores de terras e escravos que já estavam estabelecidos na região, somados a um grupo de suíços que conseguiu ascender econômica e socialmente. Este processo de formação contribuiu com a expansão da fronteira do café e da escravidão, como veremos a seguir; e não só objetivando

¹⁰ Maria Janaína Botelho Corrêa. *Histórias da História de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora Primil, 2012. p. 41.

¹¹ Keila Grimberg. & Ricardo Salles (Orgs.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808 - 1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. “A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão” - Beatriz Gallotti Mamigonian - p. 209-270.

neutralizar uma revolução de modelo europeu em terras tropicais, ou estabelecer uma experiência de trabalho livre europeu, no seio da escravidão nacional.

O acordo firmado entre D. João VI e o representante suíço foi constantemente desrespeitado pelos dois lados. Gachet rompeu o contrato já no prazo de vigência, o número determinado de 100 famílias não foi respeitado e 261 embarcaram em direção a terras tropicais¹². Além disso, os suíços tiveram que arcar com o traslado para Roterdã e com as despesas de hospedagens prolongadas, o que segundo o acordo seria financiado pela Coroa, mas não foi. Na travessia, os barcos estavam demasiadamente lotados, tornando-se foco de doenças e mortes, muitas vidas foram ceifadas, deixando por volta de 300 órfãos, além de famílias inteiras que foram dizimadas. Por isso, a travessia foi comparada ao tráfico de escravos, ou seja, uma empresa de caráter mercantil. De qualquer forma, os representantes suíços foram penalizados pelos desrespeitos ao acordo e responsabilizados pelas mortes e prejuízos ocorridos durante a viagem. Assim, perderam as possibilidades de conseguir as vantagens almejadas quando do principio do projeto. As 261 famílias tiveram que ser alojadas nas 100 casas que foram construídas por índios vindos de Aldeia da Pedra (Itaocara). Para que esse feito fosse possível - colocar 261 famílias em 100 casas - criou-se o que se denominava “família-artificial”, que era constituída de 17 a 20 pessoas de duas ou mais famílias. Em outras palavras, as habitações eram inapropriadas e insuficientes para o número de pessoas. Devido a esses e outros fatores, muito rapidamente os colonos perceberiam que grande parte dos lotes agrícolas não era produtiva, o que deu origem à expansão territorial para as vertentes do rio Macaé e para a “Terra dos Inhames”, região conhecida atualmente pelo nome de Lumiar¹³.

Já nas primeiras investidas à região supracitada, os colonos foram surpreendidos pela presença do que se poderia localizar como um quilombo, de fato não existe uma descrição da localidade, do tamanho ou de quantos negros aquilombados estariam na localidade, a referência encontra-se na obra do pesquisador suíço Martin Nicoulin, *A Gênese de Nova Friburgo*. Trata-se de uma carta escrita por Antoine Cretton de Martigny, oriundo do Cantão de Valais ao relatar, em 1824, uma expedição à região do rio Macaé.

(...) Ao cabo de oito dias de marcha, deparamos com um quilombo; é um esconderijo de negros fugidos que, para escaparem das crueldades dos portugueses vão viver juntos em montanhas inacessíveis. Esses negros são perigosos quando em número superior ao de brancos e espertíssimos, pois é quase impossível chegar a seu refúgio sem risco de vida (...). Mas qual não foi a nossa surpresa ao deparar de repente com oito negros que de arcos retesados, ameaçavam trespassar-nos o peito. Entretanto, conseguimos dominá-los e obtivemos todas as indicações sobre aquelas terras¹⁴.

¹² João Raimundo Araújo & Jorge Miguel Mayer (Orgs.). *Op. Cit.*, p. 30.

¹³ ¹³ João Raimundo Araújo & Jorge Miguel Mayer (Orgs.). *Ibid, Ibidem*.

¹⁴ Martin Nicoulin. *A Gênese de Nova Friburgo: Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996. p. 222.

Todavia, deve-se considerar a serra como ponto privilegiado para a formação desses núcleos de resistência, primeiro pelas dificuldades dos acidentes geográficos, que serviam como defesa natural; em segundo pela distância, tanto de Cantagalo, quanto da Corte. De fato, os colonos já estavam acostumados com a presença dos escravos que transitavam na Vila de Nova Friburgo e logo que puderam, associaram-se ao modo de vida senhorial e passaram a operar com terras e escravos. Desta forma, os colonos que ascenderam socialmente absorveram, em grande medida, o modo de vida senhorial, através da compra de terras e escravos e das diversas relações sociais que estabeleciam com os descendentes lusos brasileiros que já se encontravam aqui há mais tempo. A consolidação desse modo de vida entre os suíços coincide, segundo a minha visão, com o que Ilmar de Mattos denominou de “tempo saquarema¹⁵”. Tal fato pode ser atestado através dos batizados dos 13 escravos do médico Jean Bazet que por seu ofício e prestígio lançou mão de suas economias - por certo, oriunda da venda de seus bens de raiz na Suíça - e comprou mais de uma dezena de escravos, além de se envolver em um quiproquó por compra de terras, junto com o vigário Jacob Joye e Micaela Francisca do Rozário.

Estagnação, pobreza e miséria: alguns dos resultados do processo de colonização.

Apesar do aniversário de Nova Friburgo ser comemorado no dia 16 de maio - data que, em 1818, marca o fim das negociações entre o representante helvético e D. João VI - a modesta vila só foi efetivamente povoada por esses colonos em janeiro de 1820. Sem dúvida, os suíços chegaram ao Brasil em um quadro de expansão do café, que a partir desta segunda década ganhava as terras do Médio Paraíba, concomitante à formação do Estado Imperial e à expansão da classe senhorial e da escravidão. Somam-se a todos os problemas enfrentados pelos colonos, desde o embarque até a chegada à vila, as fortes chuvas de início de ano. Esse fator climático agravou ainda mais as condições das moradias, que foram invadidas pelas águas. Muitos colonos que possuíam meios resolveram migrar, como no caso do colono Stöcklin que, anos depois, e com um próspero lote de terras onde se cultivava café através do trabalho escravo, argumentava: “Nós suíços, que viemos em 1820, fomos postos em terras que só dão batatas, milho e legumes; por isso os colonos que não tiveram coragem ou meios de mudar para terras de café não progrediram nada¹⁶”. Assim como Stöcklin, outros colonos suíços prosperaram. Todos envolvidos com café e escravos, dentre eles podemos destacar os Monnerat, Joset, Robadey e os Balmant, como senhores de terras e escravos, o médico Jean Bazet e o padre Jacob Joye, que além de suas propriedades e escravos, também exerciam suas funções remuneradas. Vale ressaltar, porém, que exemplos como esses, se configuram em exceções e que a maior parte dos indivíduos suíços que imigraram para a região, tiveram como realidade, misérias e provações. Já na década de 1830, tanto os colonos que ascenderam socialmente, quanto os que não obtiveram

¹⁵ Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987, p. 270-273.

¹⁶ Martin Nicoulin, *Ibid*, *Ibidem*.

sucesso estavam plenamente integrados ao modo de vida que era expresso pela classe senhorial do sudeste.

A prosperidade não foi regra, como foi dito acima, a maioria dos colonos viveu em enormes dificuldades, principalmente, durante os primeiros anos na nova terra. Diversos foram os motivos do insucesso: terras ruins, falta de cumprimento dos acordos por parte da Coroa, além de poucos recursos e de escassa mão-de-obra. Como agravante da condição adversa, o precário auxílio prestado pela coroa aos colonos, na forma de sementes e animais, fora retirado quando D. João retornou a Portugal. Neste contexto político, o aprofundamento da pobreza foi latente. Para tentar conter o avanço da miséria foi criada por suíços radicados no Rio de Janeiro uma sociedade filantrópica para auxiliar os colonos de Nova Friburgo. Para uso coletivo foi comprado um moinho, além de se ter previsto a instalação de outros quatro nos arredores do território colonial. Ferramentas de mão foram distribuídas entre um número reduzido de colonos e um seleto grupo deles que, por se mostrarem mais prósperos, tiveram escravos financiados pela associação. Nada disso, entretanto, foi suficiente para acabar com a fome e a estagnação. Alguns colonos, devido ao quadro adverso, abriam clareiras na mata, se estabeleceram e iniciavam o cultivo de leguminosas - como o colono Wuichard que possuía alqueires de milho, variadas leguminosas e plantação de alfafa e cânhamo; ou o colono Peclat, que semeava variadas gramíneas europeias e “edificou uma pitoresca casa feita de madeira local¹⁷”. As necessidades fizeram os colonos se movimentarem. O patriarca Werner, por exemplo, construiu na sua propriedade um forno para cozer seus vasos de barro, com objetivo de vendê-los na vila. Outros se dedicaram a criação de animais, os Mozer, criaram porcos; e a família Rimes criava vacas de leite para a fabricação de queijos em sua pequena propriedade. Mesmo com essas corajosas iniciativas, nos primeiros anos da colônia predominava a pobreza, a fome e a falta de perspectiva.

No que se refere ao Estado, esse também realizou seu papel para que a colônia fracassasse. Desde o início, rondavam denúncias de negociata e alguns colonos consideravam as dificuldades oriundas, também, da má administração. A acusação mais forte a esse respeito foi a de que o dinheiro público estava sendo gasto em proveito de interesses privados, a exemplo da sesmaria do Morro Queimado, que deu origem à vila de Nova Friburgo, e foi vendida por um valor “superfaturado”. Se de um lado os colonos acusavam a administração, o inspetor da colônia, Monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiros, evidenciava a incapacidade dos colonos de se integrarem para cultivos coletivos, ou, sua pouca iniciativa, por vezes, permeada de descaso com a benfeitoria concedida. Para além deste debate, o fato é que devido à subalimentação, somada ao cansaço da viagem, inúmeros colonos começaram a padecer. O médico Jean Bazet cuidava de 600 doentes e nas suas palavras, “há famílias de 16 pessoas com

¹⁷ Raffard Henri. La colonie suisse de Nova Friburgo ET La société philanthropique suisse de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro:1877. pp. 58 e 59.

16 doentes¹⁸”. Como consequência, nos primeiros seis meses, 131 colonos haviam morrido. Em síntese, os primeiros anos dos suíços e alemães (salvo raras exceções) não foram memoráveis - a pobreza, a fome e a falta de perspectivas estavam presentes em suas vidas. A morte dos chefes de família já produzia cerca de trezentos órfãos, mais um problema para a administração da colônia. Mesmo com tantos revezes esse trabalho não se insere entre aqueles que enfatizam apenas o fracasso da colonização suíça, mas visa entender como alguns indivíduos de origem suíça conseguiram construir uma trajetória de ascensão social e econômica. Assim um importante trabalho com o qual será mantido diálogo é o de Marieta de Moraes Ferreira, que ao analisar o “... itinerário percorrido por Marianne Joset Salusse demonstra que entre os imigrantes que fundaram Nova Friburgo as atividades comerciais e urbanas também floresceram e garantiram mobilidade econômica e social para alguns deles...”¹⁹”.

Como se viu acima, a única saída para os suíços menos privilegiados era empreender uma nova colonização para regiões mais quentes e férteis. As doenças assolavam a todos e a culpa ficava na mútua acusação, da falta de associação entre os colonos e da negligência da direção da colônia, como resultado, temos que ambos os argumentos contribuíram para ceifar centenas de vidas. Mesmo nesse quadro adverso, a Sociedade Suíças Beneficente de Cantagalo prestou auxílio a alguns colonos, claro que sem a pretensão de mudar o estado de todos eles, ao mesmo tempo que, alguns outros colonos conseguiram empreender suas próprias estratégias sociais de ascensão aos extratos mais abastados da sociedade imperial.

Senhores de terras e escravos e a ascensão de colonos suíços

Torna-se fundamental, antes de apresentar qualquer colono suíço, dar destaque aos primeiros senhores de terras e escravos da região e suas relações políticas na direção da colônia de suíços, posteriormente tenciona-se abordar as relações fundiárias e escravistas constantes no seio dessa classe, voltando o foco para os colonos que assumiram essa posição. Tenciono analisar aqui, a formação da classe senhorial na vila de Nova Friburgo, os principais representantes e defensores dos interesses dos senhores em desenvolver a região e, desta forma, identificar como se dava a correlação de forças entre senhores e escravos na colônia de suíços até 1850, período em que se forjavam como classe e base representativa do partido da coroa. Por outro lado, viso compreender em que medida os colonos europeus, transplantados de suas terras, assimilaram o modo de vida da classe senhorial. Para tal compreensão, discutirei alguns documentos inéditos em que suíços de diferentes classes sociais se envolveram, direta ou indiretamente, nos negócios da escravidão.

¹⁸ João Raimundo Araújo & Jorge Miguel Mayer (Orgs.). *Op. Cit.*, p.42.

¹⁹ Marieta de Moraes Ferreira. *Histórias de famílias: casamentos, alianças e fortunas*. Léo Christiano Editorial, RJ, 2008. p. 11.

É necessário destacar o fato de que a maioria das terras e, sobretudo, as grandes propriedades, estavam nas mãos de brasileiros e luso-brasileiros. Os colonos, inicialmente, só compraram terras até 500 mil réis, o que correspondia a uma légua em quadra, não havia uma normativa para restringir o acesso a terra para suíços, isto quer dizer que poderiam comprar áreas mais extensas, mas nesse caso apossar-se das terras parece ter sido a opção mais vantajosa. Em um documento de junho de 1824 consta uma lista dos fazendeiros da região²⁰, nenhum nome suíço estava entre eles. Mais instigante é que vários dos que constavam na lista exerceram funções públicas na administração da freguesia. O próprio João Luiz Ribeiro, como foi dito anteriormente, havia sido Juiz Ordinário em 1822, mas desde o início do século já operava com terras e escravos. Entre 1820 e 1850 batizou²¹ 37 escravos na Igreja de São João Batista da Vila de Nova Friburgo, era proprietário, junto com sua mulher, das fazendas São Simplicio e Barra Grande, no distrito de São José do Ribeirão. A propriedade que pertencia a Genoveva foi vendida em 1818 e o casal abriu uma casa de negócios na vila, com o objetivo de atender as necessidades dos colonos suíços²². Outro exemplo é Antônio José Teixeira Penna, possuidor da fazenda Boa Vista, também em São José do Ribeirão. Ele batizou mais de trinta escravos, além de ter exercido por longo tempo o cargo de escrivão da câmara e de Alferes da vila. Além de Lourenço Correia Dias, Juiz ordinário em 1820; e João Dutra da Costa, que foi Juiz ordinário em 1821, ambos eram possuidores de mais de 20 escravos. O primeiro era proprietário da sesmaria do morro queimado, que deu origem a Nova Friburgo, e o segundo proprietário da sesmaria Ponte de Tábuas, que viria a ser palco de uma fuga de escravos, seguida da morte do ferreiro da fazenda no ano de 1850²³.

Sem dúvida, eram esses luso-brasileiros que dirigiam a organização da vila, eles estavam também entre os principais vereadores da câmara municipal e, como já foi demonstrado, estavam entre os principais interessados no desenvolvimento da região. Esses senhores foram os primeiros representantes do modo de vida expresso pela classe senhorial na vila de Nova Friburgo. Pelo menos até 1831, governaram formalmente a colônia suíça, depois, mantiveram-se no poder político e econômico durante todo o século XIX. Uma quantidade ínfima de suíços acessou as camadas mais abastadas do Brasil imperial. A maioria destes adquiriu terras de café em Cantagalo, São José do Ribeirão e Nossa Senhora da Conceição do Paquequer (os dois últimos, distritos da vila de Nova Friburgo). Tomando por base uma lista de 1829 onde constam os contribuintes em dinheiro para consertos da Serra da Boa Vista, é possível constatar que as quatro maiores contribuições foram de vinte mil réis e feitas por dois lusos-brasileiros e dois suíços. Além disso, os dois grupos estão representados na lista de forma idêntica, onze membros

²⁰ Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - Pró-memória, caixa 1-4: doc.300

²¹ Até o presente momento não se tem conhecimento de outra fonte onde se possa proceder a uma contagem dos escravos da vila. Nos arquivos não contam listas nominativas ou inventários post-mortem, portanto, para ter um número aproximado da escravidão na vila a maneira encontrada foi recorrer aos registros batismais.

²² João Raimundo Araújo & Jorge Miguel Mayer (Orgs.). *Ibid, Ibidem*.

²³ Élio Monnerat Solon de Pontes, *Bom Jardim Centenário: breve esboço retrospectivo*. Prefeitura Municipal de Bom Jardim, 1994. p. 29.

para cada. No entanto, a soma das contribuições, que chegava a 149 mil Réis, aponta que os suíços colaboraram com 5 mil Réis a mais que os colonizadores mais antigos, não que estes fossem mais abastados, mas eram, certamente, mais requisitados para contribuir com todos os tipos de reparos, a saber estradas, moinhos e pontes.

Nota-se que, desta maneira, é imprescindível acompanhar uma pequena parte da trajetória de alguns dos colonos suíços, por exemplo, Alexandre Robadey, que era barbeiro e na lista citada contribuiu com quatro mil Réis. Logo após a sua chegada à vila o colono começa a se enveredar para o comércio, sobretudo de carne - como atesta uma atualização das “licenças para matar boi” de 16 de janeiro de 1824, onde o referido colono aparece como licenciado para este serviço desde 1820²⁴. No ano de 1823 foram feitas duas denúncias contra Robadey, uma por burlar taxas e outra por vender uma libra de carne incluindo a cabeça do novilho em pedaços. As acusações foram feitas por Felix Rime, seu principal concorrente. Entretanto, essas não surtiram muito efeito, já que em 1824, Alexandre Robadey passa ao cargo de fiscal das carnes que se vendiam na colônia. No ano de extinção da colônia (1831) este se torna vereador e em 1833 recebe a patente de alferes da Guarda Municipal. Um ano depois, é novamente acusado por Félix Rime, agora de desviar gado da fazenda real, tendo como cúmplice François Perroud. “Mesmo sob o espectro dessas acusações, Alexandre volta a ser vereador com a terceira maior votação em 1837 e, em 1840, ocupa interinamente a presidência da Câmara²⁵”. Dois documentos de compra e venda de escravos nos permite compreender um pouco melhor os negócios de Robadey, das suas relações com outro colono suíço, Luis Vial, e dos indícios de como esses indivíduos aderiram à dinâmica imperial, e, juntos construíram suas vidas com os mesmos interesses senhoriais difundidos durante a formação da elite senhorial na vila de Nova Friburgo.

No ano de 1839, Luiz Vial registra a penhora de oito escravos a Alexandre Robadey, a quantia já fora recebida há muito tempo, um conto de réis. Constavam quatro escravos africanos de nação e a mesma quantidade de crioulos. Neste documento Luiz Vial consta como morador do termo da vila de Nova Friburgo, penhorando oito dos seus escravos²⁶. Talvez estivesse empobrecido, ou então procurava oportunidades melhores, isto por que, três anos depois, em fevereiro de 1842, Luiz Vial retoma junto a Alexandre Robadey os seus oito escravos ladinos, e agora aparece como morador de Cantagalo. Vale ressaltar a relação entre a prosperidade dos colonos e as migrações para terras de café de Cantagalo e adjacências. Essa prosperidade pode ser constatada, pois Luis Vial paga a Alexandre Robadey um conto e 400 mil réis em dinheiro mais juros²⁷. Como é possível notar, para os colonos as melhores maneiras de melhorar de vida eram rumar em direção às terras mais férteis e quentes de Cantagalo.

²⁴ Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - Pró-memória, caixa 1-4: doc. 250.

²⁵ Henrique Bon. *Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil as portas da Independência*. Imagem Virtual, 2004, p. 787-788.

²⁶ Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, Livro II: 203V/204/204v

²⁷ Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, Livro III: 55V

Outro caso relevante, e que pode nos servir de exemplo, é o da família Jacoud. A matriarca da Família, Nanette Jacoud, em Nova Friburgo, recebeu a Gleba colonial de número 80, cuja infertilidade nos apresentará seu segundo marido, que por meio de uma petição dispôs-se a abandoná-la em troca de uma posse no Alto Macaé²⁸. A terra foi concedida, mas em porção bem menor do que a solicitada. Quando a matriarca morreu, deixou dois escravos para os filhos. O irmão mais velho, Pedro Jacoud, passou a ser tutor de sua irmã Ana e diante das dificuldades econômicas encontradas ele vendeu, em 1837, metade dos escravos recebidos por ela como herança. João Congo e Carolina Mina passavam a ter dois donos, foram vendidos os dois por 383 mil Réis a Vicente Jacoud membro mais abastado da família e que seis anos depois era considerado um próspero agricultor na região do rio Macaé²⁹. A respeito dos colonos que ocuparam a região do rio Macaé faz-se notável a tese de Jorge Miguel Mayer. O pesquisador identifica a construção de uma identidade “caipira” construída por colonos suíços e alemães e rechaça a ideia de permanências culturais dos colonos. Mayer, todavia, aponta para a presença da escravidão e de seus traços culturais, não como elemento estruturante desta realidade díspar, como venho propondo desde o início deste texto, mas como uma instância que apenas permeava a colonização, que deste ponto de vista, “serviriam para esclarecer alternativas do trabalho livre em um contexto escravista³⁰”. Não creio sinceramente que a tentativa de colonização tencionasse “esclarecer” outras possibilidades de trabalho. Ancoro-me, para isso, em algumas ocorrências de âmbito nacional que devem ser assinaladas. Por exemplo, o governo só passou a pensar em alternativas ao trabalho escravo por volta de 1842 “quando foi apresentado à Câmara um projeto de regulamentação da estrutura fundiária, que previa a venda de terras públicas para o financiamento da contratação de trabalhadores livres na Europa³¹”. Por outro lado, a entrada de entorno de 1600 suíços não poderia isolá-los diante da força do tráfico transatlântico de escravos para o sudeste brasileiro que, só entre os anos de 1801 e 1825, viu desembarcar nessas águas mais de 500 mil africanos³². No entanto, o que se tem demonstrado é a assimilação da ordem senhorial escravista pelos colonos, fator que atingiu variados extratos sociais durante a formação da vila de Nova Friburgo e, na prática, nega a possibilidade de se tratar da implantação de uma experiência de trabalho livre no coração da escravidão nacional.

Já a pesquisa empreendida por Marieta de Moraes Ferreira visou compreender como as estratégias matrimoniais construíram alianças e redes de solidariedade que tinham como objetivo a manutenção de recursos financeiros. O exemplo que aqui nos interessa é o de Marianne Joset Salusse, imigrante suíça, casada com Guillaume Marius Salusse desde 1830. Ela estava

²⁸ Henrique Bom, *Op. Cit.*, p. 543.

²⁹ Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, Livro II: 128/128V

³⁰ Jorge Miguel Mayer, *Raízes e crise do mundo Caipira: o caso de Nova Friburgo*. Niterói, 2003. Tese de Doutorado. p. 533

³¹ José Murilo de Carvalho. *A construção nacional 1830 - 1889*, volume 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 1012. p. 100.

³² <http://www.slavevoyages.org/>

“envolvida com atividades comerciais urbanas de pequeno porte³³”, mas Marianne ambicionava mais, desejava ela “integrar-se no mundo dos grandes proprietários nacionais³⁴”. Para tal intento, Madame Salusse realizaria um conjunto de “alianças matrimoniais para os filhos fora do seu núcleo de origem, o dos imigrantes suíços³⁵”. Observamos com o que foi exposto que desde que chegou à vila de Nova Friburgo, Marianne apreendeu um modo particular de ascender na escala social que era constituído pela formação de redes extensas de parentesco e tentou, através do matrimônio dos filhos, aproximarem-se do modo de vida dos senhores de terras e escravos. Não obstante Marianne também negociava escravos como nos apresenta uma escritura de 1830 em que ela vende dois escravos a Antônio José de Souza Maya e a Luiz José de Souza Lisboa, segundo o documento:

a outorgante vendedora Marianne Joset colona suíça e os outorgados compradores (...) reconhecidos de mim tabelião e moradores desta vila (...) que por vontade deste instrumento na melhor forma de direito vendia (...) sem constrangimento de pessoa alguma dois escravos novos boçais de nação Moçambique doentes em risco de vida (...) pelo preço e quantia ambos por setenta mil reis³⁶.

O contrato de venda contava ainda com a condição de que Antônio José de Souza Maya e Luiz José de Souza Lisboa se tornassem donos da metade de cada um dos escravos. Trata-se de um documento curioso, afinal, porque motivo os compradores iriam adquirir africanos recém-chegados, doentes e com risco de vida? É possível especular respostas, mas a mais plausível seria a de recuperar a saúde desses indivíduos para vendê-los por um preço maior ou para utilizá-los no trabalho. Outra curiosa questão reside no motivo de Marianne Joset incluir uma condição a cada um dos compradores, ficar com a metade dos dois escravos. Aqui as excepcionalidades apontam os limites dessa sociedade em que os escravos passaram a ter dois donos cada um. Poderia não ser a intenção da colona suíça, mas as possibilidades desses cativos parecem diminuir, na medida em que cada um desses indivíduos deveria construir novas relações sociais com dois senhores diferentes, sempre em busca de livrar-se do cativeiro, porque, como afirma Chalhoub, “a liberdade era uma causa dos negros³⁷”.

Outro exemplo de sucesso foi o médico da colônia o Doutor Jean Bazet do grupo dos colonos francófonos, natural da freguesia de Nay, que por seu ofício lançou mão de suas economias - por certo, oriundas da venda de seus bens de raiz na Suíça - e batizou mais de uma dezena de seus escravos³⁸, além de se envolver em uma disputa por compra de terras, junto com

³³ Marieta de Moraes Ferreira, *Op. Cit.*, p. 8.

³⁴ *Idem.*

³⁵ Marieta de Moraes Ferreira. *Ibid*, p. 9

³⁶ Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo, Livro I: 93V, 94, 94V e 95.

³⁷ Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Cia das Letras, 1990. p. 173

³⁸ Dados extraídos do Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo - Livro I de Batismo. 1820 - 1850.

o vigário Jacob Joye e Micaela Francisca do Rozário³⁹, logo no primeiro ano da colonização. Por seu prestígio Bazet foi eleito presidente da câmara em 1828 e o seria por mais duas vezes ainda, o que corrobora para o argumento de que o colono suíço estava integrado aos procedimentos imperiais. Esta integração com o modo de vida dos senhores é acentuado mediante a solicitação, da comenda de cavaleiro da Ordem de Cristo em 1828, mas que só veio a receber em 1849⁴⁰. Importante ressaltar que o pedido deste título é anterior ao fim do domínio sobre a colônia de suíços de Nova Friburgo, período este que durou até 1831 e em que a governança da vila seria realizada exclusivamente por autoridades portuguesas.

Esses exemplos explicitam, portanto, duas faces de um mesmo vintém. Por um lado temos as dificuldades vividas pelos colonos e algumas de suas formas de tentar contornar os problemas, mas sem se desfazer por completo das relações com os escravos, e por outro lado temos dois exemplos de indivíduos de origem suíça que ao longo da primeira metade do XIX ascenderam socialmente e passaram a conformar a classe senhorial que espalhava seus poderes pelos Sertões do Leste. O primeiro, Luis Vial, valendo-se da penhora e posterior resgate dos cativos mediante pagamento de juros e o segundo, Pedro Jacoud, que tanto pelo dinheiro recebido pela venda de metade dos dois escravos, quanto pela metade do trabalho realizado por eles ao longo do tempo beneficiava-se dos mecanismos da escravidão para melhorar sua condição. No mesmo sentido, mas atuando em um extrato social mais abastado, temos a colona Marianne e o médico Bazet, a primeira buscou alianças de casamento para os filhos, no núcleo abastado da vila e o segundo adquiriu diversos escravos que poderiam servir-lhe tanto ao ganho como em seu lote colonial. O que demonstra como esses indivíduos estavam profundamente influenciados pela dinâmica do modo de vida dos senhores de terras e escravos. Mesmo que tenham desenvolvido uma identidade caipira, assim como sustenta Jorge Miguel Mayer, os colonos não escaparam do contato com a escravidão, pois, “não havia parte alguma do país, ao contrário dos Estados Unidos, em que não houvesse escravos⁴¹”. O que se pode depreender a partir da argumentação elaborada é a adesão, por parte dos colonos suíços, ao modo de vida senhorial. Isto porque, na medida de suas possibilidades, esses colonos foram em busca de se aproximar da posse do elemento de estruturação desta sociedade, o trabalhador escravo.

ARQUIVOS E FONTES

Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo

Livros I e II de Batismo

Livro I de Tombo

Arquivo do Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo

³⁹ Arquivo do Cartório do 2º ofício de Nova Friburgo - Livro de Notas I - Escritura de venda a João Bazet - Fl. 3 à 4 e Livro I - Escritura de destrato - João Bazet e Micaella - Fl. 4 e 4v

⁴⁰ Henrique Bon. *Op. Cit.*, p. 254 a 258.

⁴¹ José Murilo de Carvalho. *Op. Cit.*, p. 85.

Livros de Notas do Cartório do Segundo Ofício Volumes I, II, III e IV.
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - CDH - Pró-Memória Coleção Caixas da Colônia.

BIBLIOGRAFIA:

Clélio Erthal. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói, Nitpress, 2008.

Élio Monnerat Solon de Pontes, *Bom Jardim Centenário: breve esboço retrospectivo*. Prefeitura Municipal de Bom Jardim, 1994.

Henrique Bon. *Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil as portas da Independência*. Imagem Virtual, 2004.

<http://www.slavevoyages.org/>

Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.

João Raimundo Araújo & Jorge Miguel Mayer (Orgs.). *Teia serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

Jonh Mawe. *Viagens ao Interior do Brasil Principalmente aos Distritos do Ouro e dos Diamantes*. Rio de Janeiro, Ed. Zelio Valverd, 1944.

Jorge Miguel Mayer, *Raízes e crise do mundo Caipira: o caso de Nova Friburgo*. Niterói, 2003. Tese de Doutorado.

José Murilo de Carvalho. *A construção nacional 1830 - 1889*, volume 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 1012.

Keila Grimberg. & Ricardo Salles (Orgs.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808 - 1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. "A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão" - Beatriz Gallotti Mamigonian - p. 209-270.

Laura de Mello e Souza, *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

Maria Janaína Botelho Corrêa. *Histórias da História de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora Primil, 2012.

Marieta de Moraes Ferreira. *Histórias de famílias: casamentos, alianças e fortunas*. Léo Christiano Editorial, RJ, 2008.

Martin Nicoulin. *A Gênese de Nova Friburgo: Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

Raffard Henri. *La colonie suisse de Nova Friburgo ET La société philanthropique suisse de Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1877.

Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

O Cotidiano da Morte e o Morrer protestante na Vila de São João Batista em Nova Friburgo a partir de um cemitério luterano entre 1819 a 1864

Ronald Lopes de Oliveira

Pós -Graduado em Ciências da Religião pela UCAM/AVM. Licenciado em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO
ronald.l.oliveira@hotmail.com

RESUMO

Esse texto trata-se de um projeto de pesquisa que inclui uma abordagem teórica e analítica no campo da Religião e religiosidades no Brasil com relação ao cotidiano da morte e do morrer protestante. Desta maneira, tento compreender o processo de criação e utilização do cemitério dos luteranos germânicos na vila de São João Batista de Nova Friburgo a partir de 1824, sendo que a região já havia sido ocupada por uma população hegemonicamente católica, convivendo com alguns suíços de confissão calvinista desde 1819. Assim, o estudo de caso em tela me permite fazer um levantamento bibliográfico e também catalogar fontes paroquiais relativos ao tema e a região. Desta maneira, esse projeto de pesquisa apresentado em forma de artigo visa ser delimitado pelo processo de imigração luterana para o Rio de Janeiro e que está imbricado na história da Vila de São João Batista de Nova Friburgo, tendo como base os assentamentos das comunidades suíça e germânica.

Palavras-chave: Morte, Igreja Luterana, Nova Friburgo.

RÉSUMÉ

Cette communication est un projet de recherche qui comprend une approche théorique et analytique dans le domaine de la religion et la religiosité au Brésil par rapport à la mort quotidienne et la matrice protestante. De cette façon, je essaie de comprendre le processus de création et l'utilisation du cimetière des luthériens allemands dans le village de Saint Jean-Baptiste de Nova Friburgo de 1824, et de la région avait été occupée par une population catholique hégémonique, vivre avec une certaine confession suisse calviniste depuis 1819. Ainsi, l'étude de cas sur l'écran m'a permis de revoir la littérature et également cataloguer sources paroissiales sur le sujet et la région. Par conséquent, ce projet de recherche présenté sous la forme de l'article vise à définir par le processus d'immigration luthérienne pour le Rio de Janeiro et est intimement liée à l'histoire du village de Saint Jean -Baptiste de Nova Friburgo basée sur le règlement des communautés suisses et allemands .

Mots-clés: la mort, l'Église luthérienne, Nova Friburgo.

A historiografia relativa à morte e o morrer no Brasil perpassa por diversas questões como as atitudes e práticas perante a morte, as formas de bem morrer, a sepultura como local de estratificação social, as representações da boa morte, dentre outras questões (BLUME, 2010; CARTOGA, 2000; FONSECA, 2006; KRISCH, 1991). Nesse sentido, os distintos

grupos religiosos lidam com seus mortos de forma variada. Sendo assim, originam do cotidiano desses ajuntamentos interrogações acerca de rituais, cemitérios e práticas relacionadas à morte e o morrer.

No que tange aos cemitérios, Pagoto (2004, p. 26) nos ajuda a entendê-lo, pois: “O cemitério muita das vezes é visto como um espaço que provoca mais receio do que admiração”, porém aos historiadores revela inúmeras possibilidades de investigação a partir da utilização dos epitáfios, testamentos e os registos de óbito como fontes primordiais para a reconstrução e análise dos diferentes períodos históricos (PAGOTO, 2004).

Diversos autores abordaram a questão da morte e dos cemitérios (RODRIGUES; BRAVO, 2012, p 1-15; ARIÈS, 1989; CYMBALISTA, 2002, p. 90 -102; RODRIGUES, 1997, p 100-102; RODRIGUES, 2003; RODRIGUES, 2005; RODRIGUES, 2007), mas raramente como objeto de estudo protestante e, na maioria das vezes, são analisados de forma interna as comunidades católicas, onde se observa a iconografia cemiterial e a relação entre Estado, Igreja e cemitério. No artigo de Claudia Rodrigues e Milra Bravo (RODRIGUES; BRAVO, 2012, p 1-15), há a análise de uma hierarquização da morte durante os sepultamentos de escravos católicos filiados ou não as ordens religiosas.

Já Rodrigo Portela vislumbra as diversas dificuldades dos germânicos luteranos em terem acesso ao batismo e ao sepultamento, mas não aprofunda essa questão. Em um artigo de Cláudia Rodrigues e Gabriel Cordeiro (RODRIGUES; CORDEIRO, 2013, p. 16 -39), verificamos também, que o sepultamento poderia unir diferentes religiões em determinados momentos no que tange a morte, ao ponto de, em Minas Gerais, no século XIX, ter ocorrido o sepultamento de um minerador germânico luterano por um reverendo anglicano e aprovado por luteranos e católicos que estavam presentes (RODRIGUES; CORDEIRO, 2013).

Após essa análise, é importante salientar que a morte e o morrer postos em prática pela modernidade garantem um rompimento com os tipos tradicionais de ordem social, fazendo com que as questões relativas à morte protestante sejam processos dessa ruptura. Logo, faz-se necessário entender os aspectos da implantação do protestantismo no Brasil.

Nesse viés, as formas de se escrever a história desses grupos são fundamentadas ora em análises sociológicas; (RIBEIRO, 2007, p. 117 -129; MENDONÇA, 2005; MENDONÇA, 2002; MENDONÇA, 2008 ; CAMPOS Jr, 2009, p. 80-95) ora são alicerçadas em fundamentos teológicos¹ (GARLOW, 2007, p. 181-198; CAIRNS, 2008). É importante destacar, que esses

² “Fundamentos teológicos ” são entendidos aqui como discursos que alegam o protestantismo sendo proveniente de Deus; logo, sua historiografia é providencialista triunfalista.

grupos não constituem um conjunto homogêneo, uma vez que seus indivíduos apresentam conflitos internos (CAMPOS JR, 2009; MENDONÇA, 2002).

Existem também as obras que abordam o protestantismo como religião que fora construída como um processo pelo qual se adquiriu características culturais do grupo hegemônico local, porém preservando seus cemitérios (ALVES, 2010, p. 71-96; SANTANA, 2010, p. 235-248; DREHER, 2003; DREHER, 2010; FRESTON, 1993, p. 61-73; WOORTMANN, 2000, p. 205-238). Outras obras de cunho romancista e genealógico foram importantes para identificação das famílias de imigrantes protestantes, através da transcrição dos livros de óbito preservado por suas respectivas igrejas (MÜLLER, 2003; GAEDE, 2012; BON, 2004; DUCOTTERD e LOUP, 1997). Tudo isso colaborou para o levantamento de dados e informações .

Entretanto, esses materiais carecem de uma interpretação histórica que analise esses dados de forma acadêmica. Para além de toda essa vasta abordagem, ainda há obras que retratam a História do Protestantismo no Brasil a partir de matizes específicas como a dos metodistas (REILY, 1981; SALVADOR, 1982), dos presbiterianos (EREIRA, 1965; ATAÍDE, 2008, p. 45-69) e em especial dos luteranos, como em São Leopoldo (SALAMONI, 2001), Rio de Janeiro (LENZ, 2008) e Espírito Santo (GAEDE, 2012). Logo, a historiografia mostra que, em cada região, o luteranismo se desenvolveu de maneiras diferentes.

Começando por São Leopoldo/RS (SALAMONI, 2001; GOUVÊA, 2009) , os luteranos apareceram como protagonistas no desenvolvimento político da região sul do Brasil, enquanto no Rio de Janeiro (LENZ, 2008), Espírito Santo (GAEDE, 2012), Bahia (RABELLO, 2008) e São Paulo (SIRIANI, 2005) os colonos imigrantes se esforçaram para desenvolver sua religião. Ainda nessas cidades, as obras de José Antônio Soares de Souza, Duncan Alexander Reily e Armindo Müller buscaram a análise das comunidades luteranas como religião étnica , ressaltando assim a preservação da língua alemã, seu próprio culto e os cemitérios como instrumento de identidade e observando as complicações dessas comunidades para seus assentamentos (SOUZA, 1976; SALAMONI, 2001; MÜLLER, 2003; REILY, 2003; SIRIANI, 2005; GOUVÊA, 2009) .

Desta maneira, o processo de imigração luterana está perpassado pela história do centro-norte do Estado do Rio de Janeiro chamado de “Sertões do leste fluminense”² composta pelas áreas que hoje incluem os municípios atuais de Teresópolis, Sapucaia, Nova Friburgo, Sumidouro, Duas Barras, Carmo, Bom Jardim, Cordeiro, Macuco, Cantagalo,

² É Também chamada de “Sertões do Macacu”.

Trajano de Moraes, São Sebastião do Alto, Itaocara, São Fidélis, Três Rios, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto e parte de Petrópolis. A região escolhida para esse projeto foi a Vila de São João Batista de Nova Friburgo que teve por base os assentamentos das comunidades suíça e germânica.

Por isso, é importante visitar as obras de Pedro Cúrio que traçam uma narrativa da história dos suíços em Nova Friburgo em fins do século XIX (CURIO, 1944) e Jules Conus que publicou em francês uma obra que narra desde a saída desses suíços, dos seus locais de origem, até a chegada em Nova Friburgo entre 1819 e 1820 (CONUS, 1918). Há também, a partir da utilização de fontes paroquiais, os estudos de genealogia que traçam os ascendentes das famílias suíça (BON, 2004) e germânica (MÜLLER, 2003) que chegaram à Vila.

Em 1991, José Carlos Pedro e Jorge Miguel Mayer publicam um trabalho sobre vida e morte na referida colônia no qual fazem um estudo demográfico de imigrantes suíços, portugueses, escravos e germânicos. (MAYER e PEDRO, 1991). Mais tarde, em 1996, Regina Laforet se junta a Mayer e Pedro para publicarem um dossiê dos suíços descrevendo seu perfil social através da análise de suas bagagens trazidas para Nova Friburgo em 1819 (MAYER; PEDRO; LAFORET, 1996). Nesse ínterim, em 1995, a tese de Martin Nicoulin abriu novas abordagens sobre a imigração suíça, ao defender o colapso do projeto desta imigração após a tentativa de assentamento, utilizou fontes de Friburg e de Nova Friburgo (NICOULIN, 1995). A obra francesa “Histoire du Canton de Friburg” (TREMP, Ernst; TREMP-UTZ, Kathrin, 1981) também contribuiu como base e fonte de pesquisa para a maioria das publicações dos anos 90.

Todavia, a partir de 1999 podemos dizer que na historiografia sobre Nova Friburgo há uma mudança de abordagem, pois João Raimundo de Araújo e Jorge Miguel Mayer organizaram uma obra sobre a história da região, abordando outros temas como escravidão, morte e administração da vila (ARAÚJO; MAYER, 1999). Após essa publicação, Jorge Miguel Mayer aproximou o imigrante suíço ao caipira, sendo este último, modelo construído por Antônio Cândido (MAYER, 2003). Contudo, em 2000, Gisele Sanglard, se utilizou de cartas de imigrantes suíços para questionar a tese de Martin Nicolain sobre o fracasso do projeto de imigração (SANGLARD, 2000). A partir de 2011, Janaína Botelho publicou novos estudos da História local, defendendo a ideia de que Nova Friburgo, a partir de fins dos anos oitenta do século XIX teria sido uma cidade salubre, analisando desde o processo de imigração germânica em 1824 até meados do século XX (CORRÊA, 2011 e 2012).

Ao pesquisar a historiografia friburguense observa-se um importante artigo de Jorge Antônio Soares de Souza de 1976 o qual ele escreve com base em inúmeras fontes primárias

sobre a trajetória da imigração germânica para a Vila de São João Batista, desde a captação dos imigrantes até seu assentamento (SOUZA, 1976). É preciso dizer também, que houve uma imigração suíça eminentemente católica anterior à germânica (1819) e houve a convivência com os luteranos germânicos na vila após 1824.

Para entendermos o segundo processo de imigração para a Vila de São João Batista de Nova Friburgo a partir de 1824, começamos pelo o agente de imigrações e diplomata Jorge Antônio Schaeffer , que foi comissionado por José Bonifácio com o intuito de recrutar possíveis imigrantes para a criação de um exército, a fim de se defender do recente processo de independência do país e também recrutar colonos rurais (SOUZA, 1976, p. 11). Seguindo a política imperial, o objetivo era trazer imigrantes europeus para desenvolver a indústria e agricultura perto da capital (ALMEIDA, 2013). Entretanto, Schaeffer não cumpriu parte do acordo feito com José Bonifácio , mandando para o Brasil cerca de 10 mil colonos, três vezes mais do que estava estabelecido. Tudo indica que ele assediava com promessas de ajuda do governo imperial, o que na prática nunca aconteceu e desta forma reunia seu contingente de imigrantes, mas mesmo assim não conseguiu cumprir os requisitos do perfil exigido pelo Império Brasileiro (TEIXEIRA, 2014, p. 12-28).

Após seis meses de viagem e várias dificuldades durante o trajeto, chegaram ao Rio de Janeiro, no dia 13 de janeiro de 1824, o navio *Argus*, trazendo 150 soldados, 134 lavradores e 24 canhões. Os lavradores foram enviados para Nova Friburgo (MÜLLER, 2003, p.18 -19). Um segundo navio chamado *Caroline* também chegou à Armação da Praia Grande (atualmente Niterói) em 13 de abril de 1824, com 174 imigrantes e 51 soldados, o destino desses lavradores também foi Nova Friburgo (MÜLLER, 2003, p.18). Todo esse contingente de imigrantes eram germânicos luteranos de diferentes partes da região da Baviera e Hessen, cujos reinos pertenciam a um conjunto de Estados-membros da recém-criada Confederação Germânica³ de 1815 (CASTRO, 2009).

Um mês após a chegada da comunidade germânica luterana liderada pelo pastor Friedrich Oswald Sauerbronn, que anteriormente havia sido pároco em Becherbach, (MÜLLER, 2003, p.40) em 13 de maio de 1824, às oito horas da noite faleceu Peter Leopold, filho do pastor-líder protestante. De acordo com a certidão de óbito, Peter Leopold nasceu no dia 17 de novembro de 1823 durante a viagem para a América, perto das ilhas de Cabo Verde e, em consequência deste parto, a sua mãe Charlotte veio a falecer. (OLIVEIRA, 2012).

³ Também chamada de *Deutscher Bund* foi a união política de principados e ducados germânicos entre 1815 e 1866, que decorreu do Ato Federativo de Viena a 9 de junho de 1815. Esta confederação tem os atos da unificação napoleônica como base e sob a presidência da Casa imperial austríaca dos Habsburgo, que era representado por um presidente austríaco enviado para a Dieta Federal em Frankfurt (VIEIRA, 2006).

Monsenhor Miranda, inspetor da colônia, negara que o sepultamento fosse realizado no cemitério da vila, pois alegava que o local era destinado somente a católicos (OLIVEIRA, 2012). Tendo em vista a negação do pároco, o pastor Sauerbronn escolheu um lugar em uma área distante do cemitério e no dia seguinte, o sepultamento de Peter Leopold foi realizado às 16 horas, sendo o primeiro a ser ali enterrado, tendo o próprio pai oficiado o rito luterano de enterramento do seu filho (OLIVEIRA, 2012).

A partir desse sepultamento, criaria na colônia, um cemitério destinado às pessoas que não eram da religião católica (REILY, 2003, p.59). Quarenta e nove dias depois, outro enterramento será ministrado pelo pastor Sauerbronn, desta vez foi o vice-presidente do *College de Surveillance*:⁴ o capitão Nicolas Porchat, porém seu cortejo foi acusado de “pomposo” infringindo leis imperiais, a partir de uma denúncia feita por parte do Monsenhor Joye (TEIXEIRA, 2014, p. 85). É interessante observar também que o presidente dessa comissão, Jean du Luternau, foi sepultado pelo padre Joye no cemitério da vila, não assinando o termo de abjuração da religião calvinista. É preciso deixar claro também, que outros calvinistas foram enterrados nessa mesma condição antes da chegada do referido pastor (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 2014). Analisando o I Livro de Óbitos da comunidade germânica luterana do período de 1824 a 1864 encontramos 190 assentos de variados tipos de *causa mortis* como: senilidade, febre, hidropisia, quatro assassinatos (sendo um do filho do Pastor Sauerbronn com um tiro no peito e um suíço calvinista Frederick Lamplet que recebeu um tiro em um duelo), natimortos, um suicídio, dentre outros. Esses dados me apontam para um cemitério que abrigava variados tipos de mortes e de pessoas, diferentemente de um cemitério católico (RODRIGUES, 2003).

Todas essas questões me impulsionaram a estudar o cemitério dos luteranos germânicos na vila de São João Batista de Nova Friburgo, sendo certo que a região já havia sido ocupada por uma população hegemonicamente católica, convivendo com alguns suíços de confissão calvinista. Sendo assim, o cotidiano da Morte e do Morrer protestante na Vila de São João Batista em Nova Friburgo entre 1824 e 1864 a partir do processo de criação e utilização de um cemitério luterano torna-se o objeto de pesquisa que pretendo desenvolver. A opção por esta temática se dá em função da lacuna que observo em relação às análises específicas sobre morte protestante, uma vez que também alguns suíços calvinistas

⁴ Segundo Raphael Jaccoud (2007, p.292) em 1819 houve uma parada em Dordrecht, na Holanda, durante a viagem dos suíços para o Rio de Janeiro. Eles entraram em contato com o pastor C.C Merkus dessa cidade, que ficou responsável pelas tarefas religiosas desses imigrantes até o embarque, nesse interim, decidiu criar uma comissão de nome “*College de Surveillance*”, composto por sete imigrantes calvinistas distribuídos da seguinte forma: um presidente, quatro vice-presidentes e um secretário.

participaram deste processo na medida em que eles se relacionaram com os germânicos luteranos, formando assim uma comunidade protestante na Vila de São João Batista de Nova Friburgo.

Dessa forma, acredito que para contribuir no entendimento da colônia de Nova Friburgo da primeira metade do século XIX no que tange a sua origem e desenvolvimento, a morte e o morrer protestante é de fundamental importância. Assim, vislumbro que ao analisar os mortos do cemitério luterano, os sepultamentos, a liturgia fúnebre e as atitudes protestantes perante a morte, as mudanças e permanências nos rituais fúnebres e as preocupações com os preparativos para a morte e o morrer irão preencher uma importante lacuna nas pesquisas sobre as colônias de imigrantes protestantes, já que se faz necessário, através de recortes do cotidiano, as percepções de várias práticas e relações estabelecidas entre os vivos e os mortos no cenário friburguense do século XIX. Além disso, acredito que analisar a morte, o morrer e o cemitério luterano após a chegada desses imigrantes em solo hegemonicamente católico poderia possibilitar um maior entendimento sobre as práticas religiosas protestantes em si que permearam o Império dentro do contexto da Cristandade Católica.⁵

O objeto aqui proposto me leva a discutir a relação entre religião, poder e representações. Em se tratando do estudo de um contexto em que havia uma religião oficial – o catolicismo – e a instalação oficial de outra matriz religiosa – o protestantismo luterano e a convivência não oficial calvinista – a análise me remete também para a questão do entendimento sobre a morte e o morrer modificadora de atitudes para com os protestantes e católicos (REIS, 1991) e as trocas advindas das relações entre estas duas religiões (BOURDIEU, 1992).

Para Pierre Bourdieu, a religião é considerada um sistema simbólico de poder (BOURDIEU, 2007, p.8) e na medida em que é exercido de maneira invisível, os indivíduos não percebem sua atuação (BOURDIEU, 2007, p.9). Segundo o autor, os sistemas simbólicos são instrumentos de dominação que facilitam a legitimação da ordem social e a desmobilização de qualquer força contrária, dependendo do capital simbólico no qual reside a instituição ou seus representantes (BOURDIEU, 2007, p.10). Em sua análise, acredita que o sistema simbólico está sempre em conflito com outros, reproduzindo em um microcosmo simbólico, as diferenças de posições sociais e assim disfarçando as lutas político-econômicas

¹⁰ Sistema único de poder que legitimava a Igreja e o Estado na sociedade, perpassando por diversas modalidades e monopolizando bens simbólicos (graça, salva-ção, etc). Suas características eram: o catolicismo se apresenta como a religião do Estado; essa religião se manifestaria unânime, multifuncional e polivalente. Esse modelo vigorou entre o século XIII até as revoluções liberais. O Estado Imperial no Brasil considerava indispensável esse modelo de Cristandade para sua legitimação e manutenção de poder (GOMES, 1997).

(BOURDIEU, 2007, p.14). A religião Católica exercia uma hegemonia claramente identificada pelos poderes concedidos ao padre Joye,⁶ além de ser religião oficial do Império. Assim, tanto as religiões luterana, calvinista e além da católica hegemônica são observadas dentro de uma ótica de competição por adeptos; logo, de acumulação de capital simbólico .

O autor também levanta a questão da existência de um representante do sistema simbólico que seria o porta-voz dotado de poder e que poderia plenamente agir em nome do grupo, além de concentrar o capital acumulado pela instituição ou grupo (BOURDIEU, 2007). Nesse sentido que os dados da *causa mortis* do livro de óbitos da comunidade luterana poderiam indicar determinadas práticas para a acumulação de poder simbólico , na medida em que o cemitério protestante abrigava mortos que são impedidos pelas leis canônicas de serem enterrados em cemitérios católicos (R ODRIGUES, 2005, p. 149). Além disso, o autor ainda esboça uma diferença entre *rito de passagem* e o *rito de instituição* . Para ele, enquanto o primeiro teria o objetivo de ultrapassar uma etapa da vida dentro do contexto social e cultural, o segundo exerceria uma “consagração legítima”, representando uma operação solene para salvaguardar a ordem social e mental já estabelecida (BOURDIEU, 2007, p.82). A meu ver, seria justamente nesse aspecto ritual, no caso, os sepultamentos que a morte se estabeleceria como poder e representação de identidade do grupo no assentamento luterano em Nova Friburgo; pois, dessa forma, o ritual fúnebre pode proporcionar conexões capazes de expressar as práticas do protestantismo (BOURDIEU, 2007).

Nesse diapasão, no caso dos rituais ministrados pelo pastor Sauerbronn tanto para batismos como para enterramentos no cemitério luterano podem ser caracterizados por *ritual de Instituição* uma vez que esse tipo de prática confere-lhe poder, pois atuaria como parte de um projeto institucional especificamente luterano de assentamento que buscou estender a tutela do referido pastor sobre os fiéis implicando na interferência sobre o preparo para a morte, nos rituais e costumes fúnebres; logo, reivindicando laços de parentesco espiritual em detrimento dos carnis (RODRIGUES, 2005: 42). Desta forma, não haveria aceção de sepultamentos neste cemitério e assim angariaria ou reforçaria a pertença institucional e sua atuação .

Outro aspecto fundamental da obra de Bourdieu (2007), é o objetivo das práticas e das representações religiosas que, para ele, se relacionaria com uma “naturalização” das desigualdades e da divisão política. Também é possível exemplificar com o episódio , ocorrido

¹⁴ Para além das questões religiosas o referido padre também detinha poderes políticos haja vista que exerceu a função de vereador na década de 30 do século XIX na Câmara da vila (livro de atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo de 1833 a 1837 da Fundação Dom João VI).

em 1824, quando o pastor Sauerbronn enterra o vice-presidente do *College de Surveillance*, Nicolas Porchat, o segundo a ser sepultado naquele lugar.⁷ Nessa ocasião, o reforço e a legitimação do luteranismo representado na pessoa do pastor exerce um poder significativo na atuação nos campos⁸ envolvidos (BOURDIEU, 1992).

Para precisar essa atuação, Chartier (1990, p.17) defende que as representações coletivas do mundo social não são só construídas pela razão, mas pelos interesses dos grupos que as forjam e à posição de quem as utiliza, não gerando discursos neutros, mas embates simbólicos, ou seja, lutas de representação pelo poder e dominação entre os grupos ou entre representantes de tais grupos tentando impor ou impondo a sua concepção de mundo social para o outro. O autor indica que há necessidade de mapear os esquemas geradores de percepções e representações próprios de cada grupo ou meio, incorporando sobre a forma de instituições organizando o aspecto social (CHARTIER, 1990, p. 18-19). Assim, as representações da morte e do morrer no cemitério luterano delimitariam e colocariam a identidade desse mesmo grupo que estaria simbolicamente internalizada no sentido de produzir a obediência e a submissão ao pastor Sauerbronn, sem apelo à violência física direta, ou seja, uma dominação simbólica (CHARTIER, 2002, p. 170-71).

Ao mesmo tempo, as representações coletivas⁹ da morte e do morrer, que foram compartilhadas pela comunidade germânica luterana, para além de internalizar simbolicamente a obediência também internalizaria uma luta de representação para acumulação de capital simbólico ou a tentativa de apropriação dos modos de produção de bens simbólicos (salvação, vida eterna, etc) e, neste sentido, comandar práticas religiosas dentro de um mesmo campo em constante disputa (CHARTIER, 1990, p. 13-28). Por isso esta investigação sobre as representações da morte luterana em Nova Friburgo supõe -nas como estando sempre colocadas em constante luta de representação, cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação entre os campos católico hegemônico e protestante, uma vez

¹⁷ “Naquele lugar” refere-se ao lugar de sepultamento para a inumação de corpos. Ocupar os cemitérios a céu aberto foi determinado aos imigrantes. Tal postura não foi uma opção, sendo possível afirmar que sepultar-se a céu aberto foi uma marca da colonização. Igualmente aos espaços cemiteriais, também “suas casas de culto não podiam ter a forma exterior de templos” ou que remete-se a religião não católica (MATOS, 2006, p. 12).

²⁰ A palavra “campo” aqui é definida pelo aparato teórico de Pierre Bourdieu e que é entendido como espaços sociais, mais ou menos restritos, onde as ações individuais e coletivas se dão dentro de uma normatização, criada e transformada constantemente por essas próprias ações (CHARTIER, 2002, p. 140).

²¹ A expressão “representação coletiva” aqui é definida pelo aparato teórico de Roger Chartier e que é entendida como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. É certo que elas colocam -se no campo da concorrência e da luta (CHARTIER, 1990, p. 149). É apud CARVALHO, 2005, p. 149).

que é possível enterrar no cemitério protestante os mortos que tem suas sepulturas eclesiais interditadas pelas leis canônicas do Império .

Desta forma, o autor rompe com a ideia de sujeito universal, deixando claro que toda interdependência entre os homens são geradas a partir das diversas situações pelas estruturas de poder (CHARTIER, 2002, p.25). Para exemplificar, o autor observa que: “As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não o são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constrói suas figuras” (CHARTIER, 2002, p.17).

21 desta maneira e observando as relações de poder entre as diferentes religiões na Vila de São João Batista de Nova Friburgo, imbricado nas representações da morte e no morrer protestante a partir de um cemitério luterano, que foram capazes de delimitar os espaços de atuação e coesão dessa comunidade germânica em questão e que se tornaram explícitas na medida em que o cemitério luterano abrigou um pluralismo religioso e social de seus mortos.

Para esclarecer todo esse empreendimento, o projeto de pesquisa abrangerá os seguintes objetivos específicos: realizar uma análise do processo de imigração de germânicos protestantes para a Vila de São João Batista de Nova Friburgo; esclarecer a relação entre calvinistas remanescentes da primeira leva de imigrantes oriunda da Suíça com os imigrantes germânicos luteranos; examinar os sepultamentos calvinistas realizados pelo padre Joye; estabelecer uma análise sobre os sepultamentos realizados pelo pastor Frederich Oswald Sauerbronn dos germânicos luteranos durante sua liderança na comunidade; analisar, em que medida a criação e o desenvolvimento de um cemitério luterano contribuíram para a representação da identidade da comunidade em questão, e finalmente, analisar o perfil da comunidade de mortos que foram enterrados no cemitério luterano e sua contribuição para as relações entre a comunidade de vivos da vila.

Considerações finais:

Há de se considerar três fatores de análise, uma com relação às fontes paroquiais, outra com relação às obras existentes sobre o assunto e por último quanto as relações e práticas culturais de 1824 em Nova Friburgo. Neste ultimo fator de análise, no arcabouço que foi exposto, a produção de tensões sociais ocorridas dentro das práticas religiosas e culturais durante o ano de 1824 na região de Nova Friburgo pertencente até então a comarca de Cantagalo, foram culminadas na manifestação de uma religião protestante luterana, assim, mesmo tendo legislações e práticas predominantemente católicas e supostamente rígidas,

foram capazes de se tornar fluidas na medida em que houve necessidade de convívio com outras práticas culturais e religiosas por interesse tanto do Estado como da Igreja Católica.

Já quanto à análise do material existente a respeito do objeto de pesquisa, verifiquei que grande parte não foi produzida a nível acadêmico, ou seja, não houve um embasamento teórico historiográfico e metodológico que implica em uma produção muitas das vezes com falta de consideração crítica das fontes ou até mesmo sem uma fundamentação epistemológica da história, desta forma não é difícil concluir que as narrativas e os trabalhos feitos até agora formam um bojo histórico que, ora são memorialistas; ora não esgotaram as fontes disponíveis até então. Tendo por base esses aspectos, entretanto, não há menosprezo ou desqualificação das obras registradas, pois houve um pioneirismo historiográfico fluminense regional; categorizando-os de clássicos e inaugurando outras possibilidades da escrita da história, mas em contrapartida, deixam lacunas quanto ao diálogo das fontes, e quanto a ótica academicista da História.

Por ultimo, quanto aos registros paroquiais, estes se tornaram, nas duas últimas décadas, fontes de grande importância para a História. A riqueza arquivística desses documentos, em função da diversidade de suas informações, abre um enorme leque de possibilidades de estudos. Considerando esses elementos na investigação, abordei sistematicamente as fontes explorando algumas de suas características mais relevantes, no que se refere a uma sociedade escravista. Pode-se aproveitar para a análise o potencial investigativo dos registros paroquiais para os estudos históricos, em especial os batismos e os de óbito, na medida em que essas fontes descrevem características como as origens regionais, cores e a condição social dos indivíduos listados, fornecendo preciosas informações para a investigação histórica de aspectos demográficos e sociais de populações do passado.

Portanto, ao se debruçar sobre a história da imigração alemã e a implantação da igreja luterana na região de Nova Friburgo através de um cemitério, além de ser dotada de expressivo valor para a população friburguense, observei o caráter singular na formação de sua identidade. Assim acredito que o cemitério quando academicamente historiografado contribuirá para promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, caso contrário poderá resultar numa imersão mosaica não referencial, e desta forma desconsiderar valores intrínsecos da sociedade regional com perda de sentido da identidade local. Assim convoquei para essa pesquisa a proposta de tornar o cemitério luterano patrimônio cultural friburguense entrelaçada na narrativa da pesquisa em questão, resultando no interesse tanto do poder público como da comunidade. Logo, é através do patrimônio cultural que se torna possível

conscientizar os indivíduos, proporcionando aos mesmos a aquisição de conhecimentos para a compreensão da história friburguense, adequando -os a sua própria história.

5. Referências:

ALMEIDA, Altino José B. de. A inserção do protestantismo na região serrana fluminense: Um estudo de caso. Trabalho monográfico, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O Conceito de Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Rev. Lua Nova, São Paulo, 2010, pp.71-96.

ARAÚJO, R. J.; MAYER, M. J. (Org.). Teia Serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro técnico, 1999.

ARIÈS, Philippe. O homem diante da morte. Rio de Janeiro: Francisco Alves, v. 1, 1989.

ATAÍDES, Florêncio Moreira de. SIMONTON: o missionário que impactou o Brasil. Arapongas, PR: Aleluia, 2008.

BLUME, Sandro. Morte e morrer nas colônias alemãs do rio grande do sul: recortes do cotidiano. Dissertação em História. UNISINOS. São Leopoldo/RS. 2010. Disponível em: <http://bdtd.unisinos.br/tde_arquivos/8/TDE-2011-03-16T132038Z1351/Publico/SandroBlumeHistoria.pdf>. Acesso em 18 jan. 2015.

BON, Henrique Bom. Imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil as portas da independência. Segunda edição revista ampliada. Nova Friburgo: imagem virtual. 2004.

BORDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. Rio de Janeiro, Editora Perspectivas, 1992.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico, Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

CAIRNS, Earle E. O Cristianismo Através dos Séculos Uma História da Igreja Cristã: Nova Edição Revisada e Ampliada. Editora Vida Nova. 2008

CAMPOS JR, Luis de Castro. Pentecostalismo e transformações na sociedade: a Igreja avivamento bíblico. São Paulo: Annablume, 2009.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de, O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, 2005. pp. 143-165.

CATROGA, Fernando. A Monumentalidade funerária como símbolo de distinção social. In: Os brasileiros de Torna-Viagem. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. Lisboa, 2000.

CASTRO, Leonardo. As Unificações do Imperialismo do século XIX. Disponível em: <<http://novahistorianet.blogspot.com.br/2009/01/as-unificacoes-e-o-imperialismo-no-sculo.html>> Acessado em: 13/01/2015

CHARTIER, Roger. A História Cultural entre práticas e representações. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

_____. A história Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, s/d, p. 17.

_____. Pierre Bourdieu e a história – debate com José Sérgio Leite Lopes. Palestra proferida na UFRJ, Rio de Janeiro, 30 abr. 2002.

CONUS, J. Historia da Emigração Friburguense para o Brasil (1819 -1820). Nova Friburgo. 1918.

CORRÊA, Maria Janaína Botelho. Histórias da História de Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Editora Primil, 2012.

_____. Histórias e Memória de Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Educam, 2011.

CURIO, Pedro. Como surgiu Friburgo: Esboço Histórico e episódico (1818 -1840). Rio de Janeiro. 1944.

CYMBALISTA, Renato. Cidade dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

DREHER, Martin. Degradados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2010.

_____. Igreja e Germanidade. São Leopoldo, RS. Editora EST, 2003.

DUCOTTERD, Georges; LOUP, Robert . Terra! Terra!. Trad. Wesley Emmerich Werner. Gráfica Infante Ltda. Curitiba. 1997.

EREIRA, Eduardo Carlos. As Origens da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. 2ª. Ed. São Paulo: Almenara, 1965.

FONSECA, Humberto José. Vida e morte na Bahia colonial: sociabilidade, festa e rituais fúnebres. (Tese de Doutorado) FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, 2006 .

FRESTON, Paul. Dilemas da naturalização do protestantismo étnico: a Igreja Luterana no Brasil. In Revista de ciências humanas de Florianópolis v. 16, n. 24, p. 61 -73, out 1993.

GAEDE, Valdemar. Presença Luterana no Espírito Santo: os primórdios da presença luterana no estado do Espírito Santo e a história da Paróquia de Santa Maria do Jetibá. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GARLOW, James L. Deus e seu Povo. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: CPAD. 2007 .

GERTZ, E. René. Os luteranos no Brasil. In Revista de História regional 6(2):9 -33, inverno 2001.

GOMES, F. J. S. De súdito a cidadão: os católicos no império e na república. In: Anais do XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH. Belo Horizonte, junho 1997. p. 316.

GOUVÊA Mengardo Flávia. Imigração Alemã e sociabilidades em Rio Claro nos séculos XIX e XX. In ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

JACCOUD, Rafael. História, contos e lendas de Nova Friburgo. Edição independente, 2007. p. 292.

KRISCH, Hilda Anna. História do Cemitério dos Imigrantes e da Casa da Memória do Imigrante. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 1991.

LENZ, Ewel Sylvia. Alemães no Rio de Janeiro: Diplomacia e negócios, profissões e ócio (1815-1866). Bauru, São Paulo: EDUSC, 2008.

MATOS, Alderi Souza de. O Cemitério dos Protestantes de São Paulo: Repouso dos Pioneiros Presbiterianos. In: Portal da Igreja Presbiteriana no Brasil. Disponível em <www.ipb.org.br/artigos/artigo_inteligente.php3?id=53>. Acesso em 13 jan. 2006

MAYER, J. M. Raízes e crise do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo. 2003. 564 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2003.

MAYER, Jorge Miguel e PEDRO, José Carlos. Vida e Morte na Colônia de Nova Friburgo: Um Estudo Demográfico, Nova Friburgo, 1991. CDH-Pró -Memória da PMNF. (Datilografado).

MAYER, Jorge Miguel; PEDRO, José Carlos e LAFORET, Regina – As Malas Órfãs: A bagagem dos Colonos Suíços, Nova Friburgo, 1996. CDH-Pró -Memória da PMNF. (Datilografado).

MENDONÇA, Gouvêa Antônio e FILHO, Velasques Filho (org). Introdução ao Protestantismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 2002.

MENDONÇA, Gouvêa Antônio. O Celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. O Protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. In Revista USP, São Paulo, n 67, p. 48-67, setembro/novembro 2005.

MÜLLER, Armindo L. O começo do Protestantismo no Brasil: descrição da instalação da 1ª. Comunidade luterana no Brasil, Rio de Janeiro: Edições Estadunidense. 2003.

NICOULIN, Martin. A gênese de Nova Friburgo: Emigração e colonização suíça no Brasil (1817-1827). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

OLIVEIRA, Ronald Lopes. O processo de implantação do Luteranismo no Brasil: o caso da região de Nova Friburgo (1824 a 1857). Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio “Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa”. 2012.

OLIVEIRA, Ronald Lopes; TEIXEIRA, Mateus Barradas. A morte e o morrer na comunidade luterana em Nova Friburgo no século XIX: conflito e alteridade In Anais do XVI Congresso Regional de História da Anpuh -Rio, 2014.

PAGOTO, Amanda Aparecida. Do âmbito sagrado da igreja ao cemitério público: transformações fúnebres em São Paulo (1850/1860). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

PORTELA, Rodrigo. Fé, cultura e norma eclesiástica: A gênese da Igreja Luterana no Brasil. In Fragmentos de cultura, Goiânia, v. 16, n7/8, Jul./Ago. 2006.

REILY, Alexander Duncan. História Documental do Protestantismo no Brasil, São Paulo: ASTE, 2003.

_____. Metodismo brasileiro e Wesleyano. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1981.

REIS, João José. A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX. São Paulo: Companhia Das Letras.1991

RIBEIRO, Pinto Mayer Lidice O protestantismo Brasileiro: objeto de estudo. In Revista USP, São Paulo, n73, p. 117-129, março/maio 2007.

RODRIGUES, C.; CORDEIRO, G. “E nós andamos em procissão até o túmulo”: sepultamentos estrangeiros e alteridade no Brasil do século XIX a partir dos relatos de Robert Walsh. In: Recôncavo: Revista de História da UNIABEU, v. 3, n. 5, Julho-dezembro. 2013.

RODRIGUES, Cláudia. “A morte como elemento de afirmação da cultura africana no Rio de Janeiro escravista: o caso do cemitério dos “pretos novos” in Estudos de História. Franca, v.10, n.1, 2003.

_____. “Apropriações da morte católica por africanos e seus descendentes no Rio de Janeiro setecentista” in Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria, v.10, n. 18, jul. – dez. 2007.

_____. Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformação fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

_____. Nas fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Cláudia; BRAVO, Milra Nascimento. Morte, Cemitérios e Hierarquias no Brasil Escravista (séculos XVIII e XIX). Rev. Habitus, Goiânia, v. 10, n.1, jul./dez. 2012. pp. 3-19

SALAMONI, Giancarla. A imigração Alemã no Rio Grande do Sul – O caso da comunidade Pomerana de Pelotas. In *História em Revista*, Pelotas, v.7, dezembro. 2001. pp. 25-42.

SALVADOR, J. G. *Historia do Metodismo no Brasil. Dos primórdios até a Proclamação da República*. São Bernar do do Campo: Imprensa Metodista, 1982.

SANGLARD, Giselle Porto. *NOVA FRIBURGO: entre o iluminismo português e a gênese bíblica*. Dissertação (Mestrado em Historia Social). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2000.

SIRIANI, Lambert Cristina Silva. Os descaminhos da Imigração alemã para São Paulo no Século XIX – Aspectos políticos. In *Almanack braziliense* n 02, novembro, 2005.

SOUZA, José Antônio Soares de. Os colonos de Schaeffer em Nova Friburgo. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: 1976, vol 310.

TEIXEIRA, Mateus Barradas. *Conflitos em torno da instalação dos protestantes luteranos no Brasil do século XIX: O Caso de Nova Friburgo (1824 – 1864)* Trabalho monográfico, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

TREMP, Ernst; TREMP-UTZ, Kathrin (orgs). *Hisotorie du Canton de Fribourg*. Imprimerie Fragnère S.A. Fribourg. 1981.

VIEIRA, Clarice. *A Confederação Germânica: 1815* in: VIEIRA, Clarice. “A Formação do Estado e do Mercado Nacionais Alemães: uma perspectiva histórica”, tese de doutorado, IE-UFRJ, 2006.

WIRTH, Emilio Lauri. Protestantismo Brasileiro de rito luterano. In *Revista Usp*, São Paulo, n 67, p. 48-67, setembro/novembro 2005.

WOORTMANN, Fensterseifer Ellen. Identidades e memórias entre teuto -brasileiros: Os dois lados do atlântico. In *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n 14, p. 205 - 238, nov. 2000.

Conflitos religiosos na Vila de São João Batista de Nova Friburgo (1824 -1872)

Mateus Barradas Teixeira
Mestrando em História Social pela
UNIRIO. Barradasmateus23@gmail.com

RESUMO

Resumo: Em 1824, proveniente do processo da política de imigração realizada pela Corte Imperial, se assentou na Vila de São João Batista de Nova Friburgo - localizada nos Sertões do Leste Fluminense - um grande número de imigrantes germânicos de origem luterana que, acompanhados pelo seu pastor Frederich Oswald Sauerbronn dão início a uma comunidade. Originalmente composta por portugueses e imigrantes suíços majoritariamente Católicos, a Vila de São João Batista de Nova Friburgo passou a conviver com elementos culturais não provenientes da estrutura cultural hegemônica baseada no catolicismo. O objetivo deste trabalho é analisar os conflitos religiosos entre católicos e luteranos a partir de enterramentos, abjurações, casamentos mistos e a construção de templos de ambas as matrizes religiosas, bem como relações de alteridade entre calvinistas de origem suíça e luteranos de origem germânica.

Palavras-chave: alteridade, conflito, religião, protestantes, Nova Friburgo.

ABSTRACT

In 1824, from the process of immigration policy conducted by the Imperial Court, settled in São João Batista village of Nova Friburgo - located in the Barrens East Fluminense - a large number of German immigrants of Lutheran origin, accompanied by their pastor Frederich Oswald Sauerbronn, initiate a community. Originally composed by Portuguese and Swiss immigrants majority Catholic, João Batista village of Nova Friburgo started experiencing cultural elements not from hegemonic cultural

framework based on Catholicism. The aim of this task is to analyze the religious conflict between Catholics and Lutherans from burials, abjurations, intermarriage and the construction of temples of both religious headquarters, as well as relations of alterity between Calvinists of Swiss origin and Lutherans of Germanic origin.

Keywords: alterity, conflict, religion, protestants, Nova Friburgo.

Conflitos religiosos na Vila de São João Batista de Nova Friburgo (1824 -1872)

A relação entre Estado e Igreja no Brasil Imperial.

Para entendermos a relação entre Igreja e estado no Brasil imperial, temos que observar que essas duas dimensões estavam unidas sob o conceito de Cristandade. Por Cristandade, entende-se um sistema de relações entre a Igreja e o Estado em uma determinada cultura e sociedade, perpassando por diversas modalidades desde a sua criação em 313 e que, a partir do século XIII, é chamada pela historiografia de “Cristandade Constantiniana”¹. Esse sistema único de poder que legitimava a Igreja e o Estado na sociedade sobreviveu em diversos sistemas econômicos distintos, tais como o escravismo antigo e o moderno, o feudalismo e o capitalismo², sob as seguintes características: o cristianismo se apresenta como a religião do Estado, em uma relação particular de ambas as esferas sob um regime de união; a religião cristã se manifestaria unânime, multifuncional e polivalente; o código religioso cristão seria considerado como o único oficial mesmo sendo apropriado de diversas maneiras pelos letrados e iletrados, o clero e os leigos³.

Para obter essa função de único ou principal aparelho hegemônico, a Igreja contava com a legitimação por meio de discursos e práticas de intelectuais que colaboravam em uma rede extensa e paróquias que se interligavam e, sendo assim, contribuíram para o monopólio da produção de bens simbólicos, ou seja: da salvação, da

1 GOMES, F. J. S. Cristandade Medieval: entre mito e a utopia. In: Topoi, Rio de Janeiro, dezembro, 2002.p. 221.

2 GOMES, F. J. S. Cristandade Medieval – Igreja e Poder: Representações e discursos (séculos IV -XI). Disponível em: <http://refletindobrasil.files.wordpress.com/2010/11/cristandade-medieval.pdf>. p.2.

3 GOMES, F. J. S. Cristandade Medieval: entre mito e a utopia. p.221.

graça e de diversos elementos que compunham o credo ⁴. Podemos dizer que dentro da história da cristandade, a relação entre Igreja e Estado mudou, ora as duas caminhavam de forma unida, ou seja, o estado era entendido como *intra Ecclesiam* ou o poder sagrado, *auctoritas*, e o poder real, *potestas*, se integravam, mesmo de forma distinta, formando o modelo de cristandade “constantiniana” tecido a partir do século XIII e que durou até as revoluções liberais ⁵.

Com o surgimento da reforma protestante, a Igreja passou também a empreender reformas internas com o concílio de Trento, reelaborando o ideal “Constantiniano” no interior de cada Estado Católico em uma Europa permeada por uma pluralidade de Estados fragmentados em católicos e protestantes. Dessa forma, podemos entender que o conceito de Cristandade, mesmo com suas rupturas e permanências, pode ser considerado de “longa duração”.

Em Portugal, a Igreja implantou o que a historiografia chama de “jurisdicionalismo”, ou seja, a defesa dos interesses da Santa Sé dentro de um estado, legitimando assim a Igreja e a religião, bem como a união entre as cartas pontifícias e as ações do Rei. Foi marcada por duas fases, a primeira confessional, no Antigo Regime na tentativa de criar essa defesa e a segunda, aconfessional, na época Liberal, na tentativa de defender o Estado das ingerências e perigos que a Igreja constituía para a sociedade civil ⁷. Nesse sentido, os portugueses transplantaram o sistema de cristandade para a sua colônia americana e, desde 1549, já existia uma ação pastoral dos bispos em Salvador. Os Jesuítas foram os responsáveis por implantar as diretrizes tridentinas na colônia, aldeamentos, aculturação da evangelização e a defesa da liberdade indígena e o império português, sob a égide do Padroado, foi responsável por nomear bispos e padres em toda a colônia ⁸.

A título de exemplo, podemos observar como a Igreja legitimou a escravidão negra com pressupostos teológicos e filosóficos. Segundo Oliveira, a catequese era

4 GOMES, F. J. S. Cristandade Medieval – Igreja e Poder: Representações e discursos (séculos IV -XI). p. 5.

3 GOMES, F. J. S. Uma Cristandade “Constantiniana” no Brasil Colonial: uma síntese Histórica. In: BUARQUE, V. A. C. (Org.). História da Historiografia Religiosa. Ouro Preto: Editora UFOP, 2012 p.

é GOMES, F. J. S. Cristandade Medieval e Cristandade Colonial: Permanências e Rupturas. In: BUARQUE, V. A. C. (Org.). In: MACEDO, J. R. *A Idade Média Portuguesa e o Brasil: Reminiscências, transformações, ressignificações*. Porto Alegre: Vidrúguas, 2011. p. 171.

é *Idem*, p.172.

é GOMES, F. J. S. Uma Cristandade “Constantiniana” no Brasil Colonial: uma síntese Histórica. p. 204.

utilizada para garantir a inserção subordinada de africanos a Cristandade colonial e a ao cativo e isso poderia ser ilustrado com a bula *Dum diversas*. Em 1452, o sumo pontífice, além de autorizar o monarca português a conquistar os sarracenos, pagãos e outros inimigos de Cristo, também autorizava a capturar seus bens e territórios, além de submetê-los a escravidão, naturalizando-a de acordo com os intelectuais eclesiásticos e a autoridade pontifícia⁹. A partir das reformas empreendidas por Marquês de Pombal, foram acentuadas a política jurisdicionalista do Estado segundo as doutrinas do Regalismo. Sendo assim, o principal obstáculo para essas reformas era a presença dos jesuítas – que foram expulsos em 1759 –, além de reformar os estatutos da universidade de Coimbra em 1772 que antes era de gerência dos inácianos¹⁰.

O Estado Imperial, herdeiro do padroado colonial, considerava o aparelho eclesiástico indispensável para a sua legitimação e também manutenção de poder, além de homogeneizar os padrões e comportamento da população. Dessa forma, podemos dizer que o estado imperial manteve uma ambiguidade entre o projeto conservador e sua ideologia com elementos liberais. Essa situação é demonstrada pelo fato de Dom Pedro I ter reinado pela “aclamação dos povos” (12 de outubro de 1822) e com uma sagração (1 de dezembro de 1822), pela soberania popular e pela graça de Deus¹¹.

A carta de 1824 que foi outorgada por Dom Pedro I incorporou o Padroado. Nesse sentido, no artigo 5, por exemplo, estabelecia que a religião católica continuaria a ser a religião do Estado e que os outros cultos só seriam exercidos de forma privada. Sendo assim, no artigo 102 versava sobre a obrigação do imperador nomear os bispos e conceder ou recusar *placet* aos documentos da cúria romana. Portanto, podemos aprofundar essa ambiguidade dita acima, pois o império consideraria os brasileiros simultaneamente súditos e cidadãos¹². Assim, o Estado imperial permaneceu tentando conciliar autoritarismo e liberalismo, jurisdicionalismo confessional e tolerância religiosa, esfera pública e privada, estatuto de súdito e de cidadão, gerando conflitos

¹¹ OLIVEIRA, A.J.M. Igreja e escravidão africana no Brasil colonial. In: *Cadernos de ciências humanas*

¹² GOMES, F. J. S. Uma Cristandade “Constantiniana” no Brasil Colonial: uma síntese Histórica. p. 205.

¹³ GOMES, F. J. S. De súdito a cidadão: os católicos no império e na república. In: *Anais do XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Belo Horizonte, junho 1997. p. 316.

¹⁴ *Idem*, p. 317.

nessas instâncias contraditórias, incluindo aí os eclesiásticos partidários do *Ultramontanismo* e os partidários do *Regalismo*¹³.

A partir do Segundo Reinado, o Estado imperial começou a dissociar o liberalismo do regalismo, na tentativa de ser ainda mais conservador e colocar a Igreja como subserviente a seu poder. Sendo assim, ao governo cabia reconhecer que o poder religioso estava nas mãos do clero, mas o poder eclesiástico estaria nas mãos do rei, da mesma forma, respeitava-se o poder temporal do Imperador, mas a autoridade máxima para os assuntos da fé e eclesiásticos era o Sumo Pontífice romano, fazendo então um balanço entre as duas linhas eclesiásticas da época, *Ultramontanismo* e *Regalismo*¹⁴.

Contudo, no que se refere ao protestantismo, a situação ambígua de cidadão e súdito a partir de 1830, era permeada de tensões com a Igreja Católica. Rodrigues nos mostra como se dava os embates com os eclesiásticos a respeito de enterramentos de não católicos e como isso afetou a política de imigração, excluindo os protestantes de adentrar o chamado “campo santo” depois de sua morte¹⁵.

Após ter analisado o processo de construção da chamada “Cristandade Constantiniana” desde os seus primórdios até a sua transladação a colônia americana e, depois, o seu fortalecimento no Estado Imperial, irei observar o panorama religioso católico e protestante nos sertões do Leste Fluminense e em especial, na Vila de São João Batista de Nova Friburgo.

O panorama religioso católico e protestante nos Sertões do leste Fluminense.

Desde o século XVIII mesmo assentados escassos contingentes humanos espalhados por diversas fazendas nesse espaço, já se tem notícias sobre a presença de líderes católicos nessa localidade, sobretudo jesuítas que, segundo Pedro, foram os primeiros a retirarem ouro nos Sertões do leste e ter atividade missionária, mais

¹⁵ *Idem.*

¹⁶ OLIVEIRA, A.J.M. Os Bispos e os Leigos: Reforma Católica e Irmandades no Rio de Janeiro Imperial. In: *Revista de História Regional* 6(1), Verão 2001, p. 148.

¹⁷ RODRIGUES, C. Os cemitérios como uma questão de (Conselho de) Estado no Segundo Reinado. in. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: 2008, jul/set, n. 440.

precisamente na região de Cantagalo, famosa por ser área de contrabando de ouro e ao sul, na região de Cachoeiras de Macacu¹⁶.

Segundo Fridman, uma freguesia é a menor unidade administrativa, com cerca de dez casas e algumas famílias, submetidas à administração espiritual e governamental de um cura. É sustentado por dízimos da Ordem de Cristo ali arrecadados, seu espaço delimitado a partir de um alvará e sua institucionalização é iniciada com a criação de uma paróquia. Dessa forma, podemos situar seu povoamento e os caminhos que ligavam a outras vilas e demais espaços de organização imperial¹⁷.

Com o advento da política Joanina de colonização para fins de integralização territorial no início do século XIX e a crescente produção de café, houve a ampliação do número de freguesias que, de 1801 -1836, se estabeleceram 16 paróquias em diversas áreas de produção e distribuição do café. De 1835 a meados do século XIX, 30 freguesias são edificadas e na segunda metade do século XIX, mais 54 delas foram criadas nas regiões do médio Vale do rio Paraíba, na região serrana, no noroeste e norte fluminense, ou seja, o mesmo número de paróquias erguidas nos três séculos anteriores na mesma região.¹⁸

Nesse sentido, para cuidar dos serviços religiosos da Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, dois foram os curas que vieram para a região com a imigração Suíça, Monsenhor Joye¹⁹ e padre Abbey, mas o último acabou morrendo afogado quando foi banhar-se no rio Macacu²⁰. De acordo com Fluck, Jacques Joye foi

¹⁸ PEDRO, J. C. A Igreja Católica: Fé e Poder na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo. In: ARAÚJO, R. J.; MAYER, M. J. (Org.). *Teia Serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro técnico, 1999. p. 113.

¹⁷ FRIDMAN, F. Cartografia fluminense no Brasil Imperial, p. 6.

²¹ *Idem*, p.8. As freguesias até o início do século XIX são: S. Tiago de Inhaúma, N. Sra do Loreto de Jacarepaguá, N. Sra d'Apresentação de Irajá, S. João Batista de Trairaponga (Meriti), N. Sra do Desterro de Campo Grande, S. Salvador do Mundo de Guaratiba, N. Sra da Guia do Mangaratiba, N. Sra dos Rmédios de Parati, N. Sra da Conceição da Ilha Grande, S. João Marcos, N. Sra da Conceição do Campo Alegre, S. Francisco Xavier de Itagoahy, N. Sra da Conceição do Marapicú, Santo Antônio de Jacutinga, N. Sra do Pilar de Iguaçu, N. Sra da Conceição do Alferes, Santa (sacra) família o Tinguá, N. Sra da Conceição de São Pedro e São Paulo, N. Sra da Piedade de Inhomirim, N. Sra d'Ajuda da Ilha do Governador, N. Sra da Guia do Pacobaíba, S. Nicolau de Suruhy, N. Sra da Piedade de Magé, N. Sra da Ajuda de Aguapehy-merim, Santo Antônio de Sá de Casarabú, Santíssima Trindade, N. Sra do Desterro de Itambhy, S. Gonçalo de Guaxandiba, S. Lourenço da Aldeia dos índios, S. João Batista de Carahy, N. Sra do Amparo de Maricá, N. Sra de Nazaré de Saquarema, S. Sebastião de Araruana, N. Sra da Conceição de Iguaba, S. Pedro da Aldeia, N. Sra da Assunção de Cabo Frio, Sacra Família de Ipuca, Santíssimo Sacramento do Cantagalo, Sto Antônio de Guarulhos, S. Salvador, S. Gonçalo de Campos de São João da Barra.

²² Jacques Joye, de Remont, Cantão de Friburgo, Suíça, foi sagrado sacerdote católico no dia 14 de maio de 1812 e, de 1812 a 1819, capuchinho em Villaz-St-Pierre, Cantão de Friburgo, Suíça. Em 1819 veio para o Brasil junto com os imigrantes suíços por ordem do bispo de Lausanne.

²³ NICOLIN, Martin. *A gênese de Nova Friburgo: Emigração e colonização suíça no Brasil (1817 - 1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995. p.263

ordenado padre em 14 de maio de 1812 e foi escolhido, em 1819, como sacerdote para os suíços que imigrariam ao Brasil pelo Bispo de Lausanne e era Ultramontano²¹. A Freguesia de São João Batista foi criada anteriormente à chegada dos imigrantes suíços como se pode observar nas “*condições para a vinda dos Suíços*”, documento responsável por tal criação, em que a sua organização e funcionamento eram regidas, conforme a política de Padroado Régio, pelo Estado Imperial²².

É importante ressaltar que Monsenhor Joye, pároco da Vila, recebeu do bispo de Niterói, devido à enorme distância com a Corte, diversos “poderes extraordinários” pela portaria de 17 de abril de 1820, tais como: absolver todos os casos reservados ao bispado, fazer todas as bênçãos reservadas que não necessitassem do uso dos óleos sagrados, aplicar a indulgência plenária na hora da morte, estender o amparo da Desobriga da quaresma até o Espírito Santo, habilitar os cônjuges impedidos e atuar como juiz de casamentos²³.

Ou seja, a hierarquia católica na Freguesia estava munida de poderes extraordinários somente concedidos em circunstâncias normais ao bispo. Além disso, havia uma interação entre a Corte e a Freguesia nas figuras de Monsenhor Miranda e de Monsenhor Joye no que tange à organização eclesiástica e social dos imigrantes, na tentativa de garantir que a constituição de 1824 fosse seguida e a hegemonia do campo religioso ficasse sob a ótica Católica.

A religião protestante, desde a imigração realizada por Gachet, estava presente em Nova Friburgo, pois, como dito anteriormente no capítulo 3, cerca de 190 Suíços, contrariando o contrato de imigração, eram protestantes calvinistas. De acordo com Jaccourd, em 1819 houve uma parada em Dordrecht, na Holanda, antes de os navios embarcarem para o Rio de Janeiro, os Suíços entraram em contato com o pastor C.C Merkus dessa cidade, que ficou responsável pelas tarefas religiosas desses imigrantes até o embarque, deixando-os frequentar seu templo e, além disso, decidiu criar uma comissão de nome “*College de Surveillance*”, composto por sete imigrantes e com uma hierarquia definida: um presidente, quatro vice-presidentes e um secretário²⁴.

Portanto, não podemos dizer que a religião protestante em Nova Friburgo foi somente após a chegada dos imigrantes alemães em 1824, ou seja, existia uma

²² FLUCK, R, Marlon. A abertura dos portos brasileiros e a implantação do protestantismo permanente no Brasil: as versões contraditórias sobre o seu primeiro pastor. In *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá, V, n.15, jan/2013. p. 5.

²³ PEDRO, J. C. A Igreja Católica: Fé e Poder na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo. p.115.

²⁴ *Idem*, p. 116.

²⁵ JACCOURD, Rafael. História, contos e lendas de Nova Friburgo. Edição independente, 2007. p. 292.

organização que tinha hierarquia própria e também um objetivo: se organizar de modo que o Estado Imperial concedesse maior liberdade de culto²⁵. Dessa forma, o protestantismo, antes da chegada dos alemães, estava organizado com uma estrutura não representada por líderes oficiais como o clero católico, mas isso não significa que não houvesse alguma organização religiosa.

Contudo, com a chegada dos imigrantes alemães, em 1824, uma comunidade protestante de maioria luterana se instalou na Vila de Nova Friburgo, sob a direção de seu primeiro pastor, Friedrich Oswald Sauerbronn, que antes havia sido pároco em Becherbach²⁶. Ela se organizava na casa do pastor ou de algum fiel, de forma muito precária, e não tinha, portanto, nenhum símbolo religioso que poderia indicar a existência de um culto ou um templo protestante.

Dessa forma, podemos perceber que existem duas esferas religiosas maiores no que tange à organização religiosa na região, possibilitando uma disputa entre os católicos e protestantes, de modo que o último grupo foi permeado por duas denominações religiosas com doutrinas diferentes, os luteranos e os calvinistas. Sendo assim, depois de analisar de forma ampla a formação dessas duas estruturas religiosas, é necessário investigar os conflitos em cada matriz religiosa.

A questão dos oratórios e do templo Católico como elementos de embates.

No âmbito do catolicismo, podemos ver que, a partir de 02 de fevereiro de 1822, ou seja, um ano após a chegada dos imigrantes suíços, uma autorização do monsenhor Joye liberava a edificação de oratórios na Vila de Nova Friburgo e nos distritos de Paquequer, São José do Ribeirão e Ribeirão de Sebastiana, com um altar para dizer a missa, uma boa paramentação e apartado do uso doméstico e profano²⁷. Até 1823, quatro oratórios foram erguidos na região, a saber: em São José do Ribeirão, com o nome de Santo Antônio de Lisboa; outro em Ribeirão de Sebastiana, com o nome de N. Sa. da Conceição; e mais dois são citados nos registros de batismo da Vila, com os nomes de “Oratório do Campo da Graça”, na Fazenda São Domingos, e o Oratório de Custódio de Souza Guimarães²⁸. Sendo assim, o poder da Igreja Católica se entranhava

²⁵ *Idem.*

²⁶ MÜLLER, A. L. *O começo do Protestantismo no Brasil: descrição da instalação da 1ª. Comunidade luterana no Brasil*, p. 40.

²⁷ PEDRO, J. C. *Op.Cit.* p.117.

²⁸ *Idem.*

pelos locais onde os altares eram erguidos, com visitas esporádicas do vigário, dizendo missas, celebrando casamentos, batismos e demais sacramentos.

Contudo, os mesmos oratórios que permitiam um maior acesso da Igreja Católica nos recantos mais afastados da Vila com a visita do vigário, se tornavam também locais onde a religiosidade da população acontecia sem as formas institucionais, devido ao isolamento social em que viviam essas comunidades, chegando até mesmo a contratar capelães não oficiais²⁹. Em 1825, o bispo do Rio de Janeiro fez uma visita a Vila de Nova Friburgo a fim de implementar práticas determinadas pelas normas da hierarquia católica. Analisando a questão dos oratórios, podemos entender que, mesmo com um grande aparato de controle e uma hierarquia em contato direto com a Corte, havia espaços para as multiplicidades de representações com que os fiéis leigos faziam da religião, modulando-a para fora das convenções institucionais, colocando assim um representante da alta hierarquia para corrigir e controlar essa questão.

Até a inauguração do templo católico em 1869, todas as celebrações religiosas e a vida sacramental dos moradores estavam restritas a um pequeno espaço no *Chateau Del Roi*, um prédio de condições precárias³⁰ onde se localizava a administração da Vila. A situação do prédio levou o vigário Jacob Joye a escrever uma carta, em primeiro de março de 1830, ao Diretor interino da colônia, Mindelino Francisco de Oliveira, pedindo consertos necessários as paredes e janelas e ressalta que o prédio tem custado muito aos cofres públicos³¹. Quatorze dias depois, o secretário dos negócios estrangeiros, Antônio José de Paiva Guedes de Andrade, pediu a abertura de um edital para atrair o maior número de interessados a fazer as reformas necessárias ao Chateau³². Por não ter nenhuma documentação posterior sobre as reformas neste local, não sabemos ao certo se a questão da reforma do Chateau foi executada, mas o processo de edificação de um templo católico a partir de 1833 pode nos dizer mais sobre esta questão.

Em 4 de janeiro de 1833, o requerimento do vigário Jacob Joye para abertura de uma subscrição para angariar fundos através de uma subscrição e organizar a edificação de uma planta para a construção do templo foi aceita pela Câmara dos vereadores. Dessa forma, foi formada uma comissão, da qual participariam quatro pessoas,

²⁹ *Idem.*

³⁰ PEDRO, J. C. A Igreja Católica: Fé e Poder na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo. p.119.

³¹ Fundação Dom João VI, Cx5, documento 1580.

³² Fundação Dom João VI, Cx5, documento 1586.

incluindo o vigário³³. A subscrição foi feita e, de acordo com as contas do vigário, mobilizou 98 pessoas gerando uma receita de 502\$700 por todo o ano de 1833 e as obras começaram no ano seguinte³⁴.

Dessa primeira construção, temos os recibos da mão de obra utilizada, todos assinados por Jacob Joye, que tinha ficado encarregado da questão financeira do templo. Sendo assim, os recibos totalizam cerca de 402\$620 gastos nos meses de agosto, setembro e outubro de 1834, com a abertura de uma estrada que levava ao templo, compra de tijolos e madeira, aluguel de escravos e a mão de obra de João Porchat, Antônio do Rego e Jacob Heringer³⁵. Partindo dessa questão, podemos analisar que o desenvolvimento das tensões do pároco Joye com a câmara se acirrou e que, antes da tentativa de construir um templo, fez um requerimento para a Câmara de vereadores, em 24 de janeiro de 1833, solicitando o traslado da Igreja improvisada para a varanda, o qual foi negado por atrapalhar as sessões e misturar as questões políticas com as questões religiosas no mesmo ambiente³⁶.

Depois da frustração com a paralisação das obras do templo e o estado degradante do *Chateau*, mesmo assim trasladou o local de culto gerando um pedido da câmara do dia 14 de fevereiro de 1837 para o vigário declarar de forma urgente, os motivos que levaram a ele a fazer essa transferência³⁷. No dia 16 de fevereiro do mesmo ano houve uma declaração de que a varanda foi liberada para o exercício de culto pelo ex-presidente da câmara, Manoel de Oliveira, até a câmara decidir o contrário, pois o local anterior estava *arruinado*³⁸. A partir daí, a discussão do traslado da Igreja improvisada ficou mais exaltada.

Houve uma comissão para averiguar essa questão e dar um parecer sobre o caso. O mesmo foi dado pelo senhor Messider em ata da câmara do dia 17 de fevereiro de 1837, dizendo que o vigário não foi obediente a proposta da câmara que decidiu reformar o chateau, que extorquiu o ex presidente da câmara, e que essa situação foi “*escandalosa*”, pois misturaria o culto a Deus com “*os vícios e as imoralidades*”, além dos “*ruidosos ofícios*” da câmara. Sendo assim, a comissão deveria “*defender sua*

³³ Fundação Dom João VI, Livro de atas da Câmara de Nova Friburgo 2 -1, 4 de janeiro de 1833.

³⁴ Fundação Dom João VI, Cx 9, documento 2200.

³⁵ Fundação Dom João VI, Cx6, documento 1899.

³⁶ Fundação Dom João VI, Livro de atas da Câmara de Nova Friburgo 2-1, 24 de janeiro de 1833.

³⁷ Fundação Dom João VI, Livro de atas da Câmara de Nova Friburgo 3 -2, 14 de fevereiro de 1837.

³⁸ Fundação Dom João VI, Livro de atas da Câmara de Nova Friburgo 3 -2, 16 de fevereiro de 1837.

propriedade” que foi ocupada ilegalmente e que, por isso, foi votado que o vigário, num prazo de um mês, deveria “*mandar fora desta casa a referida Igreja*” ³⁹.

O presidente da Vila, já estando ciente de tudo o que tinha acontecido a respeito do templo e da opinião da câmara, emitiu um parecer que data do dia 02 de março de 1837 para a comissão que avaliou a situação de Joye e o local de celebração litúrgica. Em um tom áspero, condenou as autoridades da câmara por terem se expressado de forma enérgica contra o vigário e os advertiu dizendo que os ofícios litúrgicos permaneceriam na sala da câmara até encontrar um local mais adequado. Também deixou bem claro que “*mais imoral do que realizar os ofícios divinos em um local não adequado é não realizá -los por completo*” e solicitou para que alugassem uma parte da casa onde seria instalada a primeira escola da Vila, com um altar digno e provisório, para construir ao lado a paróquia ⁴⁰.

Podemos dizer que os membros da câmara seguiram as determinações do Presidente da Província, pois há uma relação de despesas que data do dia quatro de abril de 1837 com todo o material gasto para a construção da escola de primeiras letras e do templo ao lado. Segundo esse documento, os gastos foram totalizados em 2673\$870 com a compra de um altar pronto, cal, colunas, paus, pregos, esteios, tábuas, tintas, mão de obra, levantamento do telhado e sua edificação, além de muitos outros materiais que não conseguimos transcrever devido ao estado precário da fonte ⁴¹. Por este documento, não sabemos quem financiou o novo empreendimento, mas podemos saber que o vigário Joye não participou das despesas e da captação de recursos, pois não há nenhuma assinatura dele, mas somente de José Rodrigues da Costa, Marcelino e João.

Tudo indica que a tentativa de inaugurar um templo ao lado da escola fracassou, mas não temos fontes que indicam essa questão com clareza. Sendo assim, a partir de 1847, houve então uma nova tentativa de continuar a erguer definitivamente o templo católico com a doação de um terreno d a Irmandade de São João Batista e a organização de uma nova comissão para esse fim, e os subsídios seriam provenientes de alguns recursos dos cofres provinciais ⁴².

De acordo com Curio, a Matriz foi inaugurada somente em 1869 e demorou oito anos para ser erguida, com o uso de materiais provenientes do antigo templo ao lado da

³⁹ Fundação Dom João VI, Livro de atas da Câmara de Nova Friburgo 3 -2, 17 de fevereiro de 1837

⁴⁰ CÚRIO, Pedro. *Op.Cit.*, p. 99.

⁴¹ Fundação Dom João VI, Cx 9, documento 2200

⁴² *Idem*, 106.

escola⁴³. Além disso, o terreno em que foi edificada foi doado pelo Barão de Nova Friburgo e, por não ter encontrado até o momento informações que me permitem responder essa questão, não foi utilizado o doado em 1847⁴⁴.

Dessa forma, podemos perceber que o processo de edificação do Templo Católico foi permeado de tensões entre o poder eclesiástico e o temporal, formando suas próprias dinâmicas, mas também em conflito com as autoridades políticas, simbolizada na câmara dos vereadores da Vila de Nova Friburgo.

Os conflitos internos entre os protestantes na Vila de Nova Friburgo.

Como dito anteriormente, os imigrantes alemães ocuparam as terras que foram abandonadas pelos suíços. Mas muitos foram aqueles ligados ao projeto de imigração suíça que permaneceram na colônia com trabalhos diversos, incluindo até alguns que ocupavam cargos de destaque, como o próprio monsenhor Joye, Quévremont e outros com ofícios de prestígio. No que tange à religiosidade, os protestantes neste momento estavam organizados somente pelo “College de Surveillance”⁴⁵, que não existia uma hierarquia oficial, mesmo que subsidiados pela Sociedade Filantrópica Suíça do Rio de Janeiro⁴⁶.

De acordo com Fluck, o College de Surveillance seria uma espécie de comitê de fiscalização que teria como objetivos agrupar os protestantes em uma única comunidade, aprovar estatutos para a construção de uma Igreja no Brasil e defender os interesses dos protestantes diante da Corte, na tentativa de habilitação de cultos públicos e a concessão de um pregador oficial⁴⁷. Além disso, essa comissão teria um caráter de vigilância, observando o comportamento dos fiéis em diversos níveis, como a prática habitual da leitura bíblica, a oração no tempo apropriado, a formação das crianças, a promoção de um culto privado regular e a distribuição, via as Sociedades Bíblicas e Missionárias, de livros sagrados⁴⁸.

Dessa forma, em um primeiro momento, podemos observar que os protestantes suíços estariam organizados, mesmo sem uma autoridade formal, em uma aglomeração

⁴³ Há uma solicitação de José Bastos para “*arrear*” os andaimes e as cruzetas do templo inacabado para a construção do novo em uma área distinta. Fundação Dom João VI, Cx 10, documento 3668.

⁴⁴ *Idem*, 107.

⁴⁵ JACCOURD, *Op.Cit* p. 292.

⁴⁶ FLUCK, R, M. *Op.Cit.* p. 3.

⁴⁷ *Idem*.

⁴⁸ *Idem*.

protestante e que, a partir delas, resistiriam à hegemonia da Igreja Católica. Mas dentro dessa relação, podemos nos fazer algumas perguntas, tais como: essa relação que nos levaria a pensar que seria harmoniosa da comunidade protestante foi modificada com a chegada de imigrantes alemães luteranos em 1824? Em que medida a presença do Pastor Sauerbronn alterou essas relações sociais? Houve tensões entre “College de Surveillance” e o desenvolvimento da comunidade luterana pelas mãos de Sauerbronn?

Pelos documentos demonstrados por Fluck, a reputação de Frederich Oswald Sauerbronn em Beberbach bei Kirn, onde foi pároco, não era boa. Em um processo eclesiástico disciplinar, ele foi acusado de diversas ações questionáveis ou “*imoralidades*”, tais como: bebedeira, ida a tavernas, calúnias ao governo de Kirn⁴⁹, desvios de verbas e endividamentos⁵⁰. Pela escassez de documentação, não podemos afirmar com clareza os motivos que levaram a Sauerbronn ter vindo para o Brasil, mas podemos suspeitar de duas delas: ou uma espécie de recomeço de suas atividades pastorais, devido a problemas relacionados a algumas de suas atitudes – que aqui seriam identificadas pelo Monsenhor Joye como de má reputação –, ou o interesse de uma vida melhor, dada a propaganda exagerada do Major Schaeffer⁵¹.

De acordo com Fluck, o pastor Sauerbronn teria algumas tarefas designadas por contrato, além de ser o líder protestante local ao chegar ao Brasil, tais como: atuar como missionário protestante junto aos indígenas e batizar os escravos no luteranismo. Em seu contrato, existe a referência de um pagamento anual de 200 guildas renanas, 300 morgen renanos de terra e uma casa apropriada, além de 12 escravos, o que não foi efetivado⁵².

Em um primeiro momento, podemos dizer que os imigrantes Suíços e Alemães que teriam o protestantismo como base religiosa, seja luterano ou calvinista, se uniram, organizados pelo College de Surveillance, e a figura do pastor Sauerbronn, que teria então a tarefa de realizar todos os ofícios religiosos para as duas comunidades. Podemos constatar essa união, pois em 1824, Sauerbronn realizou o sepultamento de um dos líderes do College de Surveillance⁵³ e, em 1825, foram levantadas ofertas financeiras na região do Jura, no cantão de Berna, a favor da comunidade protestante que residia na

⁴⁹ Kirn é uma cidade da Alemanha localizada no atual distrito de Bad Kreuznach, no estado da Renânia-

⁵⁰ *Idem*, p. 12.

⁵¹ Responsável por trazer os imigrantes germânicos.

⁵² *Idem*, 4.

⁵³ *Idem*, 5.

Vila e da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira⁵⁴. Podemos concluir que a comunidade protestante em Nova Friburgo estava em uma péssima situação financeira, a começar por Sauerbronn, que deveria ganhar o mesmo que o vigário católico, mas houve diversas dificuldades para tentar ter uma vida financeira melhor do que na Europa.

Em 14 de julho de 1824, Miranda autorizou a quantia acordada de 200 mil réis anuais para o pastor realizar todas as suas funções⁵⁵ e em 19 de agosto do mesmo ano, autorizou a estadia de Sauerbronn na casa que foi abandonada por Carlos Metzquer, afim de que os protestantes pudessem ter um local doméstico para culto e o pastor, uma casa para morar⁵⁶. Dois meses depois, Miranda concedeu mais cem mil réis anuais como gratificação, chegando à quantia de 300\$000⁵⁷.

No mesmo ano em que as ofertas da região do Jura foram levantadas para ajudar a comunidade protestante de Nova Friburgo, o pastor Frederich Sauerbronn estava imerso a dívidas com o cofre da vila e também com outros credores. Em 23 de março de 1825, devido ao “*vexame*” em que ele se encontrava com seus credores, o claviculário do cofre da vila deveria por ordem de Monsenhor Miranda, emprestar a Sauerbronn a quantia de 300\$000⁵⁸, ou seja, um ano inteiro de seu salário e ele se comprometeria a pagar com a quarta parte do ordenado que fosse receber⁵⁹.

Mesmo com toda essa quantia não foi suficiente para conter as dívidas de Sauerbronn, pois este já estava comprometido a pagar o que devia a Luiz Meyrat, o que fez a Corte lhe deixar pagar com somente a quinta parte do ordenado toda a dívida que tinha contraído em um decreto do dia 30 de março de 1825⁶⁰. No mês seguinte, em 6 de abril, Sauerbronn acusa o recebimento da quantia, mas tudo indica que contraiu outra dívida com um amigo de José de Paiva Guedes⁶¹, Oficial Maior Luiz Moutinho de Lima Alvarez e Silva, no valor de 100\$000⁶². Dessa forma, Sauerbronn estava com uma dívida de 400\$000 réis, maior que todo o seu ordenado anual.

Dentro desse contexto, o pastor acabou tendo uma contenda com um devedor seu, de nome Guilherme Schumpf, este teria contraído uma dívida com o pastor a

⁵⁴ *Idem.*

⁵⁵ Fundação Dom João VI, Cx 1, documento 337.

⁵⁶ Fundação Dom João VI, Cx 2, documento 373.

⁵⁷ Fundação Dom João VI, Cx 2, documento 442.

⁵⁸ Fundação Dom João VI, Cx 2, documento 595.

⁵⁹ Fundação Dom João VI, Cx 2, documento 602.

⁶⁰ Fundação Dom João VI, Cx 2, documento 603.

⁶¹ Secretário dos negócios do Império.

⁶² Fundação Dom João VI, Cx 3, documento 725.

quantia de 259 florins e deveria, de acordo com as ordens da S.M.I em uma carta de José de Paiva Guedes, reembolsar a Sauerbronn esse valor, além desse caso passar para as mãos do juiz de fora da Vila de Macacu, para que ele consiga acabar com essa questão⁶³. Infelizmente, não encontramos ainda mais informações sobre essa questão e, portanto, não sabemos se Schumpf cumpriu sua parte do acordo com o pastor.

Em 27 de agosto de 1825, Sauerbronn se comprometeu a pagar sua dívida com o Oficial Maior Luiz Moutinho de Lima Alvarez e Silva e disse que iria pessoalmente encontrá-lo para cumprir o seu acordo, pois teria recebido uma “*avultada*” quantia da Corte⁶⁴. O pastor Sauerbronn se ausentou da vila em diversas ocasiões, não sabemos todos os motivos, mas desde 24 de março de 1825, ia ao Rio de Janeiro com frequência, “*tratar dos seus negócios*”⁶⁵. Contudo, até o dia 13 de abril de 1826, o pastor não tinha pagado suas dívidas pois em uma carta, Antonio de Paiva Guedes se lamenta dizendo que seu amigo queria muito receber o dinheiro do pastor, mas sabe que o pagamento irá tardar⁶⁶.

Sendo assim, desde quando começou a contrair dívidas, se ausentava a vila e isto gerou um mal estar com a Corte, pois ao invés das cartas para a Vila tratarem das dívidas do pastor, a partir de 20 de outubro de 1825, duas cartas tratariam de acusar Sauerbronn por ter “*conduta irregular*”⁶⁷. A primeira é do Barão de Valença, que ressaltou que o pastor teria uma “*má conduta*”, pois diversas vezes se ausentava da colônia sem licença e o ameaçou dizendo que se ele continuasse com essa postura retiraria os ordenados referentes ao dia em que ele se ausentasse, além de se formar “*severas medidas*” se ele continuasse com os seus “*perniciosos exemplos*”⁶⁸. A segunda

é de Monsenhor Miranda que disse para o Pastor voltar para a Colônia o mais rápido possível e ressaltou a sua “*má conduta*”, mas sem deixar clara punição alguma sobre essa questão. Mas na mesma carta há uma ordem para tentar fiscalizar todos os funcionários – civis, militares e eclesiásticos - para que eles cumpram seus deveres e não se ausente da colônia como fez Sauerbronn⁶⁹.

Dessa forma, podemos entender que quando começaram os conflitos internos aos protestantes da Vila de Nova Friburgo, a situação financeira e moral de seu líder,

⁶³ Fundação Dom João VI, Cx 3, documentos 731 e 734.

⁶⁴ Fundação Dom João VI, Cx 3, documentos 739.

⁶⁵ Fundação Dom João VI, Cx 2, documento 596.

⁶⁶ Fundação Dom João VI, Cx 3, documentos 872.

⁶⁷ Fundação Dom João VI, Cx 3, documentos 788 e 791.

⁶⁸ Fundação Dom João VI, Cx 3, documento 788.

⁶⁹ Fundação Dom João VI, Cx 3, documento 791.

pastor Sauerbronn, estava, em muito, degradada, o que poderia ter ajudado a aprofundar estas tensões.

De acordo com Fluck, a partir de 1826, começaram as tensões entre o pastor e os membros do College de Surveillance e também com alguns de seus próprios fiéis, Diante dessa afirmação, podemos questionar se o pastor realmente teria algum tipo de conflito com seus fiéis, pois a documentação utilizada por Fluck são cartas de autoridades locais e das cortes germânicas que poderiam ter interesses no afastamento de Sauerbronn. Do mesmo modo, os dados mais usados são cartas do Monsenhor Joye contra a atuação do pastor e não vemos, em nenhum momento, cartas ou documentos dos próprios fiéis sobre essa questão.

Nesse sentido, a primeira tensão ocorreu justamente por conta dessas doações, que segundo as acusações, teriam sido desviadas pelo próprio pastor. O primeiro ato contra Sauerbronn foi uma comunicação para Charles Ferdinand Morel, o pastor coordenador da região do Berna Jura, que por sua vez, enviou uma solicitação para o Comitê de Missão de Basileia para mandar outro pastor que soubesse francês, alemão e espanhol e o motivo principal de sua acusação era que os fiéis “*estavam muito tristes com o comportamento de Sauerbronn*” e o pastor escolhido foi Henrich Hieronymus Wulff⁷⁰.

No mesmo ano, o vigário Joye interferiu nessa tensão enviando um relatório para o delegado cantonal de polícia de Berna, Karl Ludwing Rudolf Von Wattenwyl, dizendo que o pastor Sauerbronn era um “*sujeito muito malvado*” e que, mesmo recebendo 100 louis d’ouros e vários outros recursos da Europa, se encontrava endividado e em estado de miséria. Além disso, o acusou de gastar todo esse dinheiro “*satisfazendo as suas paixões*” e que, com isso, perdeu por “*razão justa*” a confiança dos seus próprios fiéis⁷¹. Dessa forma, podemos analisar uma espécie de oportunidade que o padre Joye teve diante dessa situação conflituosa do pastor Sauerbronn e sua comunidade, para tentar desmoralizá-lo e ganhar mais espaço, em termos religiosos, na Vila.

Em 1827, começou a ser articulada uma estratégia para melhorar as condições dos protestantes que residiam no Brasil, de modo que fosse designado pelo cantão de Zurique, um cônsul reformado para o Rio de Janeiro. Dentro dessa mobilização, a Sociedade Auxiliadora da Basileia recebeu de Londres 200 libras esterlinas para a

⁷⁰ *Idem*, p. 6.

⁷¹ *Idem*.

construção de um Hospital na Vila de Nova Friburgo, mas com a possibilidade de edificação de um templo protestante na Vila com o montante arrecadado ⁷².

A construção de um templo protestante pode ser vista também como um conflito interno entre os fiéis e a hierarquia oficial protestante, representada pelo pastor Sauerbronn. Um dos motivos que podemos demonstrar sobre essa questão é que Watternwyl ⁷³, em uma carta, disse ter percebido que o Pastor Sauerbronn era “*um lobo entre seu rebanho*” e um “*verdadeiro impostor*” ⁷⁴. Ou seja, o problema moral de Sauerbronn foi determinante para que esse conflito se acentuasse e o novo pastor deveria ser um homem de boa conduta ⁷⁵.

Dois motivos são citados por Fluck com relação à permanência de Sauerbronn como pastor e o fracasso no projeto de enviar outro pastor para o Brasil: primeiramente, o autor alega que Sauerbronn tinha uma rede de sociabilidade sólida, ao ponto de proteger sua integridade moral e sua função de pastor, talvez por assessorar o College de Surveillance ou por construir o cemitério protestante, mas até o momento não conseguiu dados que comprovam essas questões. Além disso, o Estado Imperial resolveu somente dar salário ao pastor que originalmente foi incumbido por ocasião da emigração para o Brasil, desestimulando assim o Comitê da Missão de Basileia a enviar Wulff ⁷⁶.

Em 1827, as tensões começam a se acentuar, formando até um Consistório reformado ⁷⁷ contra e outro a favor de Sauerbronn, na Vila, mediante as acusações das mais variadas e que ameaçavam a sua conduta moral. Tal questão afetou a comunidade evangélica suíça local, que pretendia buscar outro pastor para o Brasil, alegando que Sauerbronn queria voltar para a Europa. Então, a Sociedade Filantrópica Suíça do Rio de Janeiro enviou um processo contra o pastor, e ambos os consistórios enviaram cartas em português e os argumentos foram mediados por um Tabelião ⁷⁸.

Após esse embate, o cônsul suíço Tavel escreveu ao Mons enhor Miranda explicando todas as acusações a Sauerbronn e este respondeu dizendo que o governo

⁷² *Idem.*

⁷³ Karl Ludwig Von Wattenwyl, membro da comissão de Emigração do Cantão e Berna, na Suíça e presidente da Sociedade Auxiliadora da Missão de Basileia no mesmo Cantão, além de ser delegado de polícia.

⁷⁴ *Idem*, p. 7.

⁷⁵ *Idem.*

⁷⁶ *Idem*, p. 8.

⁷⁷ Uma espécie de reunião composta por fiéis e membros da hierarquia protestante, geralmente calvinista, com o objetivo de resolver alguma divergência interna.

⁷⁸ *Idem*, p. 9.

brasileiro estava suficientemente informado sobre o comportamento de Sauerbronn e não via razão para a sua destituição⁷⁹. Sendo assim, podemos perceber que o Estado imperial, na pessoa de Monsenhor Miranda, não se importou com a solicitação contrária ao pastor e, talvez, seria por conta das despesas com um novo membro da hierarquia, que ganharia o mesmo soldo de um padre, mas ainda não consegui dados suficientes para responder essa questão.

A situação para o pastor começou a mudar quando, em 1829, o consistório protestante formado pelas duas confissões e seu presbitério se reuniram decidiram tomar partido de Sauerbronn, considerando que ele foi o “*consolador da pobre comunidade*” e ainda havia uma petição para ajudá-lo e a sua extensa família que estava “*altamente necessitada e deplorável*”⁸⁰. O que tudo indica, é que foi solicitada ao cônsul uma ajuda ao pastor, mas foi esta negada.

Também em 1829, outras tensões permeavam a vida dos protestantes na Vila de Nova Friburgo como a última possibilidade de organização no que tange a enviar um pastor para a Vila, pois esta estaria “*abandonada*”, mas que o cônsul suíço não poderia fazê-lo se a vinda de outro pastor não fosse subsidiada pelo governo Imperial⁸¹. Nesse mesmo ano, no dia 28 de agosto, o Cônsul Tavel pediu ao governo suíço a demissão do pastor Sauerbronn, alegando que “*pessoas confiáveis garantiram que [seria] vergonhoso se ele continuar em seu posto*”⁸². O governo de Berna respondeu de forma áspera, alegando que seria “*muito tarde*” para tal ação⁸³.

Podemos avaliar como síntese desse processo, que a comunidade protestante da Vila de Nova Friburgo, a partir de 1840, se dividiu em duas, uma conduzida pelo pastor Sauerbronn e outra de suíços, com cerca de apenas 10 ou 12 famílias, com organização própria⁸⁴. Fluck divide essas duas comunidades de acordo com o local de origem, sendo o primeiro composto pelas cortes germânicas e outro composto pelos imigrantes suíços.

Contudo, não temos como saber ao certo se essas duas organizações são, de fato, alocadas de forma a guardar a identidade do local de origem e seus costumes ou são organizadas somente por diferenças para com a hierarquia oficial. Dessa forma, podemos dizer que, a partir de 1850, essas tensões internas não mais poderiam ser

⁷⁹ *Idem.*

⁸⁰ *Idem*, p. 10.

⁸¹ *Idem*, p. 11.

⁸² *Idem.*

⁸³ *Idem.*

⁸⁴ *Idem.*

analisadas, pois, não aparecem mais na análise do autor e da documentação exposta sobre o assunto⁸⁵.

Os conflitos entre católicos e protestantes na Vila de São João Batista de Nova Friburgo.

Após a chegada dos imigrantes Suíços à Vila de Nova Friburgo, houve uma interceptação de Monsenhor Joye na tentativa de fazer com que, dentre os imigrantes recém-chegados, se fossem protestantes, abjurassem de sua fé entrando assim na dinâmica eclesial Católica⁸⁶. Então, em apenas treze dias de inauguração da Vila, com a presença dos suíços - em 17 de abril de 1820 – quinze deles abandonaram sua fé, entrando assim para as fileiras do catolicismo⁸⁷. Pela documentação, não sabemos os motivos de tal abjuração, mas podemos entender que existiam algumas vantagens em ser católico naquele momento, por conta da hegemonia desta religião, incluindo aí a sua oficialidade e a maior facilidade de integração na comunidade recém formada pela maioria católica.

Com a chegada dos imigrantes alemães, a partir de 1824, sendo eles compostos por protestantes luteranos, os conflitos começaram a se acentuar e giraram em torno das ações do monsenhor Joye e do pastor Friedrich Oswald Sauerbronn⁸⁸. As decisões tomadas pelos líderes de cada religião seriam determinantes para o bom convívio ou possíveis conflitos entre eles, como passarei a analisar.

Segundo uma carta enviada para a sua família no ano seguinte à sua chegada, o pastor Sauerbronn afirmaria que, no dia 17 de novembro de 1823, sua mulher entrou em trabalho de parto e morreu após dar a luz a seu filho, Peter Leopold, no navio *Argos*, que lhes trouxe para o Rio de Janeiro. Um mês após a chegada à colônia de Nova Friburgo, outro desastre aconteceu: a morte de Peter, por disenteria⁸⁹. Neste sentido, a primeira celebração com a presença oficial do pastor, na Vila de Nova Friburgo, foi o enterro de seu próprio filho; numa ação que daria origem à base do futuro cemitério dos luteranos na localidade, pois a autoridade local, monsenhor Joye, recusou o

⁸⁵ *Idem*, p. 12.

⁸⁷ *Idem*.

⁸⁸ *Idem*, p. 123.

⁸⁹ MÜLLER, A. L. *Op.Cit.* p.48

sepultamento de Peter fazendo com que o pastor buscasse outro espaço para sepultar seu filho⁹⁰.

Nesse sentido, não podemos garantir a existência de um conflito aberto entre os dois líderes religiosos, pois até o momento não existem fontes que comprovam tal questão, mas só pelo fato de o pastor luterano ver um membro de sua comunidade – principalmente sendo seu próprio filho – sendo excluído do “campo santo” católico e ter criado um cemitério para o uso de protestantes, podemos caracterizar em um primeiro momento como uma tensão religiosa, relativa a um importante ritual, que era o sepultamento.

A título de comparação, o sepultamento era um ritual tão importante para um protestante quanto para um católico, ao ponto de, em Minas Gerais, na mesma década, ter ocorrido o sepultamento de um minerador germânico que faleceu devido a um acidente de trabalho no próprio terreno da empresa na qual trabalhava. O padre negou o enterramento de um “*herege*” em solo sagrado e o reverendo Walsh, da Igreja Anglicana que por ali passava, fez as prédicas, improvisou uma capela e saiu em procissão até o túmulo, abriu-o e abençoou o local, sendo visto e tendo atitude aprovada por Luteranos, mas também de Católicos que chegaram depois⁹¹.

A questão acima é, de certa forma, endossada quando no mesmo ano, Sauerbronn fez o enterramento de um de seus fiéis, que tudo indica, de acordo com Souza, que fosse um dos membros do “College de Surveillance”, ou seja, um colono de muita importância para os protestantes. Essa cerimônia foi acusada de ter sido realizada com ostentação de acordo com o ofício enviado por Monsenhor Miranda para Sauerbronn e que os protestantes deveriam realizar “*as suas cerimônias religiosas muito em particular, se quisessem ter direito à proteção que a Constituição tão liberalmente autoriza*”⁹².

Além dos espaços e rituais funerários como objetos de conflitos religiosos na Vila de Nova Friburgo, as cerimônias de casamento misto foram encarados dessa mesma forma, gerando tensões e desaprovação de ambos os lados. O primeiro casamento desse tipo ocorreu no dia 30 de maio de 1824, no qual Sauerbronn casou Amadée Gottlieb Sinner, protestante, com Clara Egrin, Católica. Esta, nos argumentos

⁹⁰ *Idem.*

⁹¹ RORIGUES, C.; CORDEIRO, G. “*E nós andamos em procissão até o túmulo*”: sepultamentos estrangeiros e alteridade no Brasil do século XIX a partir dos relatos de Robert Walsh. p. 17.

⁹² SOUZA, J. A. S. de. *Op.Cit.* p.117.

de Joye, era anteriormente casada com David Luís Heche, também católico e todos os três envolvidos nessa questão era m suíços⁹³.

Antes de analisar o caso, vejamos melhor como se dava a situação do casamento na sociedade da época, diante da hegemonia do catolicismo e como ficaria a questão dos casamentos a partir da chegada dos migrantes protestantes.

O casamento na história do Brasil, desde a colonização, era essencialmente de competência eclesiástica, mais precisamente no que tange as normas da Igreja Católica. Baseados no concílio de Trento, somente poderiam resolver a questão matrimonial os tribunais eclesiásticos, os bispos e o papa⁹⁴. Sendo assim, a questão matrimonial era de muita importância para a manutenção do Brasil Imperial e também para conseguir uma maior autonomia dos bispos do Brasil em relação à Santa Sé no que tange a legislação eclesiástica⁹⁵. Dessa forma, o casamento de matriz católica não só era benéfico para a expansão da Igreja, mas também para o próprio estado imperial. Com esse sistema dentro dos padrões da Igreja Católica – monogâmico e indissolúvel – o casamento evitaria a promiscuidade e o concubinato, além da educação religiosa dos filhos, o que serviria como papel moralizador e muito importante para a manutenção ideológica do estado Imperial⁹⁶.

Como o casamento estava inserido dentro da lógica católica, tendo como parâmetro o Direito Canônico, havi a um vácuo legislativo sobre os matrimônios protestantes ou mistos, podendo ter diversas interpretações e acentuando uma crise do estado imperial com a Santa Sé⁹⁷. Sendo assim, a partir de 1824 com a relativa liberdade religiosa, a legitimidade dos casamentos protestantes foram postas em discussão e o Estado Imperial começou a discutir com a Santa Sé parâmetros para essa situação⁹⁸. De acordo com o único código canônico brasileiro que vigorou no Império pautando as diretrizes tridentinas, as *Constituições prim eiras do Arcebispado da Bahia*, versava

⁹³ *Idem*, p. 173.

⁹⁴ SANTIROCCHI, D. I. *Matrimônio no Império do Brasil*: uma questão de estado. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, ano IV, n12, jan 2012. p. 82.

⁹⁵ *Idem*.

⁹⁶ *Idem*, p. 83.

⁹⁷ MARTINS, L. C. *Templos, casamentos e cemitérios de um grupo outsider*. In: *Cesumar Ciências Humanas e Sociais aplicadas*, vol. 17, n2, jul/dez 2012. p. 391.

⁹⁸ *Idem*.

sobre diversas questões a respeito o matrimônio, tais como: a sua origem, as leis sobre os contraentes e as condições para impedimento do matrimônio⁹⁹.

A Igreja entendia que o matrimônio começou antes da criação da instituição religiosa, ou seja, a atração por outra pessoa do sexo oposto seria natural e, portanto, os casamentos mistos eram válidos, mas somente dentro dos parâmetros estabelecidos pela Igreja poderiam ser lícitos. Além dessa questão, os contraentes deveriam ter no mínimo 14 anos completos para o homem e 12 anos completos para as mulheres¹⁰⁰.

Para tornar nulo o sacramento do Matrimônio um ou ambos os contraentes deveriam estar em uma ou mais das 13 questões expostas nas *Constituições primeiras*, tais como: “*erro de pessoa*” (quando os noivos não se conhecem previamente, podendo ocorrer também nos casamentos arranjados), “*condição*”, que era quando um é obrigado a casar sem que o outro tenha consciência disto, “*voto*”, ou seja, quando algum dos dois tenha feito votos solenes ou tenha Ordens Sacras, “*cognação e agnação*” (parentesco de consanguinidade). Também há a questão relativa a “*crime*”, quando um dos cônjuges maquinou a morte do anterior para se casar novamente, a “*disparidade da Religião*”, pois nenhum infiel deveria contrair matrimônio com quem fosse fiel e o tornaria nulo, “*força ou medo*”, quando um dos contraentes foi coagido a casar, a “*Ordem*”, ou seja, se um deles possuísse ordens sacras, até mesmo e subdiácono.¹⁰¹

Além dessas questões, há também aquela ligada à chamada “*Ligame*”, quando um homem ou mulher é prometido em casamento mas casa com outra pessoa, “*Pública honestidade*”, que se refere à antiga prática da promessa de casamento ou desponsório, a *impotência*, ou seja, a impossibilidade de procriar, “*rapto*”, quando um rapta e força a outra pessoa a casar e, por último, a ausência de padre, pois seria necessário além deste, no mínimo duas testemunhas para que efetivamente o matrimônio fosse válido e lícito.¹⁰²

Só quem poderia dispensar os noivos de um casamento nulo era o papa e, desde 1796, Pio VI deu essa dispensa chamada “*Breve*” que iria se renovar com os papas Pio VII (1742-1823), Gregório XVI (1831 -1846) e Pio IX (1846-1878) por todo período Imperial. Também chamado de Breve dos 25 anos, dava plenos poderes aos bispos para

⁹⁹ SANTIROCCHI, D. I. *Op.Cit.* p.83.

¹⁰⁰ *Idem.*

¹⁰¹ *Idem*, p.84

¹⁰² *Idem.*

essa questão, mas dentro de parâmetros específicos e limitados. No que tange ao casamento misto entre católicos e protestantes, caberia ao bispo uni-los ou dispensá-los nas suas diversas condições acima citadas¹⁰³.

O primeiro “*Breve*” de papa Pio VI terminou em 1796 e foi renovado por mais 25 anos e em 4 de outubro de 1822, Pio VII também renovou toda a chancela dada pelo seu antecessor. Mas a partir de 1847, em condições bem diferentes das de 1822, ou seja, com o território expandido e muitos imigrantes de origem protestante, começaram a surgir diversos problemas sobre essa questão que vão permear por toda a segunda metade do século XIX. Dessa forma, podemos perceber que até em 1847, a legislação eclesiástica brasileira poderia deixar casar um casal misto interreligioso, mas somente se os filhos fossem educados na fé católica¹⁰⁴.

A partir de 1845, o representante brasileiro em Roma, Comendador Moutinho, começou a trabalhar por maiores direitos com relação aos casamentos, pressionando a Santa Sé por maiores concessões dentro dos limites do Breve, ou seja, que fossem incluídos maiores números de casos em que podiam ser nulos. Sendo assim, recorreu a Gregório XVI que lhe garantiu o limite de 50 casos para a consanguinidade e 20 para casamentos de mista religião¹⁰⁵. Contudo, em 17 de março de 1848, após os reclames do Brasil com relação a essas limitações, garantiu 150 casos para consanguinidade e 30 para casamentos mistos¹⁰⁶.

A partir da década de 50 surgiram diversos impasses entre o Governo e a Santa Sé sobre as questões administrativas da Igreja em que Roma queria mais autonomia. O matrimônio não escapou das discussões e polêmicas e, sobretudo, aos casamentos mistos entre católicos e protestantes. Sobre estes, o Relatório da repartição dos Negócios da Justiça reconhece o aumento significativo da população acatólica oriunda da imigração e enfatiza a limitação do *Breve* apontando a solução para um casamento civil, a fim de acabar de vez com esse problema.¹⁰⁷

Com o acirramento dessa discussão, que irá durar até 1861, era necessário ter uma saída para tal questão e esta foi providenciada pelo Governo com a lei 1.144 de 11

¹⁰³ *Idem*, p. 85

¹⁰⁴ *Idem*.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 87.

¹⁰⁶ *Idem*.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 89.

de setembro de 1861 acabou por reconhecer o casamento de não-católicos mediante três condições: era obrigatório um ato religioso, o registro do casamento e a cerimônia feita por um pastor reconhecido pelo Estado. Mesmo com essa abertura legislativa, nada versava sobre a questão do casamento misto¹⁰⁸.

A partir da década de 60, a Santa Sé começou a expedir maior concessão em relação ao casamento misto, abrindo mais casos gradativamente, até que em 1874 eram cerca de 30 casos por bispo¹⁰⁹. Até 1889, essa questão ficou sendo palco de disputas entre os interesses governamentais e os interesses eclesiásticos, sendo que o primeiro tinha o papel de pressionar e o segundo de conceder ou não maior flexibilidade na lei canônica, aumentando os casos de casamento misto gradualmente, de forma a controlar o processo de expansão do protestantismo por conta da imigração¹¹⁰.

Ambos os casos, o enterro e o primeiro casamento misto, ficaram sob o domínio do major Ferreira de Souza, que incumbiu Sauerbronn de se defender de seu suposto proselitismo, após repreendê-lo alegando que ele deveria ser mais prudente em suas ações e escutar o vigário Joye antes de tomar esse tipo de iniciativa¹¹¹. Diante desses dados, podemos perceber que Sauerbronn só poderia fazer suas atividades de modo muito restrito e sem proselitismo, de acordo com o primeiro artigo do quinto parágrafo da Constituição de 1824. Portanto, para realizar esse tipo de cerimônia sem problemas, deveria ter consultado a figura do vigário da religião oficial, podendo ser advertido, embora tivesse o direito de defesa.

Para descobrir se a denúncia feita por Monsenhor Joye seria verdadeira, em 14 de julho de 1824, Monsenhor Miranda mandou que o major fosse indagar os dois colonos para descobrir se realmente eram casados anteriormente e também entender quais foram os motivos pelos quais o casal teria pedido a Sauerbronn para realizar a cerimônia. Além disso, Miranda nessa mesma carta, pediu para o major maiores esclarecimentos sobre a questão do enterro do protestante¹¹².

Sendo assim, major Ferreira de Souza, em 24 de julho de 1824, organizou uma espécie de interrogatório ao casal e lhe confiou a expor duas testemunhas ao seu favor.

¹⁰⁸ SEIXAS, M. E. S. *Aberturas legislativas para os adeptos do protestantismo no Brasil Monárquico e episódios de perseguição religiosa na Bahia*. In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e diálogo social. 2013. p.p 3 -4.

¹⁰⁹ SANTIROCCHI, D. I. *Op.Cit.* p.95.

¹¹⁰ *Idem*, p. 100.

¹¹¹ Fundação Dom João VI, Cx 1, documento 338.

¹¹² Fundação Dom João VI, Cx 1, documento 326.

Clara e Amadée disseram que não eram casados, mas viviam juntos desde quando estavam na Europa e tinham dois filhos, ambos batizados, sendo que o primeiro no Cantão de Friburg e o segundo pelo próprio monsenhor Joye¹¹³.

Para provar que não eram casados e que então, não teriam nenhum impedimento para contrair matrimônio na Igreja Católica, chamaram duas testemunhas, José Bard e Cristiano Hotz, ambos suíços. O primeiro disse que por várias vezes David Heche disse que somente vivia junto com Claire, ou seja, em concubinato e que pelo seu estado de saúde debilitada, a deixaria sob uma licença em que poderia assim encontrar outra pessoa para contrair matrimônio¹¹⁴. Já o segundo interrogado disse que não sabia dos fatos, mas que teria ouvido dizer que os dois não eram casados, mas sim Claire vivia como Heche como “*Amiga*”. Além disso, disse que só sabia que David era um militar e que não sabia de mais nada¹¹⁵.

Em uma carta datada de 22 de julho de 1824 remetida ao major Ferreira de Souza, Sauerbronn se defendeu dos problemas gerados pelo enterramento e o casamento misto dizendo que como pastor, deveria sempre seguir as leis e refutou as alegações de Monsenhor Joye que o atacou sob a acusação de não respeitar o artigo quinto da Constituição. Em sua defesa, Sauerbronn afirma que no caso do enterramento, retirou o corpo em silêncio e quando este estava na cova, proferiu breves palavras, ou seja, sem qualquer ostentação¹¹⁶. Sobre o casamento, o pastor argumentou em sua defesa que no que tange ao primeiro casamento de Clara, ser falso, pois alegou ter testemunhas fiéis que provariam o contrário e, sobre a questão da cerimônia em si sem autorização do vigário, alegou que ele agiu do mesmo modo que os protestantes ingleses do Rio de Janeiro¹¹⁷. Não temos ainda como confirmar se Sauerbronn recebeu alguma sanção ou repreensão após sua defesa, mas tudo indica que não, dado que continuou sendo pastor protestante financiado pela Coroa até fins da década de sessenta do século XIX.¹¹⁸

Outra questão que envolveu conflitos religiosos entre a Igreja Católica e o protestantismo foi a abjuração de alguns colonos que depois voltaram para as fileiras de sua antiga religião. Dessa forma, assim que Sauerbronn chegou com os imigrantes alemães em 1824, alguns daqueles que abjuraram o protestantismo e entraram para as

¹¹³Fundação Dom João VI, Cx 1, documento 341.

¹¹⁴*Idem.*

¹¹⁵*Idem.*

¹¹⁶*Idem*, p. 176.

¹¹⁷*Idem*, p. 177.

¹¹⁸PEDRO, J. C. *Op.Cit.* p.122.

fileiras do catolicismo, incluindo aí o senhor Regamet, foram admitidos novamente no grupo de fiéis do pastor Sauerbronn¹¹⁹.

Em uma carta de 16 de agosto de 1824 do Monsenhor Joye para Monsenhor Miranda, Joye discorre sobre essa questão exigindo providências, essas tomadas logo depois por major Ferreira de Souza que em uma carta a Sauerbronn deixou claro que, baseado na constituição, ele deveria evitar, mais uma vez, toda espécie de proselitismo e que aguardaria sua resposta¹²⁰.

Em resposta datada do dia seguinte, ou seja, 17 de agosto do mesmo ano, Sauerbronn se defendeu novamente dizendo que Regamet se apresentou a ele como protestante e imediatamente participou de seu culto. Além disso, ele legitima o protestantismo de Regamet a partir de seu lugar de origem, Vault, na Suíça¹²¹. Também se defendeu dizendo que em sua religião seriam considerados membros todos aqueles que se apresentarem como tal, não fazendo distinção de ninguém. Utilizou, para legitimar esta questão, o Evangelho de João, capítulo 6, versículo 37¹²². Provavelmente Regamet era Calvinista, como os outros imigrantes suíços protestantes que vieram na primeira imigração para se instalarem no Morro Queimado. Dessa forma, podemos perceber certa tolerância com relação a confissões diferentes diante da morte, pois a importância desse ritual estava imbricada de forma semelhante para as duas religiões¹²³.

Mesmo com todas as repressões às atividades do pastor Sauerbronn, este continuou seu ministério a celebrar mais um casamento entre um colono católico e uma colona protestante. Uma representação no dia 9 de janeiro de 1825, enviada para o major Jorge Ferreira, demonstra essa situação. Dizia que Sauerbronn uniu em casamento o alemão católico Albert o Pokhorny com uma imigrante alemã protestante e que esse casamento seria considerado inválido pela legislação brasileira, pois não houve a licença do bispo diocesano por causa da disparidade de culto, recomendando assim que os dois não consumassem o casamento¹²⁴. Souza não demonstrou quem enviou essa representação e se houve alguma reação por parte de Sauerbronn, mas com essa documentação podemos perceber que mais uma vez Sauerbronn ultrapassou o poder hegemônico da religião oficial.

¹¹⁹ SOUZA, J. A. S. de. *Op.Cit.* p.179.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Idem.

¹²² Idem.

¹²³ RORIGUES, C.; CORDEIRO, G. *Op.Cit.* p.18.

¹²⁴ Idem, p. 180.

Interessante notar que, em todas as vezes que se remetiam relatórios ou cartas para a Corte, como foi em 30 de agosto de 1824, as respostas dadas eram que o imperador já tinha ciência do acontecido, mas não há alguma tomada de decisão por parte do Estado Imperial em relação ao caso, de acordo com a bibliografia consultada¹²⁵. Muito pelo contrário, pois o pastor Sauerbronn continuou ganhando as mesmas somas que o vigário Joye da própria Coroa e também recebeu um aumento, além de pegar empréstimos com o cofre da Vila¹²⁶.

Por fim, em 1827, os protestantes conseguiram edificar um templo e este, ao que tudo indica, pode ter sido financiado pela Sociedade Filantrópica Suíça e demais organizações já analisadas acima. Mas infelizmente, até o momento não conseguimos descobrir de acordo com bibliografia consultada, pois ela faz uma menção superficial sobre essa questão. De qualquer forma, mesmo não sabendo se houve uma representação formal à Corte, Pedro ressalta que esse templo foi demolido, pois nele haveria representações simbólicas religiosas, tais como cruzeiros e torres e só construíram outra estrutura, sem tais símbolos, em 1857¹²⁷.

Dessa forma, podemos perceber que as tentativas de construção de um templo luterano (1827 e 1857) foram anteriores às duas datas que representam a tentativa de edificação de um templo católico na região, ou seja, 1835 e 1869¹²⁸. Sendo assim, entendemos que os conflitos aconteciam quando o representante oficial do protestantismo na Vila tomava decisões que eram contrárias aos interesses da religião hegemônica, fazendo com que os embates não se dessem somente no nível legal. Dentro dessa multiplicidade de conflitos podemos exemplificar em quatro tipos que iremos analisar abaixo: a disputa por fiéis, a questão territorial, simbólica e também ligada às representações.

Sobre a disputa de fiéis, os embates ocorreram com as abjurações de protestantes que se ligaram ao catolicismo até a chegada de um líder religioso do protestantismo, gerando então problemas com relação ao proselitismo, monopólio da Igreja Católica nesse momento. Sobre a questão territorial, podemos entender que esses conflitos se deram a nível interno, com a tentativa de monsenhor Joye de articular um local de culto mais digno, mas também com relação à defesa da fé protestante sendo relacionada com o lugar de origem do colono em questão, como vimos no caso de Regamet.

¹²⁵ *Idem.*

¹²⁶ CÚRIO, P. *Op.Cit.* p.113.

¹²⁷ PEDRO, J. C. *Op.Cit.* p.127.

¹²⁸ *Idem.*

Sobre a questão simbólica, podemos perceber que os embates se tratavam sobre os aspectos peculiares do que seria ou não religioso, monopólio então da Igreja católica e, na tentativa de ter um templo para realizar a liturgia protestante, acabou sendo destruída a primeira igreja desta natureza por ter sinos e torres.

Com relação às representações, os conflitos religiosos aconteceram através de duas questões: a morte e o casamento, pois seguindo a lógica, a igreja católica também detinha a hegemonia nessas situações. Portanto, quando Sauerbronn enterra o colono do College de Surveillance, logo é reprimido por Joye e Miranda, pois teria feito uma cerimônia pública e do mesmo modo, depois de ter realizado o casamento de Claire Heche e Amadée Sinner, logo sofreu represálias por não ter avisado Joye anteriormente sobre o casamento misto.

Bibliografia

- ARAÚJO, R. J.; MAYER, M. J. (Org.). Teia Serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro técnico, 1999.
- BUARQUE, V. A. C. (Org.). História da Historiografia Religiosa. Ouro Preto: Editora UFOP, 2012.
- DREHER, Martin. Degradados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2010.
- DREHER, Martin. Histórias de vida e de fé: Luteranos e luteranas No nordeste do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- DREHER, Martin(org). Igreja de Cristo: um templo centenário. São Leopoldo, Oikos, 2011.
- FLUCK, R, Marlon. A abertura dos portos brasileiros e a implantação do protestantismo permanente no Brasil: as versões contraditórias sobre o seu primeiro pastor. In Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá, V, n.15, jan/2013.
- FRIDMAN, Fania. Cartografia fluminense no Brasil Imperial. In: I Simpósio de Cartografia Histórica, 2011.Paraty.

GAEDE, Valdemar. Presença Luterana no Espírito Santo: os primórdios da presença luterana no estado do Espírito Santo e a história da Paróquia de Santa Maria do Jetibá. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GOMES, F. J. S. Cristandade Medieval: entre mito e a utopia. In: Topoi, Rio de Janeiro, dezembro, 2002.

GOMES, F. J. S. Cristandade Medieval – Igreja e Poder: Representações e discursos (séculos IV-XI). Disponível em: <http://refletindobrasil.files.wordpress.com/2010/11/cristandade-medieval.pdf>.

GOMES, F. J. S. De sú dito a cidadão: os católicos no império e na república. In: Anais do XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH. Belo Horizonte, junho 1997.

GRIPP, M. D. S. O protestantismo Batista e a sua expansão pela região serrana do Rio de Janeiro (séculos XIX e XX). 2014. 77 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

IOTTI, Luiza Horn. A política imigratória Brasileira e sua legislação – 1822-1914. In: X Encontro Estadual de História: O Brasil no Sul: Cruzando fronteiras entre o Regional e o Nacional. 2010.

JACCOURD, Rafael. História, contos e lendas de Nova Friburgo. Edição independente, 2007.

LENZ, Ewel Sylvania. Alemães no Rio de Janeiro: Diplomacia e negócios, profissões e ócio (1815 -1866). Bauru, São Paulo: EDUSC, 2008.

MACEDO, J. R. (Org.). A Idade Média Portuguesa e o Brasil: Reminiscências, transformações, ressignificações. Porto Alegre: Vidrúguas, 2011.

MARTINS, Carla Patrícia. O padroado régio no auge do Império brasileiro. In: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá, v. III, n.9, jan/2011.

MARTINS, L. C. Templos, casamentos e cemitérios de um grupo outsider. In: Cesumar Ciências Humanas e Sociais aplicadas, vol. 17, n2, jul/dez 2012.

MAYER, J. M. Raízes e crise do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo. 2003. 564 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2003.

MUAZE, Mariana. O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica Imperial p. 295. Disponível em http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15_mariana_muaze.pdf

MÜLLER, Armindo L. O começo do Protestantismo no Brasil: descrição da instalação da 1ª. Comunidade luterana no Brasil, Rio de Janeiro: Edições Estadunidense. 2003.

NICOULIN, Martin. A gênese de Nova Friburgo: Emigração e colonização suíça no Brasil (1817-1827). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

OLIVEIRA, A.J.M. Igreja e escravidão africana no Brasil colonial. In: Cadernos de ciências humanas - Especiaria, v. 10, n.18, jul. – dez. 2007.

OLIVEIRA, A.J.M. Os Bispos e os Leigos: Reforma Católica e Irmandades no Rio de Janeiro Imperial. In: Revista de História Regional 6(1), Verão 2001.

PORTELA, Rodrigo. Fé, cultura e norma eclesiástica: A gênese da Igreja Luterana no Brasil. In Fragmentos de cultura, Goiânia, v. 16, n7/8, Jul./Ago. 2006.

REILY, Alexander Duncan. História Documental do Protestantismo no Brasil, São Paulo: ASTE, 2003.

REIS, Cacilda Estevão dos; ANDRADE, Solange Ramos de. A imigração Européia nos discursos políticos da elite brasileira, p. 4. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/953-4.pdf.

RODRIGUES, C.; CORDEIRO, G. “E nós andamos em procissão até o túmulo”: sepultamentos estrangeiros e alteridade no Brasil do século XIX a partir dos relatos de Robert Walsh. In: Recôncavo: Revista de História da UNIABEU, v. 3, n5, Julho - dezembro. 2013.

RODRIGUES, Cláudia. Nas fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Cláudia. Os cemitérios como uma questão de (Conselho de) Estado no Segundo Reinado. in. Revista do IHGB. Rio de Janeiro: 2008, jul/set, n. 440.

SANTANA, De Carlos Maria Nara. Colonização Alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito. In:Dimensões, vol. 25, 2010.

SANTIROCCHI, D. I. Matrimônio no Império do Brasil: uma questão de estado. In: Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, ano IV, n12, jan 2012.

SEIXAS, M. E. S. Aberturas legislativas para os adeptos do protestantismo no Brasil Monárquico e episódios de perseguição religiosa na Bahia. In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e diálogo social. 2013.

SOUZA, José Antônio Soares de. Os colonos de Schaeffer em Nova Friburgo. Re vista do IHGB. Rio de Janeiro: 1976, vol 310.

VIEIRA, G, David. O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

As relações escravistas no Convento de São Boaventura

Gilciano Menezes Costa

*Mestre em História Social (UFF) e Professor-Tutor PENESB-UFF
Professor de Educação Básica da rede Estadual em Itaboraí e
da rede Municipal de Magé
gilhist@gmail.com*

Resumo:

O texto visa analisar parte do cotidiano dos escravos pertencentes ao Convento de São Boaventura. Localizado no município de Itaboraí (RJ), a história do convento representa um valioso objeto de análise para a compreensão das diferentes relações escravistas da região. Entre os temas abordados, neste trabalho, destacam-se a prática de pedir esmolas realizadas pelos escravos conventuais, a senzala e as famílias escravas existentes no convento. É um estudo que, através da História Social, pretende ampliar as interpretações na investigação da História Regional.

Palavras-chave: Escravos conventuais; Convento de São Boaventura; Itaboraí.

Abstract¹: The text aims to analyze part of the daily lives of slaves of the Convent of Saint Boaventura. Located in Itaboraí city (RJ), the history of the convent represents a valuable object of analysis to understand the different slave relations in the region. Among the topics covered in this work, stand out the practice of begging performed by slaves, the slave quarters and slave families in the convent. It is a study that, through the Social History, intends to expand the interpretations in the investigation of the Regional History.

Key words: convent slaves; Convent of Saint Boaventura; Itaboraí.

⁴ Agradeço a gentileza e a cordialidade da amiga antropóloga e tradutora, Maria Suellen Timoteo Correa, pela tradução do resumo deste texto.

Reflexões iniciais:

O tema apresentado neste artigo é parte integrante de uma pesquisa mais ampla, a qual busca analisar a História de Itaboraí (RJ) pela compreensão de sua organização socioeconômica. O estudo das relações escravistas nessa região, no âmbito de sua diversidade, é o foco central da pesquisa.

Entre as informações que viabilizam a investigação dos lugares de atuação dos escravos em Itaboraí, é destacada a movimentação nos portos fluviais, no século XVIII e XIX, e a presença dos religiosos franciscanos na localidade². Esses portos, assim como o Convento de São Boaventura, representam espaços de sociabilidade determinantes para a construção de uma análise das relações escravistas fora das áreas de *plantation*. Logo, não se prioriza nessa análise a escravidão existente na grande lavoura monocultora exportadora.

Neste artigo, é analisado o Convento de São Boaventura³ e o que se apresenta é um estudo que busca construir uma história social desse espaço religioso, pesquisando parte de seu cotidiano para compreender os níveis da diversidade das relações escravistas em Itaboraí. O foco é direcionado para o período da segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, embora menções de outros períodos sejam realizadas como forma de auxiliar o estudo no corte cronológico proposto.

É um trabalho que busca compreender as práticas cotidianas dos silenciados na história, elaborando uma pesquisa pautada na valorização da “*história vista de baixo*”, na medida em que essa perspectiva além de ampliar os limites da História, abre novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, proporciona meios para investigar “*as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história*” (SHARPE, 1992:41).

Não é pretensão desta obra focar na história franciscana, mas sim apresentar, ainda que de forma breve, no quanto a história da presença desta Ordem religiosa, em Itaboraí, pode contribuir para a construção de uma História Regional mais ampla. Assim, essa pesquisa

² Para saber mais ver: (COSTA:2013). Ver também o projeto “História de Itaboraí; Pesquisa, Memória e Educação”. Disponível em: <<http://historiadeitaborai.blogspot.com.br/>> Acessado em 06/03/2015.

³ Tombado na esfera Estadual em 1978 (processo E-03/33.714/78), na Federal em 1980 (processo nº 690-t-63, inscrição nº 476, Livro Histórico, H. 81, inscrição nº 540, Livro de Belas Artes, vol. 2, nº, iniciado em 28/04/1980) e na Municipal em 1995 (lei 1.305).

pretende romper com os modelos engessados de uma História Única, característicos em boa parte dos trabalhos influenciados pela Historiografia Tradicional e presentes em várias obras que circulam na cidade.

O que se propõe é a ampliação do leque interpretativo na investigação, como forma de gerar um estudo que busque compreender as complexidades sociais de Itaboraí. Torna-se possível, desta forma, o entendimento da participação dos diferentes grupos sociais na formação do município.

O local analisado representa o ponto de partida para o povoamento de diferentes municípios vizinhos, o que fez gerar, entre outros motivos, um entrelaçamento histórico de Itaboraí com esses lugares. Assim, esta obra pretende ser uma contribuição no entendimento das relações escravistas na História de algumas regiões do Recôncavo da Guanabara e do Vale do Macacu⁴.

A Província da Imaculada Conceição e o Convento de São Boaventura:

A história do Convento de São Boaventura não é analisada nesta obra por sua História em si, mas sim como resultado das ações que a Ordem Franciscana realizou no Brasil. A historiografia consultada é baseada, principalmente, nos trabalhos da Ordem dos Frades Menores (OFM). Destacam-se as obras do compilador Frei Apolinário da Conceição, do cronista Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, ambas produções do século XVIII (IGLESIAS, 2011:125-135), e dos Freis Basílio Röwer, Gentil Avelino Tilton e Venâncio Willeke, ambos historiadores do século XX (IDEM, 2011:23-38).

Outro cuidado presente nessa análise, é a elaboração de um estudo sobre o Convento que não seja influenciado pelo debate, entre as ordens religiosas, da primazia sobre o trabalho catequético no período colonial. A partir da compreensão histórica sobre o Convento, torna-se mais viável o estudo das relações escravistas nesse espaço. Apresentadas essas questões, uma breve contextualização sobre a organização administrativa dos franciscanos inicia o estudo proposto.

No ano de 1584, foi instalada a Custódia⁵ de Santo Antonio do Brasil, dependente da Província⁶ de Santo Antonio de Portugal. Esse feito marca o início do estabelecimento

¹² Respectivamente os Municípios de Magé, Guapimirim e Itaboraí, Cachoeiras de Macacu e Nova Friburgo.

¹³ Conjunto de conventos, com certa autonomia, aos quais faltam alguns requisitos para serem eretos em Província.

organizado e permanente dos franciscanos na Colônia. Devida a sua expansão, em 1647, a Custódia tornou-se independente da Província de Portugal e em Agosto de 1657, foi elevada a Província. Segundo o Frei Tilton, os problemas administrativos ocasionados por conta da dimensão territorial dessa Província, somado a prosperidade que os Conventos do Sul alcançaram, na primeira metade do século XVII, contribuíram para a criação, em 1659, da Custódia da Imaculada Conceição. Em Julho de 1675, essa Custódia foi elevada a Província (TITTON, 1970:312-315).

Em relação a criação dos Conventos na parte Sul, ainda quando só existia a Província de Santo Antonio, Frei Willeke argumenta que a fundação desses Conventos foi consequência das ameaças que os Conventos do Nordeste, sobretudo em Pernambuco e na Paraíba, receberam com as invasões holandesas. Willeke baseia seu argumento ao apontar que no período dessas invasões “*foram fundados nove, cinco deles na parte que mais tarde passou a formar a Custódia da Imaculada Conceição*”. Assim, além do caráter missionário dos franciscanos, a criação desses Conventos foi resultado da busca por “*lugares menos ameaçados*” (WILLEKE, 1974:303).

Diante dessa breve contextualização da Ordem Franciscana no Brasil, torna-se possível compreender que a criação do Convento de São Boaventura é resultado, entre outros motivos, da ação missionária dos franciscanos e da busca por lugares menos ameaçados a invasões estrangeiras.

De acordo com os escritos de Frei Jabotão, é possível perceber que a presença franciscana nas proximidades do rio Macacu e Caceribu precedeu a fundação do Convento de Santo Antonio no Rio de Janeiro, logo é anterior a 1608. Ele narra que os franciscanos iam até essas regiões pedir, como esmola, madeiras para a construção do Convento no Rio de Janeiro (JABOATÃO, 1859:436). O contato desses religiosos com os poucos moradores que viviam nessas localidades, possivelmente, contribuiu como um dos pontos de partida para o desenvolvimento da presença religiosa na região.

Erguido na Freguesia de Santo Antonio do Cassarabú⁷ (Caceribu), nas terras doadas pelo Capitão João Gomes Sardinha e sua mulher Margarida Antunes (LISBOA, 1835:222), o Convento de São Boaventura, segundo o Frei Apolinário da Conceição, teve sua fundação

¹⁵ Conjunto de conventos que, preenchidos certos requisitos, constituem uma unidade com governo autônomo, dependente diretamente do Geral na forma das Constituições da Ordem Franciscana.

¹⁶ Freguesia criada em Dezembro de 1644 e elevada à Vila, em cinco de Agosto de 1697, com a denominação de Vila de Santo Antônio de Sá. José Matoso Maia Forte argumenta que essa freguesia foi “*a primeira das criadas no recôncavo e, mais antiga do que ela, só se apontava a da Sé do Rio de Janeiro*” (FORTE, 1934:37).

iniciada no dia “*vinte de Novembro de mil seiscientos e quarenta e nove*”, com a construção de uma Casa Provisória, que foi utilizada de morada para os frades durante a construção do Convento (CONCEIÇÃO, 1972:131).

Frei Basílio Röwer argumenta que o Convento de São Boaventura “*foi o quinto na ordem cronológica de suas fundações*” (RÖWER, 1941:160). Complementando Röwer, São Boaventura foi o quinto fundado dentro da Província da Imaculada Conceição e o décimo terceiro no Brasil (JABOATÃO, 1858:200).

A construção do Convento⁸ começou em 1660 e “*durou dez anos, pois foi só no dia 4 de Fevereiro de 1670, (...) que a comunidade se trasladou para a nova Casa (...). “Durou este convento 114 anos, pois em 1784 empreendeu-se a sua reconstrução (...)”* (RÖWER, 1941:167), momento em que os franciscanos da Ordem Terceira “*fizeram Capela própria, separada da igreja conventual*” (IBIDEM:172).

Monsenhor Pizarro questionou a Ordem Terceira, argumentando que era “*sumamente prejudicial a freguesia e ao Pároco: porque devendo os fregueses contribuir com as suas esmolas, e doações para a Matriz, só fazem gosto de se exaurirem com a Ordem; e para a Matriz, nada querem dar*”. Provavelmente esse questionamento tenha representado um conflito entre esses espaços religiosos da região (ARAUJO, 2009:156). Frei Apolinário da Conceição narra que a Ordem Terceira “*teve princípio neste convento no ano de mil setecentos e dez*” (CONCEIÇÃO, 1972:132).

A partir de 1784, o Convento de São Boaventura adquire as características arquitetônicas evidenciadas em suas atuais ruínas, tendo ao centro, a Igreja Conventual com a torre sineira em sua fachada, a esquerda, a Capela da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e a direita, o Convento, como pode ser observado na imagem abaixo:

¹⁸ Compreendendo o nível de dificuldade da construção do Convento, Alberto Ribeiro Lamego narra que “*sua existência foi um “milagre” da pertinácia do colonizador em sua luta contra o brejo*” (LAMEGO, 1964:197).

Convento de São Boaventura (1925)



Fonte: Mosteiro de São Bento⁹

Dos 22 Conventos Franciscanos existentes até o século XVIII, apenas quatro possuíam noviciado, sendo o Convento de São Boaventura um deles. Seu funcionamento durou de 1672 a 1784. Algumas supressões ocorreram entre esses anos, o que fizeram com que o noviciado não funcionasse nos períodos de 1727 a 1750 e de 1764 a 1778. Röwer considera a época de florescência do noviciado o período de 1750 a 1763, chegando a ter, em 1762, um total de 25 noviços. Relata que *“foi nesse tempo que São Boaventura deu à Província religiosos muito distintos.”* Entre alguns desses personagens, destacam-se Frei Antônio de Sant’Ana Galvão e Frei Mariano da Conceição Veloso¹⁰ (RÖWER, 1941:175-178).

Além do Noviciado, funcionou também em São Boaventura Escolas Primárias para os filhos da localidade, Seminário de Gramática e Casas de Estudo de Filosofia e Teologia. Desta forma, o Convento representou um dos primeiros espaços de ensino de Itaboraí e provavelmente do Leste do Recôncavo da Guanabara e do Vale do Macacu.

Um decreto do Marquês de Pombal, em Janeiro de 1764, proibiu *“a aceitação de noviços, por parte de ordens religiosas, sem que houvesse especial licença do governo”*.

¹⁹ Agradeço a atenção que recebi, entre os meses de Janeiro e Agosto de 2014, pelo Monge da Ordem Beneditina Dom Pascoal de Biase Quintão, que com muita cordialidade tornou possível o meu acesso aos registros do Mosteiro referentes as Fazendas de Macacu e Escurial.

²⁰ Frei Galvão foi canonizado pelo Papa Bento VI em 11 de maio de 2007, tornando-se, segundo as crenças da Igreja Católica, o primeiro santo nascido no Brasil. Frei Veloso era botânico e primo de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (CRUZ, 2011).

Além disso, posteriormente foi “*decretado o limite de número de noviços*” que poderiam ser aceitos (MIRANDA, 1969:92). Possivelmente, essas medidas iniciaram a decadência do Convento de São Boaventura, embora ainda que de forma gradual, como pode ser observado com a sua própria reconstrução em 1784.

Considerar esse contexto, desenvolvido no âmbito de toda presença religiosa no Brasil, contribui para evitar o superdimensionamento de episódios locais como modelos explicativos para o fechamento do Convento. Nesse sentido, vale ressaltar que embora as “*Febres de Macacu*”¹¹, em 1829, tenham sido um dos fatores de seu fechamento, tais febres não iniciaram os problemas da Ordem franciscana em São Boaventura, mas sim, impulsionaram um quadro de crise já existente.

Da mesma forma, associar os motivos do fechamento do Convento com a decadência da Vila de Santo Antônio de Sá, possibilita o surgimento de equívocos consideráveis na investigação histórica. Ainda que suas histórias estejam entrelaçadas, pois o Convento estava localizado na sede administrativa da Vila, existem especificidades que as diferenciam, seja por questões contextuais de tempo, espaço ou política-administrativa. Como exemplo, entre outros, é anacrônico vincular a inauguração da primeira seção da Estrada de Ferro Cantagalo, em 1860, - sendo este um dos fatores da decadência da Vila, com mais impacto em sua Freguesia sede - com o fechamento do Convento, fato ocorrido no início da década de 1850.

Uma valiosa narrativa para conhecer melhor o Convento de São Boaventura, são os escritos do missionário metodista Daniel Parish Kidder. Sua chegada, em 1837, coincidiu com “*às vésperas da maior festa religiosa do lugar*”. Acompanhado de Spaulding - seu companheiro de viagem - Kidder narra que o primeiro local que visitou foi o “*Convento de Santo Antônio*” (Boa Ventura):¹²

“Era um grande edifício de imponente aparência externa, mas, bem mal acabado por dentro. Na ocasião em que o visitamos, estava caindo aos pedaços. Entramos primeiramente na capela onde os frades haviam iniciado o louvável trabalho de expulsar as baratas e remover a poeira, antes de começar a ornamentação para a qual haviam trazido da cidade os preparos necessários” (KIDDER, 2001:161-162).

²² Febres palustres que assolaram, na primeira metade do século XIX, às regiões próximas às margens do rio Macacu. Para o ano de 1829, a Epidemia de Malária gerou maiores danos para a população dessas localidades.

²³ O Convento de São Boaventura recebeu diversas denominações com o decorrer dos anos: no século XVIII, o Frei Jaboatão chamava de S. Boaventura de Casserebú e Frei Apolinário da Conceição de São Boaventura da Vila de Macacu; no século XIX, Baltazar da Silva Lisboa nomeia de S. Boaventura da Vila de Cassarabú e de S. Boaventura de Macacu e J.C.R. Milliet de Saint Adolphe, assim como Kidder, chama de Santo Antonio.

Acompanhado dos frades, prossegue a visitação conhecendo outras partes do Convento, como os dormitórios, a biblioteca e menciona uma pintura do Convento:

“Conduziram-nos então através de uma longa fila de dormitórios vazios e daí para o coro onde alguns frades se ocupavam em afinar um velho órgão e organizar algumas peças de música para a festa. No nicho que ficava num dos lados dessa galeria, sem dúvida destinado a algum patrono da boa música, descobrimos um monte de velhos livros corroídos de traça, ao lado de algumas pilhas de manuscritos que, ao que nos informaram, constituíam toda a biblioteca do convento. Nas paredes laterais viam-se diversas pinturas toscas, uma das quais parecia representar Cristo subindo da Cruz ao Céu (...)” (IBIDEM).

Apesar de seus relatos estarem acompanhados com um tom depreciativo sobre o espaço religioso estudado, o que viabiliza pensar em possíveis dosagens de exageros, sua visita é próxima ao fechamento das portas do Convento, que, segundo o Frei Basílio Röwer, ocorreram em Julho de 1841 (RÖWER, 1941:183).

A arquiteta Ana Maria Moraes Guzzo argumenta que, *“em 1855, (...) o Convento foi cedido a uma Casa de Caridade,”* discordando, desta forma, do Frei Basílio Röwer, que mencionou o ano de 1835 como o momento em que ocorreu esse episódio. Embora não se tenha consenso desta data, o fato é que a condição apresentada pelos franciscanos para esta concessão, era *“de que os responsáveis reservassem uma cela para um representante da Ordem Franciscana”*. (GUZZO, 1999:115)

Embora em estado de ruínas, os franciscanos foram detentores do Convento até 1922, quando o venderam, junto com todo seu terreno ao redor, para Abadia de Nossa Senhora do Monserrate do Rio de Janeiro. Essa propriedade, já com o nome de Fazenda Macacu e conhecida também como Fazenda Nossa Senhora das Dores de Macacu, ficou em posse da Ordem Beneditina até 1930¹³.

¹³ Além da Fazenda Macacu, os Beneditinos também foram proprietários da Fazenda Escurial em Porto das Caixas. Para saber mais ver: Inventário dos bens imóveis de interesse histórico e artístico do estado do Rio de Janeiro. INEPAC.

Os Escravos Conventuais de São Boaventura

Poucos são os autores que analisam os escravos dos Conventos Franciscanos no Brasil. Entre eles, destacam-se os trabalhos dos historiadores dessa Ordem, o Frei Basílio Röwer (1941) e Frei Venâncio Willeke (1976).

Röwer em suas pesquisas “*não se prendeu à defesa da primazia dos franciscanos em relação a outras Ordens religiosas.*” Em seu trabalho, é possível perceber uma maior preocupação com a sistematização e o tratamento das fontes disponíveis, aplicando um tratamento metodológico às produções históricas da Ordem (IGLESIAS, 2011:31). Não realizou um estudo aprofundado sobre a escravidão, visto que suas análises priorizaram alguns Conventos da Ordem no Brasil. As menções aos escravos realizadas em seus trabalhos, quando ocorriam, restringiam-se, principalmente, nos ofícios dos cativos e no quantitativo de escravos. Pouco escreveu sobre os escravos do Convento de São Boaventura.

Willeke, em suas produções, deu ênfase ao estudo dos franciscanos no Brasil. “*Procurou em seus trabalhos imprimir uma visão crítica a respeito dos fatos históricos sobre a Ordem, descritos pelos escritores anteriores.*” Ainda que não tenha sido predominante em suas pesquisas, diferente de Röwer, a temática da escravidão recebeu exclusividade em um de seus trabalhos. Intitulado de “*Senzalas de Conventos*” (Ibidem:28), Willeke analisou de forma pioneira a presença escrava em Conventos franciscanos. Nesse trabalho, ele não focou suas análises em um Convento específico, realizando, de forma objetiva, um panorama geral dos escravos conventuais no Brasil. Ainda que mais que Röwer, pouco mencionou os escravos do Convento de São Boaventura.

Ambos os autores, apresentam o cativo como vítima passiva do sistema escravista. Como pensadores de seu tempo, não elaboraram observações que buscassem a compreensão do escravo como um agente atuante de seu processo histórico. Suas abordagens se inserem na ideia da coisificação do escravo¹⁴, interpretando-os como indivíduos sem representação pessoal alguma, inteiramente subjugados por sua própria condição.

O foco no diálogo com os trabalhos produzidos pelos historiadores da Ordem Franciscana, justifica-se pela escassez de pesquisas da temática aqui analisada e pela necessidade de realizar problematizações em suas interpretações. A forma como interpretaram os escravos e a subjetividade como trataram a questão, ainda que suas pesquisas tenham

²⁴ Para saber mais ver: (CHALHOUB, 1990). Chalhoub discute com os teóricos do “escravo-coisa” em todo o livro, mas especialmente nas pp. 35-42 e no epílogo, pp. 249-253.

proporcionado consideráveis contribuições a investigação histórica, despertaram o interesse em dar ênfase na leitura desses trabalhos para apontar novas interpretações. Mencionadas essas questões, a análise se inicia.

Como forma de alcançar a propagação da fé, a Igreja Católica legitimou a escravidão moderna. Com base nessa justificativa, o uso de escravos em conventos demonstrou ser uma realidade em diferentes Ordens, inclusive na franciscana. Contudo, ainda que represente uma minoria, alguns religiosos condenaram a escravidão. Entre os franciscanos, destacam-se os nomes dos Freis José de Bolonha e Francisco de Spezzia (FRAGOSO, 1992:289-303). Assim como ocorreu com Bolonha e Spezzia, os poucos missionários do Brasil-Colônia que ousassem condenar a escravatura eram degredados (WILLEKE, 1976:374).

Frei Willeke menciona registros de africanos pertencendo a Ordem já em 1618. Afirma que o aumento do uso de escravos pelos franciscanos se deu entre finais do século XVII e meados do século XVIII. Por considerar essa “*a fase de construção de vários conventos*”, argumenta que foi nesse período que a Ordem possuiu mais escravos (IBIDEM:357).

Embora esteja sendo endossado que a introdução dos escravos nos Conventos franciscanos tenha ocorrido no momento de sua construção, os registros mais antigos do Convento de São Boaventura encontrados pelo presente pesquisador, até o momento, datam o ano de 1730. Ano em que Frei Apolinário da Conceição escreveu seu Epítome (CONCEIÇÃO, 1972:77-165)

Com a exceção das missões de índios, a presença do negro escravo foi uma realidade nos espaços de atuação dos franciscanos. A escravidão era parte integrante do cotidiano da Ordem. Até quando um pregador franciscano recebia ordem de transferência de um convento para o outro, recebia também o direito de ter dois escravos como companhia. (WILLEKE, 1976:362).

Frei Basílio Röwer ao mencionar o momento em que as portas do Convento de São Boaventura foram fechadas, cita a relação de notícias elaborada, entre os anos de 1836 a 1838, pelo o último guardião¹⁵ do Convento. Seu nome era Frei Teotônio de Santa Humiliana e essa relação representa o último, ou um dos últimos, relato do Convento ainda em funcionamento. Neste registro, torna-se possível constatar parte do cotidiano dos escravos na

¹⁵ O superior de um convento.

senzala pertencente ao convento e uma das práticas corriqueiras dos escravos conventuais: sair pelas ruas a pedir esmolas de porta em porta. Assim Frei Humiliana relata que:

“Vestiram-se os religiosos, escravos e curaram-se os enfermos. (...) Fez-se um novo portão para as senzalas. (...) Compraram-se bolsas, cangalhas e um cavalo para cangalha, cujo cavalo o escravo Martins é que sabe o fim que levou, ou que lhe deu, andando às esmolas” (RÖWER, 1941:182).

Segundo Frei Willeke, *“a exemplo dos engenhos de açúcar, os conventos levantavam senzalas para seus escravos (...) parece que todas as senzalas dispunham de capela e enfermaria”* (WILLEKE, 1976:359). Ele menciona registros de senzalas, do início do século XVIII, em conventos do Nordeste. No decorrer de sua obra, é possível perceber uma interpretação baseada na ideia de que os escravos pertencentes aos franciscanos receberam um tratamento menos agressivo, quando comparados com as senzalas dos senhores leigos. Contudo, ao mesmo tempo, afirma que *“ainda assim havia certo rigor nas senzalas, onde o tronco ameaçava aos indisciplinados ao menos em vários conventos do Nordeste”* (IBIDEM:61).

Uma outra narrativa que comprova a existência de senzala no Convento de São Boaventura é o texto do fotógrafo Austríaco Mario Baldi. Ele visitou as ruínas do convento em 1928 e se referiu a senzala relatando que:

“Outro edifício do tempo, o cárcere dos escravos, igualmente em completa ruína, está cercado de uma flora esmagadora. Ainda ali existem no subterrâneo poderosas grades de ferro avermelhadas pela ferrugem”. (BALDI, 1936:112)¹⁶

Mais do que moradias dos escravos, essa senzala representou um espaço de sociabilidade, onde trocas de experiências e expectativas de liberdade foram realizadas. Desta forma, este artigo defende a ideia de que tensões ocorreram nas senzalas das ordens franciscanas, estando sua ocorrência condicionada ao rompimento de negociações e conquistas que os cativos obtiveram. Vincular o caráter mais brando das senzalas da Ordem franciscana, unicamente pelo fato de pertencerem a religiosos, representa um nível de subjetividade que não tem sustentação na investigação histórica.

²⁶ Para saber mais sobre a passagem de Mário Baldi no Convento de São Boaventura ver: (FIGUEIREDO:2011).

As fugas que ocorreram em alguns conventos franciscanos pelo Brasil, demonstram o nível existente dessas tensões. O jornal *Correio da Victória*, em 1859, noticiou a fuga de um escravo do Convento da Penha. Quem assina o anúncio é o Frei Teotônio de Santa Humiliana, o mesmo que foi o último guardião do Convento de São Boaventura. O jornal noticiava que:

“No dia 7 do corrente mês, fugiu o escravo de nome Benedito do convento de N.S da Penha, pardo escuro, gordo, reforçado, de 50 à 60 anos. Quem dele souber, e levar ao religioso, que está governando o convento, fará grande obséquio, e se o fizer capturar, melhor. Anda quase sempre embriagado, costuma andar às esmolas, principalmente no distrito da Serra. Os fiéis devotos não lhe devem dar esmolas, se ele as pedir, sem apresentar papel, que o autorize para pedir esmolas, assinado, ou pelo novo padre guardião que está à chegar do Rio de Janeiro. Convento de N.S. da Penha, 8 de março de 1859. Pr. Teotônio de Santa Humiliana” (CORREIO DA VICTÓRIA, 1859 APUD FERREIRA, 2011:125).

De forma geral, as fugas ocorriam devido à quebra de compromissos anteriormente acertados entre os franciscanos e os seus escravos. Não descartando a possibilidade de castigos corporais nessas senzalas, um dos fatores determinantes para que ocorressem, esteve associado ao rompimento das expectativas de liberdade do cativo, situação que possivelmente ocorreu com a recusa na concessão de alforrias.

Em 1735, o governo provincial franciscano proibiu que *“os guardiães alforriassem negros solteiros ou casados, enquanto ainda pudessem prestar serviços”*. Com o decorrer do século XIX, as alforrias passaram a ser, gradualmente, implementadas pela Ordem franciscana. Frei Willeke demonstra que:

“o definitório¹⁷ do Rio determinou, em 1859, que todos os escravos de 60 anos de idade e as escravas de 50 pudessem ser alforriados, com a ressalva de que estas tivessem dado ao respectivo convento ao menos seis filhos. Caso algum escravo comprasse a sua alforria, a importância deveria reverter em benefício do convento”. (WILLEKE, 1976:370)

Ao mesmo tempo em que justifica as condições presentes na alforria, Willeke questiona, argumentando que a ação só ocorreu devido à crise econômica que a Ordem estava enfrentando, sendo tal prática, segundo ele, uma forma de diminuir os gastos com esses

²⁷ Designa tanto o corpo dos superiores da Província (Provincial, Custódio e Definidores), como a reunião dos mesmos em assembleia.

escravos idosos (WILLEKE, 1976:373). Vale destacar que, embora com características diferentes, essa determinação precedeu a Lei dos Sexagenários decretada pelo governo Imperial em 1885¹⁸.

Em 1871, a Província do Rio marcou um prazo para alforriar seus escravos. Embora acompanhado de restrições, determinou que “*os escravos com mais de 20 anos de idade seriam alforriados a 4/10/1876, os de menos de 20 anos, logo que alcançassem essa idade*”. Houve também a possibilidade de compra da alforria antes desse prazo, mediante módica importância a ser restabelecida pelo provincial. O passo mais enérgico foi dado pelo Capítulo¹⁹ Provincial da Bahia, em 07/12/1872, quando foi determinado que todas as suas comunidades deveriam alforriar seus escravos (IBIDEM:370).

Em relação ao trabalho no convento, os escravos conventuais desempenharam diversas funções. Trabalharam, entre outros ofícios, nos serviços da lavoura, no transporte de água e lenha, em obras do convento, na alvenaria, marcenaria e na lavanderia.

Sobre a prática de pedir esmolas, há casos em que o escravo realizava essa função sem o acompanhamento dos frades. Possivelmente o escravo Martins, citado pelo Frei Humiliana, seja um exemplo disso. Isso porque no período do relato, o noviciado já não mais existia e o convento estava prestes a fechar suas portas, o que foi determinante para ocorrer a diminuição do número de religiosos em São Boaventura.

Essa diminuição, somada a dimensão do convento, forçou os escravos a exercerem vários ofícios. Ao mesmo tempo que essa constatação viabiliza pensar na ampliação das tarefas dos cativos e no seu conseqüente aumento do ritmo de trabalho, contribui também para perceber o nível de mobilidade que exerceram e no grau de autonomia que conquistaram.

Röwer, ao escrever brevemente sobre os escravos do Convento da Penha (ES), argumenta que esses cativos ao aprenderem um ofício, tornavam-se hábeis de tal forma que alguns viravam mestres. Demonstra que a construção e reconstrução desse Convento foram alcançadas pelo trabalho dos escravos. Situação que provavelmente ocorreu no Convento de São Boaventura²⁰. Menciona escravos músicos, assinalando que alguns faziam parte da

²⁹ Lei nº 3.270, conhecida também como Lei Saraiva-Cotegipe, aprovada no dia 28 de Setembro em 1885. Entre outras medidas, determinava livres os escravos com mais de 60 anos.

³⁰ Assembleia formada pelo superior (Provincial ou Geral) juntamente com os demais membros com direito de voto segundo os estatutos, com a finalidade de eleger os novos superiores e legislar.

³¹ No documentário “**Convento São Boaventura, uma herança cultural preservada pela Petrobras**” há referência da participação de escravos na construção do Convento. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=SIRWWwVvsnM>> Acessado em: 20/12/2012.

composição de bandas. Comenta que o mapa demonstrativo dos escravos da Penha, de setembro de 1872, registra a presença de 42 cativos, cujos ofícios são distribuídos da seguinte forma: 3 pedreiros, 1 carpinteiro, 11 ocupados na lavoura, 7 cozinheiras, 6 lavadeiras, 3 engomadeiras, 5 costureiras e 6 sem ofício (RÖWER, 1941:222-223).

Willeke, também utilizando as informações sobre os escravos conventuais da Penha, confirma a prática do cativo de pedir esmolas sem o acompanhamento dos frades e menciona, também, a participação desses em bandas de música:

“A crônica da Penha de Vila Velha (ES) oferece interessantes detalhes das atividades desenvolvidas pelos escravos daquele convento-santuário mariano. Pois, os pretos não somente acompanhavam os frades esmoleres nos frequentes peditórios, mas também eram mandados a sós a colher donativos para a festa da padroeira dos capixabas: Nossa Senhora da Penha ou dos Prazeres, celebrada na segunda feira da Pascoela. Os escravos do mesmo convento mantinham uma banda de música para abrilhantar as solenidades do santuário” (WILLEKE, 1976:358).

O exemplo dos escravos conventuais da Penha, possibilita compreender no quanto as relações escravistas nos conventos franciscanos foram diversificadas.

Frei Willeke narra uma das formas de participação do escravo no ato de pedir esmolas, ao mesmo tempo que justifica o uso de tal prática pela Ordem Franciscana:

“A ordem franciscana precisava de muitos serventes porque as comunidades viviam quase exclusivamente de esmolas pedidas de porta em porta. Os peditórios estendiam-se pelo sertão, tomando semanas ou meses, na arrecadação de víveres e animais que o religioso esmoler mandava periodicamente ao convento pelos escravos acompanhantes” (IBIDEM:355).

Além da subjetividade presente em seu discurso, essa narrativa dá uma ideia dos espaços de circulação dos escravos sem a vigilância de um integrante da Ordem, visto que o cativo foi mencionado como o responsável por levar as esmolas pra o convento.

Sobre o quantitativo de escravos conventuais em São Boaventura, o viajante Daniel Parish Kidder, ao entrar no convento, em 1837, constatou que tinha em torno de 8 a 10 escravos e isso em um período de esvaziamento do convento:

“O Convento (...) foi ele ocupado por numerosos membros da Ordem monástica; na ocasião em que o visitamos, porém, havia apenas o guardião e oito ou dez escravos.

As terras a ele pertencentes eram extensas. Podemos fazer ideia de sua vastidão olhando de uma das janelas superiores do edifício, mas, ninguém nos pôde dizer qual a área aproximada. Esta circunstância harmonizava-se perfeitamente com o fato de não haver o menor indício de cultura em ponto algum das terras". (KIDDER, 2001:161-162)

Ainda que as narrativas de Kidder sejam passíveis de interpretações, devido a subjetividade que possuíam, representam um registro que assinala a presença escrava no convento e diante disso, a citação do seu quantitativo de cativos é considerado aqui como objeto de análise.

O esvaziamento do Convento de São Boaventura, mencionado por Kidder, dá uma ideia de que em momentos anteriores, quando ocorria uma maior circulação de religiosos pelo convento, o quantitativo desses escravos fosse maior. O aumento de religiosos ocorreu no período do funcionamento do noviciado, principalmente entre os anos de 1750 e 1763, quando este viveu sua época de florescência. Reforçando o que já foi dito: *“durante a decadência claustral (...) o número dos escravos conventuais diminuiu gradativamente (...)”* (WILLEKE, 1976:356).

Como os noviciados também exerciam funções dentro do convento, é neste período que, possivelmente, os escravos foram mais especializados em um determinado ofício e a prática de sair a pedir esmolas teve mais destaque. Isso porque a execução de tarefas dentro do convento, neste contexto, não era exclusividade do escravo, sendo disponibilizado, desta forma, parte de seu tempo para o exercício de trabalhos fora do convento.

Comparando com o quantitativo de outros conventos da Província da Imaculada Conceição, torna-se possível perceber que a escravaria do Convento de São Boaventura, citada por Kidder, em 1837, não era inexpressiva. Para o ano de 1835, o total de escravos em “Itú contava 4, Santos 0, Taubaté 10, Itanhaem 3, enquanto São Paulo já não tinha comunidade franciscana; Angra dos Reis 19 e Cabo Frio, em 1849, 12 (...)” (IBIDEM:360).

Frei Titton argumenta que o *“período da decadência”* da Ordem Franciscana no Brasil ocorreu entre os anos finais do século XVIII e finais do século XIX. (TITTON, 1970:315). Sua afirmação reforça o argumento, presente neste texto, de que o quantitativo de escravos do Convento de São Boaventura, citado por Kidder, configura um número que já tinha passado por reduções, visto que a Ordem, nesse período, vinha enfrentando modificações que ocasionaram em sua decadência.

Outro registro local que contribui de forma contundente, para elaboração de questões referentes às relações escravistas no Convento de São Boaventura, é o Livro de Batismos de

escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá (1761-1809)²¹. O período do livro é equivalente ao momento em que foi iniciada a diminuição do número de religiosos no Convento, visto que o decreto de 1764 inviabilizou a entrada de novos noviços. O livro possui um total de 48 anos, correspondendo a 864 registros.

Apresentando os dados do livro de forma objetiva, foram encontrados um total de 18 escravos. Lembrando que na narrativa de Kidder, em 1837, foi apresentado um quantitativo de 8 a 10 cativos. Embora sejam registros consideravelmente diferentes, ainda que a efeito da realização de comparações na esfera das aproximações, contribuem para o reconhecimento de que a diminuição dos cativos se deu no período de crise da Ordem como um todo, e não, como consequência exclusiva de algum episódio local.

A menção da nomenclatura Boaventura esteve presente em diversos registros de batismo do livro. Dois proprietários de escravos, chamados Boaventura de Almeida e Boaventura Machado foram citados algumas vezes. Diversos escravos que não pertenciam ao convento, também foram batizados com o nome de Boaventura. Tal fato representa um indicativo da influência que a presença franciscana gerou na devoção católica entre os moradores da região. Diante disso, considerou como escravos conventuais apenas os registros que apresentaram as expressões “*escravos de São Boaventura*”; “*escravos dos Religiosos do Convento de São Boaventura*”; e “*escravos do Convento de São Boaventura*”.

Do total de 18 escravos conventuais localizados no livro, não contabilizando os nomes que tiveram a repetição comprovada, foram encontrados os seguintes dados: 6 foram padrinhos e 2 madrinhas de escravos que não pertenciam ao convento. Os outros 12 cativos, são mencionados em 5 registros que os pais dos inocentes²² eram escravos do convento. Desta forma, desses 18 escravos, 5 eram inocentes e 13 adultos. Desses, apenas 2 eram africanos, “*Maria do Gentio*” e “*Manoel nação Congo*”, e os restantes Crioulos²³.

Dos 5 registros dos inocentes, constata-se que 4 são mencionados como filhos legítimos e apenas 1 como filho natural.²⁴ A condição de filhos legítimos era uma referência

²¹ Agradeço ao amigo, André Farias Taranto, pelo auxílio na organização dos dados extraídos do Livro de Batismo analisado.

³³ Iraci Del Nero da Costa assinala que “*por inocentes entendiam-se as crianças - via de regra com menos de sete anos - que ainda não comungavam; adultos, consideravam-se, em geral, os negros africanos - com mais de sete anos - aqui chegados sem terem recebido o batismo em África*” (COSTA:2).

³⁴ Filhos de escravos africanos nascidos no Brasil.

³⁵ Filho de pais que não tiveram sua união conjugal reconhecida pela igreja.

para as crianças de pais que contraíam matrimônio no âmbito da Igreja. Desses registros, apenas 1 não menciona a madrinha e o padrinho citado, é o único que é escravo entre os outros padrinhos/madrinhas que foram mencionados.

Através desses dados, torna-se possível constatar a constituição de famílias escravas dentro do Convento de São Boaventura e a construção de redes de parentesco que iam além dos laços consanguíneos e para fora do convento.

Sem dúvida, os laços de compadrio que os escravos conventuais de São Boaventura tiveram, com os livres e os libertos, ampliaram suas redes de solidariedade e sociabilidade. O estabelecimento desses laços contribuiu para uma mobilidade espacial desses escravos, visto que *“a obtenção de maiores níveis de autonomia dentro do cativeiro parece ter dependido, em grande parte das relações familiares e comunitárias que estabeleciam com outros escravos e homens livres da região”* (MATTOS, 1995:72).

Entre os dois casais citados nos registros, um deles se destaca por ter batizado três filhos. Foi o casal *“Manoel nação Congo e Joana Crioula, escravos dos religiosos de São Boaventura”*, pais dos escravos *“José Inocente”* (03/08/1794), *“Boaventura”* (11/05/1800) e *“Ignocência”* (09/08/1802). Essas informações demonstram que a união conjugal estável, entre os escravos, ocorreu no interior do Convento de São Boaventura. Essa relação de parentesco representou a construção de estratégias de vida, caracterizadas pelos laços de ajuda mútua, sociabilidades e de solidariedade. Desta forma, compreende-se que:

“a família cativa constituiu um dos pilares sobre os quais se formaram as comunidades de senzala. Por mais que parecesse reforçar o domínio escravista através da obediência a uma rotina cotidiana, a família oferecia ao escravo maior poder de negociação com os senhores e, principalmente, mais vontade de reação a atos arbitrários de castigo, venda e desrespeito a direitos adquiridos”. (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006:102)

Vale destacar que a família escrava expressava um mundo mais amplo que os escravos criaram a partir de suas *“esperanças e recordações”*, visto que a família escrava *“era apenas uma das instâncias culturais importantes que contribuíram (...) para a formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônicas à dos senhores e compartilhadas por uma grande parte dos cativos”*. (SLENES, 1999:49).

No Convento de São Boaventura, além da família escrava, os laços de solidariedade e ajuda mútua também foram desenvolvidos pela Irmandade de São Benedito, *“a qual com solenidade todos os anos festejam a luzida Irmandade dos Pretos”* (CONCEIÇÃO,

1972:131). Essa associação religiosa viabilizou agregação de negros de forma relativamente autônoma dentro do Convento. Mencionado, neste trabalho, apenas para que o leitor perceba a dimensão de atuação dos negros - escravos ou libertos - no Convento de São Boaventura, durante o século XVIII e início do século XIX. Um tema que diante de sua riqueza será trabalhado de forma minuciosa em um momento posterior.

Considerações Finais:

Este trabalho teve como propósito analisar as relações escravistas no Convento de São Boaventura, apresentando uma perspectiva de análise a qual não se reteve na elaboração da história de suas estruturas, tão pouco na busca incessante de nomes de religiosos que passaram pelo convento.

Não pretendeu esgotar a análise do cotidiano dos escravos conventuais em São Boaventura, mas sim apresentar uma nova abordagem sobre o convento. Como um trabalho de História Local, o interesse central aqui foi estudar as relações sociais dentro desse espaço, inserindo o convento no contexto das transformações da Ordem franciscana no Brasil.

As problematizações realizadas, nesta pesquisa, tiveram como principal objetivo a busca pela ampliação das interpretações sobre a história do convento e do município. O que se espera é que as questões apresentadas aqui e o tipo de abordagem realizada possam auxiliar na elaboração de novos estudos. Desta forma, a análise das ações e reações dos escravos, no contexto da história do Convento de São Boaventura, teve como principal pretensão gerar o rompimento do silenciamento do negro na história do município de Itaboraí.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. *Uma História do Negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro. (Monsenhor Pizarro) *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: Inventário da arte sacra fluminense. 1753 – 1830*. RJ. INEPAC. Vol. II.2009.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONCEIÇÃO, Apolinário. *Epítome da Província Franciscana da Imaculada Conceição no Brasil*. RIHGB, Vol. 296, Julho-Setembro, 1972.

COSTA, Gilciano Menezes. *A escravidão em Itaboraí: uma vivência às margens do rio Macacu (1833-1875)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

COSTA, Iraci del Nero da. *Registro paroquiais: notas sobre os assentos de batismos, casamentos e óbitos. Disponível em:*
<http://arquivosefonteshistoricas.files.wordpress.com/2011/05/notas-sobre-assentos-de-batismos.pdf>>.

CRUZ, Luiz. *O primo de Tiradentes. Revista de História*. 2011. Disponível em:
<<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/o-primo-de-tiradentes>> Acessado em:
06/03/2015.

FERREIRA, Heloísa Souza. *Anúncios de Escravos do Correio da Victoria (1849-1873)*. Caminhos da História, Vassouras, v. 7, n. 1, p. 93-140, jan./jun., 2011.

FIGUEIREDO, Adilson. *O estilo artístico através dos elementos decorativos do Convento de São Boaventura de Macacu*. FSB. Monografia do Programa de Pós graduação Lato Sensu. RJ, Junho de 2011.

FRAGOSO, H. *O etnocentrismo na primeira evangelização do Brasil*. Convergência, 233(6), p. 289-303, 1990.

GUZZO, Ana Maria Moraes. *O Convento de São Boaventura de Macacu na arquitetura franciscana brasileira*. 1999. Rio de Janeiro: PROARQ – FAU / UFRJ. Dissertação de mestrado.

- IGLESIAS, Tania Conceição. *Fontes franciscanas: historiografia clássica da ordem no Brasil Colonial*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.41, p. 125-135, mar 2011.
- _____. *Fontes franciscanas: historiografia franciscana brasileira*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.42, p. 23-38, jun 2011.
- JABOATÃO, Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Crônica dos Frades Menores do Brasil*. IHGB, Livro I, 1858.
- _____. *Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Crônica dos Frades Menores do Brasil*. IHGB, Livro II, 1859.
- KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil : Rio de Janeiro e província de São Paulo compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Brasília Senado Federal. 2001.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Conselho Nacional de Geografia, 1964.
- LISBOA, Baltazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Tomo VII. RJ. 1835.
- Livro de Batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá (1761-1809)*.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados de liberdade do Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 1995.
- MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. *Os Franciscanos e a Formação do Brasil*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.
- ROWER, Frei Basílio. *Páginas de História Franciscana no Brasil*. Petrópolis, Vozes. 1941.
- SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*, 2 vol. Paris. 1845.
- SHARPE, Jim. *A história vinda de baixo*. In: BURKE, Meter. *A escrita da história*. Novas Perspectivas. Tradução Magda Lopes. Editora Unesp, 1992.
- SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- TITTON, Gentil Avelino. *A reforma da Província franciscana da Imaculada Conceição (1738-1740) (I)*. Revista de História, USP, nº 84, 1970.
- WILLEKE, Venâncio. *Inícios da Província da Imaculada Conceição. (Comemorando o tricentenário de sua ereção: 1675-1975)* Revista de História, USP, nº 100, 1974.
- _____.Fr. Venâncio. *Senzalas de Conventos*. Revista de História, USP, nº 106, 1976.

Reflexões sobre agência e estrutura na historiografia da escravidão

João Carlos Escosteguy Filho

Doutorando em História. Bolsista CNPq. Professor do IFRJ.

jcef_br@yahoo.com.br

Resumo:

Este artigo pretende abordar o debate a respeito da estrutura e agência no interior da historiografia sobre a escravidão. O objetivo não é esgotar o tema, ou mesmo estabelecer um tratamento exaustivo da questão, mas apenas levantar alguns pontos para reflexão.

Palavras-chave: escravidão, historiografia, estrutura/agência.

Abstract:

This article aims to analyze the debate on structure and agency within the historiography of slavery. The goal is not to exhaust the subject, or even establish a comprehensive treatment of the issue, but only raise some points for reflection. Keywords: slavery, historiography, structure/agency.

O objetivo deste artigo¹ é tecer breves reflexões acerca do debate entre estrutura e agência no interior da historiografia sobre a escravidão, utilizando como paradigmas de análise dois autores clássicos sobre o tema: Florestan Fernandes e Emília Viotti da Costa. A escolha de ambos diz respeito à influência do primeiro sobre a historiografia da chamada “Escola Sociológica Paulista”, imensamente criticada nos estudos surgidos após a década de 1980, e por acre ditar que a obra da segunda, também criticada pela mesma historiografia, é a mais adequada para encaminhar a questão da estrutura/agência em termos de uma relação dialética.

Dividirei este artigo em três partes. Na primeira, uma justificativa para a escolha de temática ligada à história da historiografia. Na segunda, a abordagem dos autores selecionados. Por fim, considerações finais que buscarão encaminhar a discussão.

⁵ Uma versão anterior deste trabalho foi originalmente escrito para disciplina de doutorado, área de Teoria da História, ministrada pelos professores Ricardo Salles e Pedro Marinho, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, em 2012.

I

Apesar de a historiografia sempre contar com espaço destacado em qualquer trabalho de pesquisa histórica, normalmente como “revisão bibliográfica” ou algo similar, a história da historiografia como objeto de análise pelo historiador é um campo de pesquisas autônomo relativamente recente. A forte distinção entre “fontes primárias” e “fontes secundárias”, a primeira ligada à documentação (especialmente arquivística) e a segunda à bibliografia, contribuiu para que o terreno da pesquisa historiográfica fosse relegado a segundo plano. Nos últimos tempos, porém, cada vez mais historiadores mostram-se conscientes de que estudar a história da história pode ser atitude relevante para, como apontou Arno Wehling, melhor compreender a própria epistemologia histórica (Wehling, 2006). Daí a grande onda de pesquisas na área que vêm surgindo nos últimos anos.

O grande valor da historiografia já foi apontado por autores como, por exemplo, Jörn Rüsen (Rüsen, 2001), para quem o momento da escrita da história significa a articulação dos vários momentos da pesquisa histórica aos modos finais de organização do pensamento e da reflexão. Escrever história é, assim, aplicar um método a uma determinada concepção de mundo a fim de aceitar a história como viés explicativo do mundo em que vivemos, das nossas necessidades. “Escrever história” é importante porque é o momento onde colocamos no papel a síntese de todo o processo de construção do conhecimento histórico; é o momento onde afirmamos a importância da história como ferramenta de compreensão do nosso papel no mundo.

Para Rüsen, os seres humanos buscam apreender o mundo em que vivem, a partir das necessidades e das angústias de seu presente, por meio de uma determinada “consciência histórica”, entendida por ele como “a realidade a partir da qual se pode entender o que a história é, como ciência, e por que ela é necessária” (*Idem*, 56). É, para o autor, o “trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo” (*Ibidem*, 59). A consciência histórica é a forma difusa pela qual a experiência dos humanos com o tempo torna-se possível e desejável, e é a partir dessa forma difusa que outras formas de organização – científicas – são possíveis. Voltamos, aqui, à importância da escrita da história como síntese do pensamento que inicia sua investigação do passado a partir da “consciência histórica” do presente.

Qual é, portanto, o papel da historiografia, como “escrita da história”, nesse processo? É a historiografia que confere ao conhecimento do passado sua organização final, seu acabamento. A historiografia, ou seja, a análise histórica escrita e trabalhada permite a compreensão do passado para além da mera consciência histórica difusa. Permite uma elaboração superior, uma reflexão mais complexa e uma direção mais firme para o conhecimento do passado. É a historiografia que permite o que François Hartog chama de “regime de historicidade”, ou seja, “os diferentes modos de articulação das categorias do passado, do presente e do futuro” (Hartog, 2006, 16). É assim que podemos entender o papel da “historiografia”, entendida como “escrita da história”, na produção do conhecimento histórico. Uma escrita dotada de temporalidade.

Por que seria essencial entender a própria “escrita da história” como dotada de temporalidade, isto é, como passível de mudanças ao longo do tempo? A resposta é simples: compreender as mudanças por que passou a historiografia nos ajuda a entender não apenas o ofício do historiador, sua prática, suas formas de construir o saber sobre o passado, mas nos ajuda igualmente a entender as mudanças por que a “consciência histórica” de cada época passa. Ajuda-nos a entender as transformações que a visão sobre a história sofre. Esse é o sentido de uma “história da historiografia”: compreender que a própria historiografia tem uma historicidade, que muda com o tempo, que cada época compreende um tempo passado de forma diferente. “É essa historicidade do próprio conhecimento que obriga ao historiador a haver -se com toda a produção que procura superar. Nasce aqui a necessidade incontornável da crítica” (Malerba, 2006, 17).

Aplicada à historiografia da escravidão, e especialmente à questão da estrutura e da agência, tal “necessidade incontornável de crítica” permite o desenvolvimento das pesquisas e das abordagens que, nas últimas décadas, expandiram exponencialmente nosso conhecimento sobre esse fundamental elemento do passado brasileiro. Mas isso não é tudo. A historiografia não pode (ou melhor, não deveria poder) desenvolver -se por exclusões. A crítica e a compreensão da historicidade do pensamento histórico não podem significar o abandono das concepções passadas em nome da valorização extremada da “última moda”, da “novidade”. Não se pode reduzir a superação de concepções passadas à disputa entre uma “verdade” histórica – a do presente – e um “engano histórico” – a do passado. Fosse assim, não apenas cairíamos numa historicidade absoluta – o conhecimento histórico é impossível, dado que qualquer versão da histórica será sempre enganosa, presa à sua época –, perigosamente próxima

de uma concepção de história como mero efeito discursivo, como também cairíamos em contradição: a afirmação da “verdade” contida no novo seria apenas jogo de cena, já que, em breve, o novo tornar-se-ia velho e relegado seria ao limbo das produções historiográficas passadas. O fato de a “Nova” historiografia da escravidão ter mais de 30 anos de idade é significativo.

Assim, abordar a historiografia da escravidão a partir dessa temática da estrutura e da agência é tentar perceber, acima de tudo, que a construção do conhecimento histórico é dialética; que certos conceitos e temas devem ser reavaliados, e não descartados; que a questão da reflexão teórica sobre determinados aspectos da historiografia da escravidão invadem o terreno da política, para além da mera discussão acadêmica.

Justificada a escolha da temática, passemos à questão .

II

A chamada “Escola Paulista de Sociologia” desenvolveu uma interpretação sobre a escravidão no Brasil diretamente contrária àquela formulada por Gilberto Freyre décadas antes. Influenciada por Caio Prado Jr., tal corrente de pensamento buscou articular a escravidão à acumulação do capital, associando, portando, o sistema escravista brasileiro ao desenvolvimento do capitalismo comercial. Entendida a escravidão como um sistema de exploração na visão da “escola paulista”, a obra de Freyre, associada a uma visão idílica da escravidão, amainando os conflitos sociais, acabou sendo marginalizada, vista mesmo como ideologia, e não sociologia (Falcão, *apud* Palermo, 2009, 52).

Essa “escola”, fortemente influenciada pela obra de Florestan Fernandes, desenvolveu uma visão sistêmica da escravidão, realçando seu caráter estrutural e sua integração aos quadros do Antigo Sistema Colonial .

Para o autor, ficam bem claras essas articulações em seu ensaio “A sociedade escravista no Brasil” (2010, 37-95), cuja proposta, expressa no início, diz o seguinte: “Propomo-nos a esboçar uma espécie de síntese, que procura pôr em relevo os *elementos estruturais e dinâmicos invariantes, os quais tornaram esse conjunto de diferenciações possível e, mesmo, necessário*” (39-40, grifos no original). O objetivo é claro: ver a escravidão em seus aspectos estruturais, como um sistema que manteve conexões com o desenvolvimento do capitalismo.

O binômio capitalismo -escravidão, aliás, é a mola propulsora do ensaio citado, coerente tanto com os objetivos mais amplos da Escola quanto com a direção dos estudos influenciados pela leitura d'O Capital entre as décadas de 1950 e 1970. Era fundamental, em crítica aberta à lógica de estudos que a obra de Freyre inaugurara, recuperar as formas pelas quais “a escravidão, que aparecia de modo visível como o principal esteio de perpetuação de tudo que era *colonial* e *senhorial*, representava para a emergência, a consolidação e a irradiação do que era *capitalista* e *moderno*” (41, grifos no original).

É assim que Florestan Fernandes argumenta ao longo de seu texto. Uma visão da escravidão que dispensa o anedótico, o episódico, o individual, para focar nas formas estruturais pelas quais o escravismo mercantil se ligou ao desenrolar da organização do Antigo Sistema Colonial. E essa visão estrutural não é, em seus objetivos, mecanicista ou economicista. Pelo contrário: o autor deixa clara a dupla dimensão do escravismo, tanto econômico quanto político:

Se se constrói o contexto histórico -estrutural a partir do sistema de produção e de dominação econômica, o que ganha saliência são as funções econômicas da escravidão (...). Se se constrói o contexto histórico -estrutural a partir do sistema social de poder (e, portanto de dominação política), o que ganha saliência são as funções sociais da escravidão (...) a primeira modalidade de reconstrução teria de passar da base econômica para as estruturas sociais de poder (ou “as superestruturas do sistema”), para que o quadro ficasse completo. E reciprocamente, a segunda modalidade de reconstrução teria de abranger, forçosamente, as determinações e as implicações da base econômica sobre o sistema social de poder e de dominação política. (43)

As formas pelas quais o escravismo produz um padrão de acumulação e reproduz uma dada formação social, com limitações impostas pela política exclusivista metropolitana, e os modos pelos quais essa formação social é reinstaurada com a fundação do Estado Nacional, agora sem as limitações colonialistas, mostra o profundo enraizamento de tal sistema nas raízes do nosso país. Na era das transformações, na passagem do século XVIII ao XIX, a escravidão não foi condenada junto do Antigo Sistema Colonial. Pelo contrário: “o destino dos dois foi cuidadosamente separado, de

acordo com os interesses em jogo inerentes às principais forças históricas” (86). O “circuito histórico novo”, inaugurado na inserção do escravismo no novo mercado mundial capitalista em expansão, possibilitou a formação do Estado imperial como mantenedor da ordem, e tal assim se desenvolveu até que o escravismo, em Fernandes, torna-se “inoperante” para o capitalismo a partir de determinado momento, levando, aí, sim, à dissolução interna da ordem escravocrata.

Podemos perceber que, na escrita de seu ensaio, Florestan Fernandes dispensou o mergulho profundo na documentação, ou mesmo o foco sobre as peculiaridades de cada organização local, para concentrar -se naquilo que de mais forte a escravidão produziu em termos de significado e legado para o Brasil. Suas estruturas, suas conexões com o capitalismo em formação, sua posterior diluição a partir do desenvolvimento deste, tais são as linhas de força sobre as quais o sociólogo construiu sua interpretação.

Tais preocupações eram partilhadas junto aos demais colegas da Escola Paulista, bem como a outros autores que partiam de influências semelhantes. Percebiam a necessidade de uma abordagem ampla, que integre a sociedade como um todo, analisando-a sociologicamente – o que significava evitar, muitas vezes, o pontual, o único, em busca dos fundamentos estruturais.

A escolha pela articulação do escravismo ao desenvolvimento do capitalismo partiu do presente para o passado. Tal articulação foi explicada pelo próprio Florestan Fernandes, em carta de 1976, a respeito do texto citado acima:

deu para fazer uma concisa análise sobre o modo de produção escravista, que eu acho que estava faltando; e para ter, assim, o que se poderia chamar de a base material para explicar a estrutura, o funcionamento e a evolução da ordem escravocrata e senhorial. De um golpe, repus os problemas das relações entre escravidão e capitalismo no Brasil – apanhando como um modo de produção precapitalista, inserido no circuito do capital mercantil, a longo prazo pôde tornar -se um fator de acumulação originária, o elemento em que se funda o clímax da sociedade estamental e de castas e o pião do giro pelo qual se deu a traição à revolução republicana, convertida pelos antigos fazendeiros numa forma de continuar o mandonismo e o antigo regime. (apud Freitag, 1996:160)

Percebe-se na carta o objetivo de conectar o escravismo do passado à permanência de resquícios de mandonismo e opressão no presente. Poderíamos falar mais: dizer que buscaram na história a explicação para a situação atual (da época) do negro na sociedade brasileira. A partir do racismo sistêmico que identificavam, da exclusão sofrida no sistema capitalista, voltaram-se para a escravidão como elemento explicativo. A intenção era traçar um panorama que, do passado, trouxesse uma explicação para a situação que vislumbravam no presente.

Foi a partir disso que perceberam a necessidade de combater com virulência a interpretação freyriana e denunciar a violência da escravidão. Perceber a sociedade escravista como “harmônica”, argumentavam, significava transferir tal suavidade para a sociedade brasileira contemporânea. Significava, em essência, negar ou minimizar a existência do racismo e esvaziar qualquer argumentação em prol de uma ação mais contundente para combater a discriminação. A partir dessa que estão apontaram todos os elementos de violência da escravidão.

Outros autores, à mesma época e em diálogo com os da Escola Paulista, também seguiam essa direção. A principal delas era a historiadora Emília Viotti da Costa, que em sua obra principal sobre o tema, “Da Senzala à Colônia” (1966), resultado de mais de 10 anos de pesquisa, também utilizou largamente o método marxista para analisar a questão.

Emília Viotti preocupou-se, fundamentalmente, com as relações entre estrutura e agência na explicação da escravidão brasileira. O foco de seu livro é o processo histórico de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, concomitantemente à crise do escravismo no país, articulando a realidade da grande lavoura, especialmente o Vale do Paraíba fluminense e o Oeste Paulista, ao encaminhamento do abolicionismo no Parlamento e na sociedade. Para dar conta desse processo histórico, a autora adota uma abordagem que ela própria chama, em consonância com a Escola Paulista (embora de forma muito menos rígida que nesses autores), de *dialética*. A melhor forma de resumir tal abordagem é utilizar as próprias palavras da autora, em prefácio que escreveu à segunda edição do livro. A citação é longa, mas fundamental:

Partindo do pressuposto de que são os homens (e não as estruturas) que fazem a história, se bem que a façam dentro de condições determinadas, procurei analisar o processo nos vários níveis: o econômico, o social, o político e o ideológico, reconhecendo que, embora esses níveis tenham uma

relativa autonomia e uma dinâmica que lhes é própria (não sendo possível, por exemplo, reduzir o ideológico ou o político ao econômico), todos eles estão profundamente inter-relacionados. Transformações na economia implicam transformações sociais que eventualmente se traduzem em posições ideológicas e gestos políticos; por outro lado, as lutas pelo poder que resultam do confronto de diferentes grupos ou classes sociais podem dar origem a uma legislação que afeta o funcionamento da economia e interfere, em última instância, nas relações sociais etc. Portanto, essa perspectiva pareceu-me a melhor maneira de compreender o processo histórico e apanhá-lo em suas múltiplas dimensões, isto é, apresentá-lo na sua dialética. (Costa, 1998:31)

Podemos, de cara, perceber que a grande preocupação de Emília Viotti da Costa são as ligações entre ação humana e estrutura. Inspirada pelo marxismo, a autora analisa a sociedade ciente de que, não obstante sejam os humanos a fazer a história (pois, sem humanos, história não há), eles não agem segundo algum voluntarismo extremo ou liberdade total. Agem limitados pela realidade, pelas condições que a vida lhes oferece e que, em cada momento, restringem seu leque de opções.

Além disso, Emília Viotti procurou, em seu trabalho, também articular os vários níveis da realidade social sem qualquer intenção de priorizar algum de antemão ou ignorar influências de qualquer nível em nome de esquematismos. Pelo contrário: Viotti deixa claro, na citação e ao longo da obra, que esses vários níveis devem ser simultaneamente abordados pelo historiador em nome de uma dimensão da totalidade social. O contrário disso seria fragmentar a realidade e enxergá-la parcialmente.

Assim é que, em sua obra, Emília Viotti aborda a crise da escravidão, com o consequente sucesso do abolicionismo, a partir das transformações sociais causadas tanto por fatores externos, como o desenvolvimento do mundo capitalista-industrial, quanto por fatores internos, como uma nova configuração da propriedade escrava pós-abolição do tráfico (1850) e a formação de novas camadas médias nas cidades descomprometidas diretamente com a escravidão. As mudanças na sociedade, argumenta Emília Viotti, levam a transformações também na forma de encarar a escravidão. Se a instituição do escravismo perdurara por tantos séculos sem qualquer contestação direta que lhe abalasse, agora, no último quartel do século XIX, a situação mudara. Apenas então, nas condições apontadas, pôde o abolicionismo surgir como

movimento e sagrar-se vitorioso. Para Emília Viotti, em suma, contextualizar a ação abolicionista é fundamental, e tal contextualização só pode ser possível na análise conjunta de todos os níveis sociais apontados anteriormente.

Podemos perceber que, mesmo não ligada diretamente à Escola Paulista, Emília Viotti compartilhava com eles algumas das preocupações concernentes ao escravismo. Em especial na influência do capitalismo na destruição do escravismo. Ao mesmo tempo, sua análise destoava do conjunto dos sociólogos ao dar maior ênfase à ação humana na transformação estrutural, dado que, para os sociólogos da Escola, funcionava de forma bem mais mecânica e direta, com o peso mais forte das estruturas sobre os indivíduos escravizados. Apesar disso, a crítica da nova historiografia da escravidão, a partir dos anos 1980, incluiu Emília Viotti muitas vezes no rol daqueles acusados de ignorar a ação dos escravos em nome do peso das estruturas de exploração.

“Ação escrava”: trata-se de uma expressão central para a historiografia da escravidão desde, pelo menos, a renovação propiciada pelos estudos a partir da década de 1980. A forma de análise da escravidão presente em Florestan Fernandes e Emília Viotti, em que pesem as diferenças, compartilham um ponto de partida comum: a sociedade não se esgota nas ações individuais, mas conta em sua conformação com estruturas que, não obstante sejam resultado das ações humanas, não se esgotam nas intenções e ações imediatas dos agentes. A própria Emília Viotti teve oportunidade de avaliar essa questão no prefácio de sua obra sobre a rebelião escrava de Demerara:

As autodefinições das pessoas, suas narrativas sobre si mesmas e sobre os outros, conquanto significativas, não são suficientes para caracterizá-las nem para relatar sua experiência, muito menos para explicar um acontecimento histórico. O que as pessoas contam tem uma história que suas palavras e ações traem, mas que suas narrativas não revelam imediatamente; uma história que explica por que usam as palavras que usam, dizem o que dizem e agem como agem; uma história que explica os significados específicos por trás da universalidade ilusória sugerida pelas palavras – uma história de que muitas vezes elas próprias não se dão conta. Suas afirmações não são simplesmente declarações sobre a “realidade”, mas comentários sobre experiências do momento, lembranças de um passado legado por precursores e antecipações de um futuro que desejam criar. (Costa, 1998, 15)

A ligação evidente entre realidade e pensamento sobre a realidade mantém uma distância inescapável que impossibilita a inserção do “real” no “discurso sobre o real”. A forma como as pessoas percebem-se não encerra a análise das relações sociais num dado momento. A “ação escrava”, em Viotti, é atravessada por toda essa complexidade que deve ser levada em conta na análise histórica do pesquisador, mas que, algumas vezes, parece não ficar clara aos críticos que insistem na necessidade de valorizar a agência escrava, dando a essa expressão um sentido distinto. Na miríade de histórias fragmentadas, de trajetórias individuais e ações pontuais, a “ação escrava” tornou-se descolada, muitas vezes, de qualquer reflexão sobre a questão das estruturas ou da conexão das ações locais com um universo mais amplo de relações (no caso de Florestan Fernandes e Emília Viotti, a formação do capitalismo; o Antigo Sistema Colonial; a formação dos Estados nacionais etc.). A busca pela ação descolada conjuga-se com a crise das grandes narrativas e com a consolidação da ideia de que a história esgota-se na particularidade; a ideia de que a redução da escala analítica permitirá um domínio tal da documentação que dispensará as reflexões teóricas e mesmo, no limite, evitará a “ideologia” nas ciências humanas (outra palavra cuja definição remete a um campo de batalha).

Os riscos de tal empreitada foram elencados pela própria Emília Viotti em artigo de 1994. Para ela, a fuga da síntese, da reflexão mais ampla, faz a história reduzir-se a um “exercício puramente estético e retórico”, transformando-se até “num exercício puramente acadêmico que acaba por servir - a despeito da intenção explícita dos autores em sentido contrário - a propósitos eminentemente conservadores.” (Costa, 1994: 10). A excessiva subjetividade leva a uma inversão da dialética: “o cultural, o político, a linguagem deixam de ser determinados para serem determinantes” (12). A história parece aproximar-se de uma narrativa onde cada nova trajetória pesquisada aparenta surgir do zero. Cada vida pesquisada torna-se *tabula rasa*.

Da um estruturalismo que a tudo explicava e dissolvia em seu interior as ações individuais passamos a um subjetivismo que confere às ações humanas uma absoluta liberdade de ação - e, nos momentos em que se deixa o “rigor científico” de lado e passa-se à caça às bruxas, o escravo/explorado pode chegar a tornar-se culpado por sua situação, posto não ter agido corretamente segundo as estratégias certas que o fariam ascender socialmente nas franjas do sistema.

O apego à documentação, posto que essencial, torna-se suficiente em si mesma. Essa história – quando limitada ao exercício acadêmico de que a acusa Emília Viotti – volta-se para seus temas a partir do que as fontes possibilitam e limitam. Deixa a história de ser uma questão do presente para tornar -se uma questão apenas do passado. Aqui, a grande questão da história posta por Eli sabeth e Eugene Genovese – “history (...) is primarily the story of who rides whom and how” (1976: 218-219) – perde completamente o sentido.

No limite, nossa própria existência no mundo, como historiadores, parece perder grande parte de seu sentido.

III

Seria o caso de culpar a micro-história e toda a historiografia nela inspirada? Seria, claro, uma bobagem. Não podemos desconsiderar todo o avanço que a crítica ao estruturalismo provocou. A questão central, aqui, é afirmar que não se pode *recusar* a ideia de estrutura, mas, sim, há uma necessidade de *refletir* sobre ela. É preciso reavaliar seus limites e reinserir a discussão no campo historiográfico, buscando o que ela pode oferecer de melhor para nosso conhecimento sobre o passado.

Laura de Mello e Souza, a propósito de outros interesses, também atentou para a necessidade de retomar essa discussão das relações entre geral e local, entre macro e micro, entre história e teoria (Souza, 2006: 457-462). Retomando Carlo Ginzburg, a autora explica como as tensas relações entre diferentes escalas de abordagem, entre o geral e o particular, não implicam descuidar de um em relação ao outro, muito pelo contrário: é nessa via que se deve desenvolver a análise histórica. Uma certa valorização de um dos lados da moeda em detrimento do cuidado com o outro arrisca prejudicar a análise. Em suas palavras, “por isso a micro-história apresenta perigos: recortes microscópicos anulam a distância; por isso, igualmente, as grandes sínteses caíram em descrédito: quando observada do alto, a paisagem perde a nitidez” (458).

Perigos sempre há e sempre haverá, adverte a autora. Os excessos da micro - história e os das grandes s ínteses, como todos os excessos, aumentam as chances de perigos na análise. O ponto de tensão entre tais par âmetros, trazendo à tona uma questão da escala de abordagem, refere-se às perguntas, às questões, à maneira como o historiador encara seu objeto de estudo.

A importância da variação de escala trazida por autores da micro -histórica como Levi não pode ofuscar a importância de uma perspectiva macro – como, aliás, apontado

pelo próprio Levi, que via na diminuição da escala de observação uma forma de redefinir os contornos do macro, colocando “em relevo aspectos do problema estudado que não seriam observáveis de outro modo”, e não excluir a síntese (Lima, 2006:260). Da mesma forma, Revel adverte, no prefácio a uma das obras mais influentes de Levi, que o contexto não pode ser estático, mas é vivo. Dá méritos a Levi por ser capaz de

estar sempre inventando um contexto pertinente, ou seja, a moldura referencial que torna inteligível sua *ilíada camponesa*, das habitações reunidas entre as duas pontes até o tabuleiro de xadrez europeu no qual se traçam, parcialmente, os destinos das famílias aristocráticas. (Revel, 2000:29)

A abordagem do contexto, porém, não pode se restringir ao micro, como se esta fosse a escala em que aquele se modificasse, redefinisse etc. O micro não pode ser relacionado, voltando a Laura de Melo e Souza, senão conjugando-se dialeticamente também o macro, e prestando-se atenção nas relações de um com o outro.

Voltar-se para o macro como um primeiro passo para se entender o micro é, também, levar em conta que as ações individuais não se restringem ao momento imediato e à imediata percepção de suas vivências e intenções, embora nenhuma ação na história prescindisse desse conjunto de experiências humanas para ocorrer. É um caminho para reavaliar a famosa afirmação de Marx de que os homens fazem a história, mas a partir de condições não escolhidas por eles. Significa retomar Gramsci, a partir da necessidade de compreender-se o conjunto de relações de força em que as ações individuais estão inseridas – e com as quais têm de medir-se o tempo todo.

Voltando o foco à historiografia da escravidão, Rafael Marquese já apontou os riscos que, para tal historiografia, a ausência de uma reflexão sobre as estruturas pode trazer. As ações individualizadas, pontuais, acabam agindo como o novo “motor da história”: se um determinado viés estrutural eliminava a agência das transformações históricas, o excessivo subjetivismo torna tais ações a única explicação aceitável. E o contexto em que elas ocorrem perde muito (quando não completamente) o seu sentido (Marquese, 2008: 74-75).

Talvez Dale Tomich e Michael Zeuske tenham apontado um caminho, ao afirmar que “microhistory is not “more real” or “more concrete” because of its proximity to the actions, beliefs, and values of particular social actors. It is a spatial

temporal reconstruction like any other” (Tomich e Zeuske, 2008:10). Chamar a atenção para o caráter “reflexivo” da análise micro-histórica é o primeiro passo para superar a “fetichização” do documento e admitir que mesmo o mais ínfimo nível de micro-escala é incapaz de guardar toda a “realidade”. É, também, o primeiro passo para nos perguntarmos sobre as potencialidade que a redução de escala traz em termos de temporalidade para a pesquisa histórica. Por que reduzir a escala? Que eventos surgem à vista, sendo incompreensíveis em outras temporalidades? O que a micro-história pode possibilitar em termos de percepção da realidade histórica?

Nesse sentido, mais do que pares opostos sujeitos a uma escolha por parte do historiador, os níveis micro e macro deveriam ser interconectados. Atravessas essas diferentes temporalidades é perceber nuances diversas em cada alteração do olhar. E cruzar essas dimensões exige a construção de um nível de análise que possibilite ambos os caminhos. Qualquer nível de temporalidade, afinal, é uma fatia da história como um todos, indivisível por definição:

we regard both the macrohistory and microhistory of Atlantic slavery as parts of an encompassing modern world history – the formation of societies, world economic structures, and structures of domination. The juxtaposition of these two approaches draws explicit attention to questions of spatial-temporal scale and movement across diverse scales. However, relations between global and the local, *longue durée* processes, specific conjunctures, and event history are necessarily nonequivalent, asymmetrical, and discontinuous. Just as long - term world historical processes cannot, by themselves, provide adequate accounts of particular local histories, so weaving together microhistories of specific regions or localities removes from consideration translocal processes and global structures. At the same time, macrohistorical and microhistorical scales are not commensurate with one another. **Each speaks to different orders of reality and different levels of abstraction. Each requires a methodology appropriate to it.** (11, grifo meu).

Como essa discussão se encaixa na situação atual dos estudos sobre a escravidão? Em outras palavras, em que situação estariam os debates históricos sobre a escravidão, hoje? Talvez possamos afirmar que, após um “primeiro momento” com

Gilberto Freyre, um “segundo momento” com a Escola Paulista e um “terceiro momento” com a historiografia dos anos 80, começamos a viver com mais intensidade um “quarto momento” dos estudos históricos sobre a escravidão. Um momento em que as relações entre o segundo momento e o terceiro são dialeticamente sintetizadas, aproveitando-se as conquistas da historiografia pós -1980 sem abandonar a discussão conceitual e o olhar macroscópico em que a geração do segundo momento se baseava. Um momento, enfim, em que trabalhos como os de Florestan Fernandes e Emília Viotti começam a ser retomados, menos pelo que oferecem em termos de documentação e informação – disto a historiografia dos anos 80 ofereceu manancial quase inesgotável – e mais pelas questões que levantavam, articulando questões sobre o escravismo a macro questões que atravessam, inclusive, nossa contemporaneidade.

Os trabalhos de alguns historiadores, como Rafael de Bivar Marquese (*Administração e Escravidão*, 1999; *Feitores do Corpo, Missionários da Mente*, 2004; *Escravidão e Política: Brasil e Cuba*, 2010 – em parceria com os historiadores Tâmis Parrón e Márcia Regina Berbel) e Ricardo Salles (*E o Vale era o Escravo*, 2008) seguem essa direção, procurando analisar a escravidão em suas relações estruturais mais amplas e contextos históricos mais largos, sem deixar de cuidar da documentação empírica e da reprodução da vida escravista em nível local. As relações entre macro e micro se entrelaçam, “ressuscitando” ligações que, por algum tempo, foram deixadas em segundo plano ou mesmo abandonadas: escravidão e formação do Estado Nacional, escravidão e capitalismo, escravidão e modernidade etc. Ambos os autores compartilham a ideia de que a análise da escravidão deve partir das considerações gerais sobre o mundo em que ela se insere, e não deve restringir-se à análise localizada. É grande, nesse sentido, a inspiração no já mencionado historiador Dale Tomich, ao analisar os elos entre a formação do mundo capitalista e as novas características do escravismo no século XIX; daquilo que chamou de “Segunda Escravidão” nos artigos reunidos em seu livro *Through the prism of slavery*, de 2004 (com edição brasileira de 2011 intitulada “*Pelo prisma da escravidão*”).

Se esse “quarto momento” consolidará ou não uma agenda própria de questões e paradigmas acerca da escravidão, somente o futuro dirá.

Finalizando este artigo, fica evidente que, seja qual for o caminho a percorrer em termos historiográficos, é essencial entender que não existe um método perfeito: cada aproximação dá conta de um parâmetro da realidade. Qualquer discussão sobre o método a seguir deve começar por uma reflexão de por que fazemos nosso trabalho – a

velha pergunta sobre por que se estuda história. Dessa questão surgem os problemas, as dúvidas e a certeza de que eliminar do horizonte de reflexão qualquer instância da realidade social é de antemão já caminhar rumo ao empobrecimento da análise.

Bibliografia:

- COSTA, Emilia Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História a. Brasil: 1954-1964*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, n.27, 1994, p.9-26.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue. Rebelião dos escravos de Demerara (1823)*, São Paulo: Companhia das Letras. 1998.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*, 2ª ed., São Paulo: UNESP, 1998.
- FOZ-GENOVESE, Elizabeth e GENOVESE, Eugene (1976). The Political Crisis of Social History: A Marxian Perspective, *Journal of Social History*, vol. 10, n. 2, 10th Anniversary Issue: Social History Today and Tomorrow? Winter, pp. 205-220.
- HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 15-25
- LIMA, Henrique Espada (2006). *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MALERBA, Jurandir (2006). *A história escrita : teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto.
- MARQUESE, Rafael (2008). “Estrutura e agência na historiografia da escravidão: a obra de Emilia Viotti da Costa”, in Luca, T. R., Bezerra, H. G. e Ferreira, A. C. (org.), *O historiador e seu tempo*, São Paulo: Editora da Unesp.
- MARQUESE, Rafael. *Administração e escravidão : idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: HUCITEC: Fapesp, 1999
- MARQUESE, Rafael. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis Peixoto; BERBEL, Márcia Regina. *Escravidão e Política: Brasil e Cuba*. São Paulo: HUCITEC, 2010.
- PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2009.
- REVEL, Jacques (2000). Prefácio. In: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

RÜSEN, Jörn (2001). *Razão Histórica* – Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e (2006). *O Sol e a Sombra*: política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Cia das Letras.

TOMICH, Dale e ZEUSKE, Michael (2008). “The Second Slavery: Mass-Slavery, World Economy and Comparative Microhistories”, *Review*, Fernand Braudel Center, v. XXXI, n. 2.

TOMICH, Dale. *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy*. Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2004.

Uma Abordagem Histórica da Ação Integralista Brasileira

Mauricio Antunes Raposo
Mestrando em História Social pela (UFF)
mauraposo@ig.com.br

RESUMO

Pretende-se com este artigo abordar o movimento integralista no Brasil, a partir de sua trajetória histórica no início dos anos 1930, quando de sua fundação por Plínio Salgado até o seu fechamento com o advento do Estado Novo no final de 1937. Como partido político denominado de Ação Integralista Brasileira (A.I.B.) foi considerado pelos estudiosos das Ciências Sociais como o primeiro partido político de massas no Brasil. Como referencial teórico se utilizarão os estudos realizados pelo Pesquisador da Fiocruz Marcos Chor Maio e professor do Programa de Pós -graduação em História da Saúde.

RESUMEN

Este artículo pretende abordar el movimiento integralista en Brasil, desde su trayectoria histórica en los años 30 tempranos, cuando su Fundación por Plínio Salgado hasta su cierre con el advenimiento del Nuevo Estado al final de 1937. Como partido político llamado “Ação Integralista Brasileira” (A.I.B.) fue considerado por los estudiosos de las Ciencias Sociales como el primer partido político de masa en Brasil. Tendrá como referencial teórico de los estudios realizados El investigador de la Fiocruz Marcos Chor mayo y profesor en el programa de posgrado en historia de la salud.

Palavras-chave: Integralismo – Autoritarismo - Fascismo

Antecedentes Históricos

Sendo matéria de abordagem insuficiente pela historiografia brasileira, como assinalam os principais autores sobre o tema ao apontarem a carência de teses e o amplo campo de pesquisa ainda a ser descoberto, o integralismo surgiu no seio de uma proposta radical de direita, de duração efêmera e que mobilizou vários grupos sociais, especialmente os segmentos conservadores médios e urbanos da sociedade brasileira. Emergiu em período de efervescência política após o advento da revolução de 1930 e foi considerado pelos estudiosos como o primeiro partido de massas desenvolvido no Brasil, elegendo, em 1936, vereadores e prefeitos em várias cidades pelo país.

A ascensão de movimentos e partidos políticos de extrema-direita nos países periféricos como o Brasil estava atrelada à conjuntura mundial, cujos acontecimentos conturbados assolavam principalmente a Europa e os Estados Unidos da América. Durante as primeiras décadas do século XX, o mundo experimentava crises políticas, guerras mundiais, revoluções, além do colapso econômico dos países centrais que trouxeram incertezas profundas às convicções políticas e filosóficas de uma civilização liberal, consolidada durante o século XIX, que defendia governos constitucionais, parlamentos representativos, direitos dos cidadãos e liberdade de expressão.

O historiador britânico Eric Hobsbawm¹ disserta com propriedade sobre este ambiente histórico e caótico ao referir-se ao período como a “Era da Catástrofe”.

Afirma o referido autor:

(...) as décadas que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial aos resultados da Segunda foram uma Era de Catástrofe. Durante quarenta anos, ela foi de calamidade em calamidade. Houve ocasiões em que mesmo conservadores inteligentes não apostariam em sua sobrevivência. Ela foi abalada por duas guerras mundiais, seguidas por duas ondas de rebelião e revolução globais que levaram ao poder um sistema que se dizia alternativa historicamente predestinada para a sociedade capitalista e burguesa (...) (1995, p.16).

Nesse contexto histórico de “catástrofe”, a doutrina do liberalismo como sendo a defesa da liberdade individual no aspecto político e econômico foi apontada como a causadora da crise que afligia as sociedades e suas instituições no início do

⁶ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

século XX. O desmoronamento da democracia liberal e representativa e a livre concorrência de preços e de mercadorias apresentavam sinais contundentes de esgotamento. O capitalismo do século XIX, que havia enriquecido a burguesia com seus novos produtos e novas tecnologias, entrava nessa ocasião em ruína, sem contudo oferecer respostas ou soluções para a crise mundial.

Como alternativa à confusão irremediável do colapso econômico, social e político por que passavam os países centrais e periféricos surge o fascismo italiano de Benito Mussolini e o nacional-socialismo alemão.

No plano interno, o Brasil sofre os efeitos da crise econômica dos países centrais, que atingiam o seu principal produto de exportação: o café. A grande produção de grãos ocasionou uma queda de preços no mercado internacional, prejudicando as divisas brasileiras. Além dos problemas econômicos, a chamada República Velha se exauria politicamente com o questionamento de sua representatividade feita por novos atores sociais. Também não faltaram outros ventos de mudança na sociedade brasileira. As transformações estéticas e literárias ocorridas mais precisamente na cidade de São Paulo assinalavam para as velhas elites a falência do mimetismo dos valores sociais europeus.

Dentro desse panorama histórico, surge como alternativa de sociedade uma proposta autoritária e antiliberal de extrema-direita identificada ideologicamente com o fascismo italiano e que acabou difundindo um ideal nacionalista, antiliberal e anticomunista, contrário a tudo que representasse a velha ordem burguesa, materialista e capitalista, que naquele momento estava desabando para o abismo (TRINDADE, 1974). Assim, esse pensamento foi absorvido pelos setores médios da sociedade brasileira, como profissionais liberais, clérigos, militares e educadores que careciam de voz no jogo político das elites oligárquicas. Desta forma, a ideologia fascista chegou ao Brasil e se adaptou em face da realidade de uma sociedade ainda rural e analfabeta. O seu alcance foi extraordinário, pois atingiu grande parte dos municípios brasileiros.

Surgimento, processo ideológico e estrutura organizacional

Como resultado do contexto caótico que transcorria no mundo e mais especificamente no Brasil, brotou no cenário político-partidário a Ação Integralista Brasileira, num período efêmero de apenas seis anos de existência, atuando como Instituição política e social em várias regiões e cidades do Brasil. Vinda de pequenos

partidos de extrema direita, em torno da liderança de Plínio Salgado, foi fundada em sete de outubro de 1932, através de um documento conhecido como “Manifesto de Outubro”. Permaneceu na legalidade até dezembro de 1937, data que marca o advento do Estado Novo.

Durante a sua vitalidade, a AIB conseguiu arregimentar vários seguidores de diferentes grupos sociais urbanos, desde mulheres e crianças até os mais destacados intelectuais, professores, militares, profissionais liberais e sem esquecer os descendentes de imigrantes italianos e alemães, além de membros de setores significativos do clero. Seguindo esta constatação, os historiadores costumam assinalar que o movimento integralista brasileiro chegou a possuir 800 mil pessoas entre filiados e simpatizantes, números estes que ainda provocam controvérsia entre os estudiosos sobre o assunto.

Outro aspecto importante da Ação Integralista Brasileira era a sua estrutura organizacional. De natureza pré-estatal e com uma forte competência de mobilização para realizar grandes eventos partidários, – chegou a organizar dois grandes congressos, o primeiro em Vitória no Espírito Santo e o segundo na cidade imperial de Petrópolis no Rio de Janeiro – A Ação Integralista Brasileira conseguiu penetrar no jogo político eleitoral ao eleger vários vereadores e alguns prefeitos em diversas cidades brasileiras.

Até o golpe do Estado Novo em 1937, era notória a sua presença em várias instituições e segmentos da sociedade brasileira. Porém, a sua vida institucional foi curta, e o seu fim enquanto entidade política se deu com a frustrada e inconsequente tentativa de alguns membros de se insurgirem contra Getúlio Vargas, através de uma investida armada, o que provocou a prisão e perseguição dos principais líderes do movimento integralista nacional.

No exame do processo ideológico da AIB, a contribuição do professor e historiador Marcos Chor Maio², em seu estudo historiográfico sobre o integralismo, foi marcante para a investigação das matrizes ideológicas do movimento integralista. Assegura o autor que o seu processo ideológico se constituiu no interior do contexto histórico europeu – entre as duas guerras mundiais – com a ascensão do fascismo italiano e do nazismo alemão.

Ressalta que, como uma força de propagação que tende a afastar -se do centro, os movimentos fascistas influenciaram o surgimento de vários partidos políticos

² É MAIO, Marcos Chor. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*. In *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Org. FERREIRA e DELGADO. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Col. O Brasil Republicano. Vol. 2.

na Europa e na América Latina, embora cada um desses movimentos fosse sensível às políticas internas de seus países e que, portanto, se configuraram como uma metamorfose de um mesmo molde ideológico.

No campo do processo ideológico, a primeira problemática colocada pelo Professor Maio é a complexidade em se definir um movimento ou partido político como uma entidade fascista. Embora no campo intelectual existam vários debates sobre a construção de uma linha mais definida, o autor tece algumas características do modelo fascista que mais converge ao entendimento sobre os seus aspectos políticos. Segundo Maio (apud DELGADO e FERREIRA, 2007, p.44) pode-se destacar:

(...) controle exclusivo do exercício da representação política mediante a atuação de um partido único de massa, caracterizado por forte estrutura hierárquica; ideologia centrada no culto à liderança política; exacerbação dos valores da nacionalidade; recusa dos princípios que norteiam o liberalismo individual; oposição radical aos valores do socialismo e do comunismo; exaltação da colaboração de classes e crença no ideal corporativo; atribuição de um papel central ao aparato estatal no plano econômico, social e político; domínio absoluto do Estado sobre as informações e, especialmente, os meios de comunicação de massa; eliminação de qualquer forma de pluralismo político, com o aniquilamento das oposições, embasado na violência e no terror.

Assim, nestes modelos norteadores que caracterizaram os movimentos fascistas, a AIB também apresentava esses elementos em sua organização política. A partir desse ângulo, se focaliza a presença de uma forte hierarquia em sua sólida estrutura partidária, na medida em que havia uma Câmara dos Quarenta, uma espécie de Senado, o Conselho Supremo, entidade consultiva com membros notáveis e a Corte do Sigma, que era a instância mais importante dessa organização. E todas essas instâncias eram subordinadas ao chefe nacional do movimento, na figura central de Plínio Salgado, homem cultuado e reverenciado por todos os seus partidários filiados ou simpatizantes.

Com relação aos discursos contrários ao liberalismo individual e aos valores do socialismo e do comunismo, a AIB também se coadunava com os princípios gerais do fascismo europeu. Aqui os seus líderes Gustavo Barroso e Plínio Salgado defendiam uma sociedade baseada em valores corporativos, sendo a instituição familiar a célula mãe na construção dessa sociedade igual e patriótica, fazendo frente aos valores individuais da sociedade liberal.

Da mesma forma, os integralistas condenavam a doutrina dos que defendiam a bandeira vermelha da revolução do proletariado. A sua posição era tão firme quanto o discurso, a ponto de os partidários se colocarem à disposição do governo de Getúlio Vargas para lutarem em armas contra os revoltosos comunistas brasileiros de 1935.

A criação de núcleos de alistamento de pessoas, nos municípios brasileiros, a adoção de uniformes, estandartes e bandeiras com a imagem do SIGMA e todo o aparato estrutural de organização do movimento trouxeram para os integralistas uma capacidade de mobilização de vários setores da sociedade civil brasileira, criando uma massa coesa em torno dos símbolos que levavam multidões de adeptos em suas manifestações públicas nas praças e avenidas do país. Com isso, a criação de um partido único de massas, em detrimento do pluripartidarismo, também fazia parte dos propósitos da AIB.

Passando de um contexto mais amplo, neste caso o europeu, para a peculiaridade do caso brasileiro, o Professor Marcos Chor, analisa os estudos dos autores Helgio Trindade, José Chasin, Antonio Rago, Gilberto Vasconcelos e Ricardo Benzaquen de Araújo referentes à AIB. Assinala que são poucos os trabalhos e pesquisas sobre o integralismo e indica os estudos de Helgio Trindade como o pioneiro sobre o Tema.

Neste sentido, Maio (apud DELGADO e FERREIRA, 2007, p.45) divide esses estudos em quatro correntes ou vertentes:

A primeira procura detalhar a especificidade brasileira do movimento fascista, inserindo-a na conjuntura do período entre as guerras e tendo como parâmetro a aceção clássica do fascismo europeu (Trindade, 1974); a segunda recusa a associação entre o fascismo e integralismo, estabelecendo vínculos entre capitalismo retardatário e emergência de movimentos de extrema-direita (Chasin, 1978; Rago, 1979); a terceira procura analisar o integralismo como uma expressão singular do fascismo no contexto do capitalismo dependente das décadas de 1920 e 1930; uma quarta vertente privilegia a análise da ideologia integralista de Plínio Salgado para demonstrar a forte correlação entre integralismo e totalitarismo (Araújo, 1988).

Para se compreender as diferentes linhas de pensamento descritas e citadas pelo professor Marcos, é relevante levar em conta as motivações que ocasionaram a criação do movimento integralista no Brasil, a plataforma ideológica de seus líderes e os propósitos da AIB dentro do seu campo de atuação política.

Assim, os estudos do Professor Helgio Trindade apontam para a AIB como uma organização clássica do fascismo europeu. Para ele o forte nacionalismo e os discursos contrários ao liberalismo e ao regime comunista são exemplos consideráveis para caracterizar a AIB como uma entidade política fascista.

Acrescenta-se que os autores José Chasin e Antonio Rago analisam a Ação Integralista Brasileira sob outro ângulo. Afirmam que a sua característica não é de um movimento fascista. Pode ser sim de extrema-direita, muito reacionário e até romântico. Porém, não cabe rir em nenhuma hipótese ser considerado fascista.

Para eles a argumentação válida é a que se estabelece no pensamento marxista, o qual aponta a estrutura econômica, em seu estágio de produção capitalista em que se achava o Brasil, o principal elemento diferenciador do movimento integralista brasileiro em relação aos estrangeiros europeus. E enfatizam a sua dissertação mostrando que a realidade dos países latino-americanos era ainda de um estágio de capitalismo periférico, atrelado e dependente de seu epicentro.

Destaca-se que o sociólogo Gilberto Vasconcelos, também focado no pensamento marxista dos seus colegas José Chasin e Antônio Rago, apresenta o conceito “*ideologia curupira*” para a reflexão do integralismo no Brasil. Este termo foi construído a partir do entendimento histórico da demanda social e cultural que pairava sobre a sociedade brasileira nos anos 1930.

Assim, a busca de uma autonomia ideológica, com a incorporação de elementos modernistas de exaltação e valorização do índio brasileiro, ou seja, a busca de uma “brasilidade”, foi fator decisivo para separar as diferenças ideológicas com as do fascismo europeu. Foi esse projeto autônomo que diferenciou o integralismo de outros movimentos fascistas, na medida em que assinalava para o Brasil um restrito projeto de desenvolvimento nacional.

Com relação à última vertente, há o trabalho de Ricardo Benzaquen de Araújo, que utiliza os conceitos de conservadorismo e totalitarismo como instrumentos de análise sobre o plano ideológico da AIB. Nesse sentido, a abordagem inicial de seu estudo se refere às afinidades e às diferenças entre esses dois pensamentos enfocando a visão que Plínio Salgado tinha sobre o integralismo nacional.

Para Araújo, existia uma estreita relação ao conservadorismo quando a bandeira de combate era a economia capitalista, a organização burguesa de sociedade e a ética liberal do individualismo. Nesse aspecto, não havia diferenças em relação a outros movimentos de direita e conservadores europeus.

Porém, quando se trabalha a ideia de totalidade na obra de Plínio Salgado, compreende-se a construção de uma sociedade sem divisões de classe, numa perspectiva de cidadania e soberania popular, bem como de igualdade, o que provoca um distanciamento ideológico de outros projetos autoritários existentes.

Portanto, a noção de igualdade, um dos elementos principais do totalitarismo, se transforma em uma noção de homogeneidade total dos grupos sociais e que o Brasil teria um papel relevante na fundação de uma sociedade sem conflitos e sem diferenças sociais com um povo homogêneo e ativo. Com isso, tal abordagem ideológica do integralismo se mostrou radicalmente diversa de outros movimentos de direita, os quais, embora não fascistas, preservavam a hierarquia das instâncias sociais, bem como os privilégios econômicos e políticos.

Trajatória política, símbolos e abrangência social

Após o exame das matrizes ideológicas, o Professor Marcos Chor Maio traça alguns aspectos da trajetória da Ação Integralista Brasileira, no que tange ao seu aspecto institucional. Enfatiza que no cenário político brasileiro aconteciam inúmeros debates em torno da realidade nacional e de qual futuro se esperava para o Brasil.

As comemorações do Centenário da Independência do Brasil, a Semana de Arte Moderna realizada no Theatro Municipal de São Paulo, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova ligados à defesa da escola pública, laica e universal e mais as experiências revolucionárias de 1924, 1930 e 1932 trouxeram questões pertinentes ao debate nacional.

Assim, a erradicação do analfabetismo, a participação no processo eleitoral das camadas médias da população, a formação de uma identidade nacional, a modernidade nos traços urbanos da capital federal, a busca por uma nova estética do povo brasileiro foram situações debatidas e contempladas no contexto da Velha República.

Nesse processo histórico em que passava a sociedade brasileira, tendo como figuras centrais nos debates o modernismo e o nacionalismo, a AIB surgia como um fenômeno de massas que também refletia essas inquietações que sacudiam os setores sociais. Tais circunstâncias se faziam sentir nos espaços que eram criados no interior da AIB. Neles, tanto os seus principais líderes (Gustavo Barroso, Plínio Salgado e Miguel Reale), como os seus militantes e simpatizantes expunham nesses canais abertos de

discussão as suas críticas ao liberalismo e ao comunismo. Como disse em certa ocasião Miguel Reale, havia no integralismo um importante espaço “de discussão da realidade nacional” (Maio, 2007).

Ainda sobre a sua trajetória política, a AIB apoiou ativamente o fortalecimento de Vargas no poder, principalmente no que se refere ao combate ao liberalismo e ao comunismo. A sua forte organização institucional e sua capacidade de mobilização dentro do território nacional foram aspectos que contribuíram para que se tornasse parceira importante do governo de Vargas.

Com a participação dos camisas -verdes nos bastidores do golpe, o Estado Novo se tornou uma realidade em novembro de 1937. A partir desse momento acontece um “divisor de águas” entre os interesses de Vargas e os da AIB, já que suas diferenças se tornaram mais notórias por conta da extinção dos partidos políticos por parte do governo e a retirada de apoio ao integralismo, o que culminou com uma resposta radical da AIB na tentativa de uma investida armada contra a sede do governo central. Com isso, ocorre a derrocada de seus membros, que foram presos e banidos pelas forças getulistas, levando ao fechamento da AIB enquanto instituição política.

Com relação à liderança integralista e aos princípios norteadores da AIB, o Autor Marcos Chor Maio traça alguns aspectos individuais de cada um deles. Analisa o papel de Barroso, Reale e Salgado, os três principais líderes e ideológicos do movimento, pontuando enfoques sobre a vida pessoal, o pensamento ideológico e as atuações políticas dentro da agremiação político-partidária.

Na discussão seguinte, o professor Chor explora a importância dos símbolos e imagens como instrumentos de ação e de formação ideológica dos integralistas. Tais aparatos de propaganda foram responsáveis pelo engajamento de milhares de pessoas, durante os comícios, nas marchas de seus membros e simpatizantes ou nos eventos sociais e oficiais da AIB.

Também avalia os termos **AÇÃO** e **INTEGRALISMO** utilizando os conceitos de fascismo e de totalitarismo para explicar a amplitude deste fenômeno político no Brasil e o seu encantamento nos diversos grupos sociais na época. A sua organização “burocrática e totalitária” favorecia o engajamento de simpatizantes, através de núcleos de recrutamento, e sua presença institucional era marcante nas festividades políticas e sociais em centenas de municípios brasileiros.

Segundo Maio (2007, p.50):

O termo “integralismo” é derivado de integral, conotando totalidade, contra a democracia dos partidos e em favor de uma sociedade totalitária. O símbolo do integralismo era a letra grega sigma, de soma, somatória, integração, sugerindo que o movimento era uma síntese de todas as ideologias, acima das diferenças. A saudação era o braço direito esticado e levantado e o grito de “Anauê” (saudação e grito de guerra, na língua tupi).

Portanto, pode-se observar que o discurso integralista voltava-se à organização do povo como um organismo único, homogêneo, cuja igualdade estava centrada nas ações e propósitos de vida. E para isso se concretizar deveria combater sem piedade os “males” do liberalismo, responsáveis por estimular o egoísmo e o individualismo das pessoas, privilegiando apenas a burguesia em detrimento da imensa maioria de trabalhadores.

O papel das classes médias urbanas foi outro assunto debatido e analisado.

Até o início da década de 1930, os setores médios da sociedade brasileira buscavam espaços políticos e econômicos dentro da nova conjuntura brasileira. Eram chamados de novos setores sociais que buscavam representatividade política nas instituições públicas e inserção econômica nas entidades privadas, as quais, até o momento, eram controladas por poucos como, por exemplo, o grupo de cafeicultores paulistas.

Eram esses novos atores sociais profissionais liberais, entre eles professores e intelectuais, militares oficiais das patentes mais baixas, clérigos católicos carecidos de participação política e pequenos agricultores que estavam esquecidos pelos partidos políticos da velha oligarquia dos coronéis. Com isso, muitos deles iriam procurar outros espaços de atuação política e social, como associações de classe, sindicatos e entidades de esquerda ou de direita como alternativa de inserção no cenário político da República do “café com leite”.

Uma das alternativas à velha estrutura oligárquica foi o surgimento da AIB que considerava a revolução de 1930 um fracasso, um engodo para a sociedade brasileira, já que as expectativas de mudança com a instalação do governo revolucionário não haviam se concretizado.

Outro grupo social importante foi das mulheres que também lutavam por direitos civis e trabalhistas. E foi neste período específico da década de 1930 que a luta feminina teve conotações marcantes na vida política do país, já que elas conquistaram, pela primeira vez, o direito de exercer o voto, com a constituição republicana de 1934.

Porém, tal realidade se concretizou somente em 1946 na eleição para presidente da República.

Na AIB as mulheres exerceram papel preponderante no interior do seu movimento. A representação feminina na entidade chegou a representar 20% de seus militantes. E, como exemplo de expressão numérica e de organização, em 1936 aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, antiga capital federal, um grande congresso feminino, cujo lema era “Crer, obedecer e preservar”. No pensamento ideológico integralista, as mulheres tinham funções primordiais dentro de uma sociedade em que se buscava integração de valores ligados à família, à pátria e à fidelidade ao movimento.

Para completar os grupos sociais que emergiram neste contexto e que aderiram à AIB, não se podem esquecer os imigrantes alemães e italianos que eram recrutados nas regiões de colonização italiana e alemã no sul do Brasil. Assim, os integralistas nacionais e regionais, apoiados nas circunstâncias políticas internacionais com a ascensão de Hitler na Alemanha e de Mussolini na Itália, procuravam estreitar os pensamentos ideológicos dos nazistas e fascistas com os integralistas, através de um discurso homogêneo e de caráter amplo, no qual a identidade cultural dos povos envolvidos estava vinculada a um único projeto de sociedade.

Revolução Integralista e Antissemitismo

Como último tópico da contribuição de seu trabalho, Maio trata da revolução integralista e do antissemitismo. Em seu esboço inicial, desenvolve o pensamento de Plínio Salgado à luz dos objetivos que deveriam ser perseguidos pelos revolucionários integralistas, ou seja, a construção de um Estado forte e integral com a subordinação do indivíduo às necessidades deste Estado. Segundo Maio (2007, p. 54), “O integralista é o soldado de Deus e da Pátria, o homem-novo do Brasil que vai construir uma grande nação”.

Para que isso pudesse acontecer o Brasil deveria ser fundado novamente, sepultando as diretrizes de um Estado liberal e democrático, já que o liberalismo tem como consequência a manutenção de instituições fracas e desagregadoras que defendem apenas os interesses particulares em detrimento dos interesses nacionais.

Na visão de Salgado, a sociedade brasileira era propícia a este propósito, porque possuía em sua composição étnica uma originalidade centrada no que ele chamava de “cooperação entre raças”, devido à contribuição dos elementos negros,

índios e brancos. Nesta direção, a figura do caboclo passou a ser considerada e em certa medida enaltecida pelo pensamento ideológico do movimento integralista. Nesse sentido, denota no discurso de Plínio Salgado a influência do modernismo de 1922, com a transformação estética pela qual deveria ser representado o povo brasileiro.

Outro aspecto debatido pelos ideólogos do integralismo foi a vida em sociedade. Como deveria ser a sociedade integral? Como ela seria organizada? Tais questionamentos eram respondidos a partir do conceito de sociedade que havia no ideário fascista. Para o fascismo a sociedade sofria com seus conflitos e embates por causa da democracia liberal e “das divisões causadas artificialmente”, conforme aponta o professor Maio (2007, p. 55).

Desta forma, o que se deveria perseguir era uma sociedade corporativa e hierarquizada, com harmonia, mas com uma severa e rígida disciplina. E, para que o projeto social fosse vitorioso, os inimigos da AIB deveriam ser apontados, combatidos e em último caso exterminados. E quem eram os seus inimigos mortais? O liberalismo e sua democracia frágil, a economia capitalista internacional que trazia miséria aos trabalhadores, o judaísmo que controlava as finanças internacionais, a maçonaria e os soviéticos de Moscou.

No que tange ao antissemitismo praticado na AIB, este pensamento é mais notório e desenvolvido pelo ideólogo e historiador Gustavo Barroso. Em seu caso, o antissemitismo praticado e defendido por ele estava centrado nas ações do catolicismo da extrema direita francesa do século XIX. Tais grupos responsabilizavam o judaísmo pela ruptura com o idealismo do mundo medieval e pré-moderno.

A partir dessa influência, Barroso desenvolveu um ideário contra os judeus baseado em dois princípios: segundo o primeiro, havia um complô judaico que controlava todos os acontecimentos mundiais. Os algozes desta ação judaica se faziam representar nos grupos maçônicos, no liberalismo, entre outros. E essa “matriz ideológica do mito da conspiração” (Maio, 2007, p. 57) era encontrada num panfleto escrito e editado pela polícia czarista denominado “Os Protocolos dos Sábios de Sião”.

O segundo princípio defendido por Barroso acreditava numa luta a ser travada entre os grupos raciais, e neste combate permanente a raça branca deveria ser vitoriosa em face da “raça judaica”. Portanto, afirma Maio (2007, p. 57) que “a missão da revolução integral, segundo Barroso, seria criar uma nova civilização e derrotar o inimigo judaico. Para isso era necessário eliminá-lo”. E aqui vale ressaltar que, no

Brasil, a ideologia antissemita não se materializou em perseguições ou extermínio da população judaica .

Conclusão

Este presente artigo pretendeu discutir o movimento integralista, a partir de sua trajetória histórica. Com os estudos realizados pelo professor Marcos Chor Maio, pode-se observar a abordagem historiográfica sobre a Ação Integralista Brasileira. O autor analisou o contexto histórico mundial e também nacional que determinou o seu surgimento em 1932 no Brasil. Dissertou sobre a estrutura organizacional da AIB e sua relação com o governo de Getúlio Vargas. Também discutiu as matrizes ideológicas do integralismo se utilizando dos teóricos Helgio Trindade, José Chasin, Ricardo Benzaquem de Araújo, entre outros. Por fim, termina o seu artigo analisando o tema do antissemitismo.

A partir da contribuição dos estudos elaborados pelo professor Maio, percebe-se, portanto, que o movimento integralista foi um fenômeno político e social complexo no Brasil dos anos 1930. Favorecido pelo contexto mundial de ascensão do fascismo italiano a Ação Integralista Brasileira mobilizou uma grande parcela de brasileiros urbanos, cujos dirigentes e principais militantes possuíam forte respaldo teórico e doutrinário. Graças à organização institucional caracterizada por uma estrutura pré-estatal rígida e hierarquizada, fundou centenas de núcleos político-partidários em municípios brasileiros, elegendo, entre 1934 a 1936, de forma considerável dezenas de vereadores, deputados estaduais e federais e também alguns prefeitos na Região do Sul do país.

Em virtude da carência de novas pesquisas na Academia, o estudo do integralismo representa um desafio para os novos pesquisadores, seja na área das Ciências Políticas ou na área de História, devido à importância deste movimento para o entendimento da realidade brasileira. O seu aprofundamento em questões pertinentes como o autoritarismo, ainda presente e enraizado na esfera pública e privada, contribui para tecer novas estratégias políticas que possam desconstruir relações subalternas e autoritárias entre a sociedade e seus dirigentes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. *Totalitarismo e Revolução: o Integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

ARENDT, Hannah. *As origens de totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BARROSO, Gustavo. *O que o integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

CAVALARI, Rosa Maria Feitero. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 1999.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

CHAUÍ, Marilena. “Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”. In *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HILTON, Stanley. “Ação Integralista Brasileira: o fascismo no Brasil, 1932 -1938”. In: *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945 (cinco estudos)*. São Paulo: Nova Fronteira, 1983.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, t. 3, vol. 2, no. 9. São Paulo: Difel, 1977.

LINZ, Juan. “O integralismo e o fascismo internacional”. Porto Alegre: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRS, 1976.

MAIO, Marcos Chor. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*. In *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Org. FERREIRA e DELGADO. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Col. O Brasil Republicano. Vol. 2.

REALE, Miguel. *Formação da Política Burguesa*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1934.

SALGADO, Plínio. *O que é o Integralismo*. Rio de Janeiro: Schimdt, 1933.

_____. *Psycologia da Revolução*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1935.

_____. “Manifesto de Outubro de 1932”, p.1

_____. *O Sofrimento Universal*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1934.

SILVA, Hélio. *Terrorismo em Campo Verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

TRINDADE, Helgio. “Integralismo: teoria e prática política nos anos 30”. In FAUSTO, Boris (dir). *O Brasil Republicano*, vol. 3: Sociedade e política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).

VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia curupira: análise do Discurso Integralista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

"O Problema do Povo: a resistência da Câmara Municipal à erradicação da Ferrovia em Cachoeiras de Macacu - 1967 a 1972."

Vinicius Maia Cardoso

Mestre em História do Brasil pela UNIVERSO – Niterói – RJ

maia-vinicius@hotmail.com

RESUMO

“O problema do povo” - foi com estas palavras que o vereador Hugo Pinto Garcia, na 3ª Reunião do 2º Período Ordinário da Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu, em 15/07/1971, definiu e sintetizou o drama vivido pela população do Município, com a extinção dos ramais ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina, da estatal Rede Ferroviária Federal S/A. Desde a extinção do trecho Cachoeiras de Macacu - Nova Friburgo, houve resistência para que tal não acontecesse e evidenciou-se esta resistência documentada na Câmara Municipal, através das ações perpetradas por vereadores e acordos com a situação pela população local, já que o encerramento dos serviços de transporte de carga e passageiros significou uma radical alteração na vida cotidiana da Cidade e causador de situações problemáticas, como insuficiente demanda para o transporte de massa, transferência de chefes de família para outras localidades de serviço distantes, além de outros possíveis problemas sociais. As fontes utilizadas foram as Atas de Reuniões da Câmara Municipal, documentos passíveis de erros de transcrição, redação, alterações voluntárias ou não e na possibilidade em refletir, pela natureza das fontes, opiniões e fatos comprometidos por vários fatores: posição política, supressão de informações, etc. Contudo, as fontes não deixam, também, de transparecer a problemática vivida pelos contemporâneos à erradicação dos ramais. A transcrição do conteúdo das Atas da Câmara obedece rigorosamente a ordem cronológica em que foram escritas.

ABSTRACT

“The problem of the people” - it was with these words that Councilman Hugo Pinto Garcia, the 3rd Meeting of the 2nd Regular Session of the City of Waterfalls Macacu on 07/15/1971, defined and epitomized the tragedy suffered by the County population, the extinction of railroads of Leopoldina Railway, the Federal State Network S / A. Train Since the extinction of the stretch Cachoeiras de Macacu - Nova Friburgo, there was resistance to this does not happen and this was evidenced documented resistance at City Hall, through the actions perpetrated by city councilors and chords to the situation by the local population, since the closure of of freight and passenger services meant a radical change in the everyday life of the city and causing problematic situations, such as insufficient demand for mass

transportation, transfer householders for other places distant service in addition to other possible social problems. The sources used were the Minutes of the City Council, documents may contain errors of transcription, writing, voluntary or not changes and the possibility to reflect the nature of the sources, opinions and facts committed by several factors: political position, deletion of information etc. However, sources also not fail to disclose the problems experienced by contemporaries to the eradication of extensions. The transcript of the contents of the Proceedings of the House strictly obeys the chronological order in which they were written.

Tem sido corrente na Cidade de Cachoeiras de Macacu, atribuir-se, como causa primeira – e para uns, única – da extinção do ramal ferroviário que ligava as cidades de Niterói e Nova Friburgo, a uma tida retaliação política após a implantação do Golpe de 1964. É certo que Cachoeiras de Macacu foi alvo das ações de controle, tanto social quanto político, dos órgãos de segurança e repressão criados ou redimensionados pelo Regime Militar. As atividades promovidas tanto nas áreas urbana e rural, centradas nas bandeiras de conquistas democráticas como a Reforma Agrária e outras igualmente com foco nas Reformas de Base anunciadas no governo João Goulart, moveram setores, tanto á direita quanto à esquerda, da sociedade macacuana. Ao menos desde os anos 50, por exemplo, intensas lutas pela posse da terra trouxeram um conjunto de conflitos que contribuiriam para a criação de um ambiente desconfortável aos interesses de proprietários de terra no Município. Quando do acontecimento do Golpe, a imagem de um local que apresentava evidentes focos de “subversão” estava consolidada e portanto, deveria a região ser, o quanto antes, purgada das influências e ação dos “comunistas”.

Órgãos de classe, como o Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (certamente com nítida influência das Ligas Camponesas) se tornariam os fomentadores da “subversão”. Da mesma forma, membros de partidos políticos, simpatizantes, organizadores de movimentos por demandas sociais como serviços de água e energia elétrica na Cidade de Cachoeiras de Macacu, entre outros, seriam arrolados como suspeitos de comunismo e subversão da ordem.

O Chefe do Executivo, Ubirajara Muniz, eleito pela sigla do PTB e público propagador e defensor do reformismo janguista - além de sua relação próxima com as entidades de classe e forças políticas ligadas à busca por reformas de base na

área urbana e rural – foi alvo do clima repressivo instaurado pelo Golpe, sendo cassado nos primeiros dias da “Redentora”, em reunião extraordinária da Câmara Municipal especialmente convocada, juntamente com vereadores de seu Partido.

Várias pessoas, em todo o município, foram alvo de investigação e processos por parte das instituições repressivas, clandestinas ou não, do Regime Militar Brasileiro.

Período ainda carente de uma quantidade mais significativa de pesquisas, a Ditadura Militar no âmbito do Município é tema ainda a ser mais amplamente analisado. Uma das questões que chamou minha atenção, que pretendo apenas apresentar enquanto instigação para aprofundamento de um debate, se refere à extinção, entre os anos 1966 e 1974, do ramal ferroviário que ligava Niterói a Nova Friburgo, passando forçosamente pelas localidades de Papucaia, Japuiba, e Cachoeiras de Macacu.

Não é minha intenção aqui, analisar todos os efeitos da presença da ferrovia no Município, cabendo apenas afirmar que desde sua implantação, em 1860, ela contribuiu para a construção de uma forte identidade local e geradora de uma “cultura ferroviária” compartilhada por todos os segmentos sociais, ao menos na sede do Município, permeando o cotidiano dos macacuanos. Segundo Natal,

não há como negar: o surto ferroviário verificado, a partir de 1870, significou uma ruptura na história dos transportes no Brasil – a precariedade dos meios de transportes então existentes era notória. A ferrovia foi um avanço notável: ela se apresentava como real necessidade de transportes, acelerava a mercantilização da economia, abria espaços geoeconômicos dentro do país (ainda que limitadamente), constituía-se em espaço de aplicação de capitais (a nacionais e estrangeiros), possibilitava a integração da economia brasileira (exportadora) à economia mundial (basicamente ao centro hegemônico do capitalismo, a Inglaterra), etc. (NATAL, 1991:77-78).

Minha questão tem fulcro na afirmativa, ao que parece consolidada no imaginário local, de que a extinção do ramal ferroviário se deu por exclusiva ação de reação às resistências acontecidas no Município contra a implantação do Golpe. Sendo assim, a extinção do ramal se deu como política de retaliação aos movimentos sociais, mormente o perpetrado por trabalhadores das Oficinas e outros funcionários da então Estrada de Ferro Leopoldina, integrante da estatal Rede Ferroviária Federal S/A.

Tese esta, a princípio sedutora e até bem plausível. Contudo, essa estabelecida versão da extinção do ramal, se vista da percepção de um fato particular, sendo Cachoeiras de Macacu alvo privilegiado de uma retaliação quase que exclusiva contra o “foco de comunistas” estabelecido na pequena cidade de poucos milhares de habitantes, não faz pensar na inserção dessa mesma extinção num conjunto mais amplo de medidas governamentais, ou seja, como resultado de uma deliberada diretriz na política do Governo Federal voltada para a substituição do transporte ferroviário pelo rodoviário. Políticas de governo, inclusive, que não tiveram seu início no próprio Regime Militar, mas mesmo antes de seu advento.

Outrossim, os governos militares as tomaram e continuaram, com considerável aprofundamento no que tange à eliminação do sistema ferroviário, em benefício da adoção do rodoviarismo como matriz do transporte de cargas e passageiros no País.

Como afirma o próprio Departamento Nacional de Estradas de Ferro -

DNEF:

Inegavelmente o ano de 1930 marcou o final de um período áureo do ferropiarismo brasileiro. Daí surgiu a época do rodoviarismo, num crescendo assustador, fazendo acentuar mais o estado de estagnação por que passavam as ferrovias, em função da perplexidade decorrente da eclosão de um verdadeiro fenômeno técnico, que contaminou de desânimo os meios governamentais. (MT/DNEF. Relatório de 1971:04).

A erradicação do ramal em Macacu, portanto, integrou o conjunto de políticas de governo voltadas para a extinção dos milhares de quilômetros de ramais ferroviários em todo o País. De acordo com Paula,

Com o processo de industrialização mais acelerado, após 1945, consolidou-se a passagem de uma economia voltada para a produção e exportação de produtos primários para outra mais voltada para o mercado interno, tendo na indústria seu carro-chefe. A partir de 1950, incrementava-se a entrada de maciços investimentos estrangeiros, principalmente de capital norte-americano. Entre 1955 e 1959, entraram no país quase 400 milhões de dólares, dos quais 48,6% originavam-se dos EUA. Do total dos investimentos, 53,9% foram aplicados no setor de máquinas-automóveis, contribuindo, assim, para consolidar a indústria automobilística como líder absoluta do processo de industrialização. Embora a decadência do transporte ferroviário tenha começado bem antes dos anos 50, só a partir daí é que vai acontecer a construção de uma política anti-ferroviária, de desmonte de uma grande parte das linhas do setor. Um claro

sintoma dessa política, é o decréscimo do volume de investimentos do BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que, na sua maioria, foram aditamentos e complementação de recursos destinados a projetos aprovados entre 1952 e 1955. De 1957 em diante, os investimentos do Banco no setor foram sensivelmente diminuídos, variando de ano para ano. No geral, o setor ferroviário foi o que apresentou pior desempenho em todo o período do governo Juscelino Kubitschek. (PAULA, 2000:6 -7)

Não foram portanto, os governos do Regime Militar que iniciaram o sucateamento e a substituição das ferrovias brasileiras por rodovias. Esse processo já se desenvolvia bem antes, sendo dinamizado após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a consolidação dos Estados Unidos da América como potência mundial, em cuja periferia se encontrava o Brasil, ainda absolutamente dependente de importações de petróleo.

De forma geral, todos os projetos de extinção de ramais baseavam-se naqueles de 1952, realizados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, referentes ao sistema ferroviário em geral, e à E. F. Leopoldina e à Rede Mineira de Viação, em particular. Ao estudar a situação da E. F. Leopoldina, a subcomissão de transportes verificou que grande parte dos déficits era devida à manutenção do tráfego em linhas deficitárias e, ao que tudo indicava, "desnecessárias". Com a criação de novas estradas de rodagem e o melhoramento das rodovias existentes que incentivam o transporte rodoviário, tanto para carga como para passageiros, afirmavam os técnicos, era lícito esperar que as linhas enumeradas nesta parte do relatório venham a se tornar menos necessárias do que atualmente o são (CMBEU, Projeto 28). Deficitárias, desnecessárias, arcaicas e antieconômicas. Esses foram os termos lançados pelos estudos da Comissão Mista que seriam adotados pelos projetos posteriores. (PAULA, 2000: 7)

Será exatamente a classificação de “ramal antieconômico” que o trecho de Porto das Caixas a Conselheiro Paulino (Nova Friburgo) receberá, como justificativa para sua erradicação. A ausência de investimentos em modernização pode ser contudo, argumento contrário a essa justificativa, que fundamentou a política de erradicação de ramais, como resultado de compromissos firmados, como se pode ver. Ainda segundo Paula, levando-se em consideração que o ramal de Macacu seria alvo de uma ampla política governamental de extinção de ferrovias, houve um

outro aspecto relevante, desconsiderado na implementação dessa política (o grifo é meu):

O critério de viabilidade de uma ferrovia, em termos puramente contábeis, era medido pelo volume de carga transportado, assim, para que uma ferrovia pudesse apresentar resultados financeiros favoráveis ela deveria ter, no mínimo, um total de 420 mil t. Km/ano. A origem desse padrão é fruto de estudos do Banco Internacional em relação ao Congo Belga e à Colômbia que estabeleciam um limiar de rentabilidade para construção de ferrovias de 400 mil t./ano por quilômetro de linha construída. Reproduzidos estes estudos pelo Engenheiro Jacinto Xavier, no Banco de Desenvolvimento, com dados de 1956, chegou-se, para o Brasil, a um limiar de rentabilidade da ordem de 420 mil t./ano por km/linha. (Cf. Campos, 1963:311) Caso apresentasse índices diferentes dessa base a empresa seria deficitária e caso não houvesse interesses estratégicos, ela seria considerada antieconômica e, portanto, presente na lista da extinção recomendada. Portanto, **cálculos de impacto social e da relação custo-benefícios não eram computados**. Aparentemente, as desativações eram comandadas por uma inflexível lógica contábil-econômica. Sabemos, no entanto, que as forças econômicas não se desenvolvem num vácuo, elas atendem, sobretudo, a interesses políticos determinados. (PAULA, 2000: 7)

Como já mencionado, o esforço de erradicação ganharia impulso após a implantação do Regime Militar Brasileiro (o grifo é meu):

Permitindo o sucateamento das ferrovias, o governo brasileiro incentivava, ao mesmo tempo, o transporte rodoviário. O golpe de misericórdia foi desferido quando as ferrovias começaram a perder seus passageiros e suas cargas. A justificativa oficial passou a ser a da ineficiência, do déficit e da dispendiosidade na recuperação do sistema. Por esses fatores o governo construiu todo um programa de erradicação dos ramais antieconômicos, **fortalecido a partir da década de 60**. (PAULA, 2000: 9)

A erradicação de ramais, iniciada anteriormente ao Golpe, refletia nas sociedades e trabalhadores impactados, já que *“em maio de 1963, na Revista dos Transportes, os ferroviários eram acusados de fazerem greves pelo reajuste salarial e redução da jornada de trabalho, além de se mobilizarem contra o fechamento de*

alguns ramais "paralisados em virtude da ausência de qualquer sentido econômico, para não falar das despesas que acarretam para a empresa"¹.

O fortalecimento das erradicações se deu, contudo, através da criação, em 1966, do Grupo Executivo para Substituição de Ferrovias e Ramais Antieconômicos – GESFRA, que passou a ter função permanente no comando das operações de desativação de ramais, sendo sua atuação decisiva nesse processo. Sua composição envolvia o *staff* do DNEF, DNER – Departamento Nacional de Estradas de Ferro e RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A. Pela composição, o alto escalão do Grupo revelava a lógica da associação tecnocrata inaugurada durante o Regime Militar (implantado através de um golpe político, em 31/03/1964), com a participação conjunta de militares e/ou engenheiros e economistas. (PAULA, 2000: 10).

Em 1970 consolidava-se nova configuração administrativa da RFFSA, com a implantação de 4 sistemas regionais incorporando as antigas empresas. Juntamente com isso, progredia a extinção de linhas e ramais, de trens de passageiros de "*baixa produtividade*", o fechamento de estações (55, em 1970), de depósitos de locomotivas e das pequenas oficinas, com a centralização em âmbito regional, das grandes unidades de manutenção. O financiamento do BNDE (150,2 milhões) obtido nessa época foi destinado ao transporte de cargas (automóveis e grãos), para o oleoduto Santos - São Paulo e para a reforma operacional da 9a Divisão. (PAULA, 2000: 10)

Paula cita em seu trabalho, que houve um descompasso entre a extinção de ferrovias e sua substituição por estradas de rodagem, *já que em 1974, estavam erradicados 7.500 km de vias férreas e somente 1.770, 4 km de rodovias substitutivas construídas. Destas, apenas 111,4 km pavimentadas!* Era eliminado um sistema de transporte necessário á integração de localidades aos fluxos econômicos maiores e ao atendimento da demanda de passageiros. *Pari passu*, a implantação de rodovias e serviços de transporte de tipo rodoviário, por sua relativa eficiência frente a um sistema sucateado, retiraram passageiros e portanto diminuíram recursos das ferrovias. Funcionários das ferrovias fechadas foram transferidos para outros setores da administração pública ou colocados à espera de recolocação.

É

Essa reportagem é uma síntese de uma publicação no O Estado de São Paulo, em abril de 1963. O título é sugestivo e indica o que os ferroviários enfrentaram após o Golpe de março de 1964: Líderes ferroviários: grupo de pressão contra o progresso nacional. Revista dos Transportes, maio 1963, p.

é Periódico mensal de ampla circulação em todo o Brasil, entre engenheiros civis e militares, indústria e comércio especializado. SEDOC/RFFSA (PAULA, 2000:11)

Enfim, a pressão social foi sentida também pela própria GESFRA, como se percebe pelo depoimento do Presidente da RFFSA, em 1966, acerca da política de erradicação de ramais antieconômicos:

*quando se procura fechar um ramal antieconômico ou uma estação desnecessária, que nada arrecada - afirmou - é um Deus nos acuda. Surgem as pressões dos srs. Prefeitos, deputados, associações comerciais, etc"*² (Apud PAULA, 2000: 11)

Segundo a *Refesa*, periódico de divulgação da RFFSA, o GESFRA tinha "*uma das tarefas mais árduas do Ministério dos Transportes, principalmente, pelo caráter muitas vezes antipopular de seu trabalho [...]*"³ (Apud PAULA, 2000: 11).

Por outro lado,

[...] o Governo Federal vem pondo uma política verdadeiramente realística, no que tange à supressão de linhas férreas antieconômicas, através de medidas de natureza jurídica, técnica, econômica, social e estratégica. Dadas as implicações de natureza diversa, e consequentes de erradicação de ramais ferroviários, é que foi criado o Grupo Executivo para Substituição de Ferrovias e Ramais Antieconômicos - GESFRA"[...]"⁴

14 esta a situação que transparece nos pronunciamentos dos vários vereadores da Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu contemporâneos ao processo de sucateamento e erradicação do ramal ferroviário e estruturas congêneres, na Cidade. É possível perceber, nas fontes, as questões aqui colocadas no desenvolvimento da política governamental dimensionada pelo Regime Militar Brasileiro.

O serviço prestado pelos trens era de suma importância, tanto que em 64, no dia 10 de setembro, a Câmara votava Moção de Congratulações e Aplauso à Empresa Estrada de Ferro Leopoldina, pela inclusão dos trens suburbanos em Cachoeiras de Macacu.⁵

Em 19 de julho de 1967, o vereador Elpídio Pereira Braga solicitava que a Auto Viação 1001 Ltda colocasse pelo menos 2 horários de Cachoeiras a Friburgo e

¹⁷ Entrevista de Antonio Adolfo Manta à Revista dos Transportes: Lucro da ferrovia deve ser indireto. Rio de Janeiro, jul. 1967, p. 28.

¹⁸ "O negócio é falar de trem." *Refesa*, Rio de Janeiro, 1972, p. 10. SEDOC/RFFSA

¹⁹ "O DNEF e suas principais atividades". Anuário das Estradas de Ferro do Brasil, Rio de Janeiro, 1972, p.21. SEDOC/RFFSA

²⁰ Todos os pronunciamentos de vereadores foram retirados dos originais dos livros de atas da Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu, gentilmente disponibilizados pelo então Presidente José Tadeu Gonçalves Pinto, com colaboração dos funcionários.

vice-versa e autorizasse um excesso de 5 passageiros. Entende-se que com esta atitude evidenciava-se a oferta insuficiente de transporte para Nova Friburgo, com a paralisação dos trens serra acima.

Outros problemas iriam surgir: em 18 de agosto do mesmo ano, o vereador Oswaldo Busquet solicitava que fosse encaminhada à autoridade competente, a instalação nas oficinas da Leopoldina, dos ex-alunos da Escola Profissionalizante SENAI, formados na Cidade.

Em 28 de agosto eram feitas críticas na Câmara ao atendimento da Auto Viação 1001 paralelas a elogios à Viação Fidelense. O mercado do transporte, aberto e sem a concorrência do modelo ferroviário, suscitou a disputa empresarial por sua exploração, ao mesmo tempo em que satisfazia os interesses da “Redentora”, em privilegiar o rodoviarismo. No ano de 1967 estava consolidada a extinção do trecho para Nova Friburgo, pois os edis Luiz Barroso Filho e Oswaldo Busquet enviaram, em 3 de outubro, solicitação ao Presidente da Estrada de Ferro Leopoldina, indagando se a mesma tinha conhecimento da abertura de uma estrada de rodagem pela Prefeitura, no antigo leito da ferrovia, trecho de Cachoeiras até a antiga estação de Boca do Mato.

Extinto o trecho da serra, as atenções se concentravam na preservação do restante, em direção a Niterói, já que, como uma ameaça de tempestade, tudo indicava que este seria a próxima vítima. No dia 31 de outubro, Elpídio Pereira Braga solicitava ao Diretor da E.F.L. a permissão para que os trens Cachoeiras - Niterói fizessem parada de 1 minuto no Parque Veneza.

Entra 1968 (ano do AI-5) e a Câmara luta para preservar o patrimônio maior da Comunidade. Notam-se já os avanços avassaladores das ações administrativas da ditadura militar, investidora no rodoviarismo e não que isto fosse um erro, mas este era condicionado ao total detrimento e sucateamento do setor ferroviário. Os Estados Unidos colhiam os frutos da vitória na Segunda Guerra Mundial.

Em 10 de julho, era votado e aprovado na Câmara Municipal o requerimento do edil Nelson Fonseca ao Dr. Paulo Flores de Aguiar, Superintendente da E.F.L., solicitando a recuperação da Estação de Passageiros da referida empresa, bem como a melhoria no aspecto do pátio da estação. Desinteresse leva a sucateamento.

O vereador Edésio Rodrigues, em sua Moção de Congratulações e Aplauso aos engenheiros Paulo Flores de Aguiar e Aldo Martins, nos assinala a preocupação viva em se evitar a extinção e erradicação do ramal. Em sua Moção, os premiava

pelo muito que tinham feito, segundo ele, pela permanência do Ramal Ferroviário de Porto das Caixas a Cachoeiras de Macacu. A proposição veio anexada ao nº 26 do periódico “Nosso Informativo”, de outubro de 1968, no qual continha, nas páginas 4 e 5, uma mensagem de autoria dos homenageados com o seguinte título: “Acabar? Jamais...” Na oportunidade, Nelson Fonseca pedia a solidariedade de sua Bancada, *“porque um Ramal só é deficitário quando não existe boa administração.”*

Em 1970, já se ensaiava a também extinção da Escola Profissionalizante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI. Julho, dia 24: Nelson Fonseca apresentava solicitação ao Ministro da Educação, para a permanência do SENAI no Município. Na oportunidade, o também edil José Barbosa Ramos apoiava a solicitação e sugeria a nomeação de uma Comissão composta de ferroviários e 4 vereadores, para intercessão ao futuro governador do Estado. Esta Comissão foi composta pelos vereadores José Barbosa Ramos, Nelson Fonseca, Edésio Miranda e Julião Pícole Mothé. Dos ferroviários alcancei os nomes, por não constarem na fonte.

A cada reunião se vê agravar o problema. Em março de 71, o edil Hugo Pinto Garcia solicitava em sessão, através de requerimento, uma audiência com o governador do Estado do Rio de Janeiro, para levar à autoridade os problemas que assolavam o Município, com a extinção do ramal ferroviário, *“(...) visto ter sido aquele mesmo político que, em 67, se empenhou junto a outros por caso idêntico”*.

Da Ata da 5ª reunião da 5ª Sessão da Câmara, em 1º de abril, colhemos um trecho da carta que deveria ter sido entregue ao Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Considerando as razões expostas e tendo em vista que o interesse sócio-econômico supera o interesse comercial, é de convir que, no caso concreto sob análise, o critério deficitário se subpõe ao critério do bem comum. E nessas condições a Empresa Estrada de Ferro Leopoldina pelo próprio interesse coletivo, há de encontrar em fatos de equilíbrio global que lhe condicione a se sujeitar a manutenção deste ou daquele Ramal deficitário, a par dos colossais ramais altamente rentáveis, pelo próprio amor à finalidade do bem comum que todos temos obrigação de resguardar, máxima a Empresa que a esta altura, demonstra apenas, intentar uma finalidade comercial, numa atividade que acima de tudo, é de ordem pública.

Se este não é um grito desesperado, mesmo que um tanto contido, nada mais o seria. Nesta mesma época, uma enchente destruiu um bom trecho da ferrovia e o caso era discutido na Câmara, tendo o vereador Ernandes Mendes

Cardoso observado que *“uma turma lá se encontra, tentando recuperar a estrada de ferro, mas tudo leva a crer que as providências tomadas eram em caráter provisório”*. Em aparte, Hugo Garcia reforçou a posição do orador, concluindo que, *“(...) subentende-se que a recuperação seja apenas para que se proceda à retirada do material”*.

Em 15 de maio de 1971, era comemorado mais uma vez o aniversário de Cachoeiras de Macacu. Sobre a festa já pairava um medo concretizado de que o fim do ramal estava próximo. Falando em nome do Legislativo Municipal, Hugo Pinto Garcia centralizou seu discurso sobre a situação que o Município iria enfrentar com a extinção do ramal ferroviário e das oficinas, inclusive com a transferência das famílias ferroviárias, o Município seria levado a verdadeiro caos social, e mencionou o fato da impossibilidade que se encontrava para a ampliação das Oficinas por falta de uma melhor energia elétrica.

No dia 1º de julho, novo pronunciamento de Hugo Garcia, acerca da situação crítica e triste que estavam passando as famílias ferroviárias, pelo anúncio da extinção das Oficinas da Leopoldina, no que recebeu a solidariedade de Oswaldo Busquet, que apresentou dados com referência à reparação dum carro da COBAL, defendendo assim a mão-de-obra e a produção das Oficinas, falando também sobre a maneira com que a Comissão foi recebida pelo Governador do Estado, por ter sido desvirtuado o objetivo da Comitiva e citou o nome do deputado Saramago Pinheiro, *“que não deixou nem que o Governador sentasse para receber a Comissão.”* Foi na oportunidade pedida outra audiência exclusiva para a Câmara Municipal.

Na reunião do dia 15 de julho, seria evidenciada, de maneira simples e prática, a falta da ferrovia na vida dos habitantes do Município. Através de um requerimento, o vereador Juarez Campos solicitava à Auto Viação 1001, mais horários para a festa de Japuiba. O edil Oswaldo Busquet citou, *que os trens da Leopoldina, por ter sido extinta, gerou um problema social muito grave, principalmente para os moradores dos distritos e que para a referida festa, seria um grande desfalque.*

Na oportunidade, Hugo Garcia requeria moção de louvor e aplauso ao Governador do Estado do Rio de Janeiro pela recepção da Comissão da Câmara e assinalou que este não deu a palavra final, dando esperanças ao “problema do povo”.

Em 29 de julho Hugo Garcia lembrou o problema dos ferroviários e pediu que se fizesse ciência ao Governador da transferência de quase 30 empregados para as oficinas de Triagem e Praia Formosa, visto esperar daquela autoridade uma palavra de alento. Também citou as audiências com o Governador, já que a anterior havia sido divergida pela interferência de “*certos políticos do local*” e também do deputado Saramago Pinheiro.

Em 31 de agosto, Hugo Garcia enviava Moção de Congratulações e Aplauso ao Ministro dos Transportes, ao Presidente da República e ao Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A “*por terem se compadecido pelo menos em parte, dos problemas das famílias ferroviárias de Cachoeiras*”. No dia 14 de outubro, chegou o ofício nº 1188/PRF/71, do General Antônio Adolfo Manta, presidente da RFFSA (os setores considerados estratégicos foram totalmente militarizados em sua direção pela Ditadura), respondendo a moção do dia 31/08 com relação à extinção das Oficinas da Leopoldina da cidade e ramal ferroviário. Na oportunidade, Hugo Garcia fez retrospecto de todas as atividades desenvolvidas pela Câmara com relação ao fato, dizendo que a prova da extinção estava na resposta recebida pela Câmara, do Presidente da RFFSA.

Na reunião do dia 21 de outubro, foi comunicada a Câmara que o Governo do Estado havia enviado a Cachoeiras de Macacu duas assistentes sociais para em caráter urgente, fazer sindicância do assunto em questão, os problemas vividos pelas famílias ferroviárias.

Nas reuniões dos dias 25/11 e 02/03, veio a pá de cal: a Câmara recebeu ofícios prestando informações e justificativas quanto a extinção do Ramal Ferroviário, das Oficinas e da Escola Profissionalizante de Cachoeiras de Macacu.

19 possível inferir que a extinção do ramal ferroviário de Cachoeiras de Macacu não teria sido realizada por uma ação exclusiva dos Governos Militares no sentido de erradicar a particular resistência de ferroviários e outros membros da sociedade macacuana ao Golpe. Mesmo se o fosse, os males resultantes acaso teriam sido maiores? Essa erradicação esteve no contexto de uma política nacional, de longo prazo e com substancial incremento, durante da Ditadura. Na erradicação de ferrovias privilegiou-se o transporte rodoviário de cargas e passageiros no argumento, vale frisar, submetido frente a um setor há anos carente de investimentos, modernização e expansão, de que era forçosa a erradicação de trechos deficitários e antieconômicos. De tal volume foi o desmonte do sistema

ferroviário no Brasil, que após o decreto que determinou a extinção dos ramais deficitários, de 1966, cerca de 7.500 quilômetros de trilhos, em todo o Brasil, foram erradicados ou tiveram seu uso encerrado. Tal política, entretanto, se fez de forma descoordenada, com a extinção de ferrovias não acompanhando a implantação das rodovias que se entendia, deveriam imediatamente ser colocadas em lugar dos trilhos. A resultante, o desmantelamento de um sistema ferroviário com base no tecnicismo frio do Regime Militar, inerte em relação às questões sociais e necessidades imediatas das localidades desprovidas de suas ferrovias. Vale também frisar a presença de interesses locais e regionais nessas erradicações, como se pode perceber em indícios que aparecem nas fontes.

Essa ação, de uma erradicação de ferrovias com base num projeto nacional do Regime Militar Brasileiro, em especial a de Macacu, não exclui, portanto, a Cidade das mazelas trazidas pela Ditadura, que se constituíram em desagregação do cotidiano da vida social, a desorganização de uma cultura, o desmonte de uma atividade classista – hoje protagonizada pelos Profissionais da Educação? - e pela desterritorialização de muitos de seus integrantes, inaugurando um hiato na própria identidade de seus habitantes pela demolição de seus signos. Tanto quanto a perseguição a lideranças na área urbana e rural, a Ditadura Militar, através desse projeto político nacional, feriu a fundo muitas centenas de localidades e impactou, de múltiplas formas, a milhões de brasileiros. Ainda não se explicam as razões do silêncio existente na documentação, acerca da própria demolição dos prédios da estação, oficinas e das escolas ferroviárias (SENAI e Escola Primária), vivenciados por certamente perplexos e impotentes cachoeirenses.

Corre-se talvez o risco de anacronismo ao se julgar os contemporâneos daquele momento pelo fato de não se haver cogitado o aproveitamento das estruturas do complexo ferroviário e os seus quilômetros de trilhos, para atividades ligadas ao turismo, mesmo com o fim da atividade ferroviária, naquele momento claramente o substrato de toda uma cultura urbana local. Por outro lado, as análises acerca da condução das políticas governamentais no âmbito do Município e sua reação frente a essa erradicação ainda estão para ser analisadas.

As atuais transformações aceleradas no cenário socioeconômico vivenciadas pelo Município movem a resistência cultural através da eleição, pela sociedade, do seu patrimônio natural como elemento de identidade. Contudo, o período ferroviário ainda é fortemente latente em uma memória local, de forma sublimada.

O espaço deixado livre após a erradicação completa da estrutura física da atividade ferroviária e posteriormente ocupado para utilização em outras atividades, legou ao Centro da Cidade sua total incapacidade em demonstrar ter havido ali um complexo ferroviário de vulto. Se o encerramento dessas atividades ligadas á ferrovia desagregou a ação de uma classe envolvida com a até então matriz de transporte de passageiros e de carga no Brasil, este foi fenômeno que alcançou todo o País, dada a paulatina erradicação das ferrovias, impactando a ação classista dos ferroviários como um todo. Hoje, entretanto, os ferroviários se organizam, embora não mais como funcionários de uma ampla estatal como foi a Rede Ferroviária Federal de outrora. Aos sobreviventes daquele período restou lutar por suas condições de aposentadoria.

Atualmente, ao menos em Macacu, convive-se com os protestos de funcionários e os reclames de usuários dependentes do transporte rodoviário. Aqueles para sobreviver e estes no tocante ao movimento de passageiros ou inadequação das vias e veículos para o transporte de cargas, além dos conflitos relacionados às polêmicas cobranças de pedágio. Os trabalhadores, ao menos em uma das empresas de transporte rodoviário de massa que servem ao Município, convivem com a dupla função em suas jornadas de trabalho, que necessitam ser por vezes muito ampliadas para compensar os baixos salários. Esses trabalhadores por vezes organizam seus justos movimentos de greve por melhores condições de trabalho e salários, os quais, pelo motivo do encerramento momentâneo do serviço de transporte, irremediavelmente arrancam protestos de uma população dependente de uma condição de monopólio empresarial. Situação que suponho ter sido similar quando da ocorrência de greves por parte dos ferroviários de Cachoeiras de Macacu, no mesmo quadro de monopolização do transporte ferroviário. A transferência de um setor para o outro convive com a manutenção da dependência dos cidadãos ao monopólio de transporte. Fenômeno que, no seu período de transição revelou-se caótico, dada a então insuficiência do serviço de transporte rodoviário no atendimento à demanda historicamente atendida por uma ferrovia, ainda que em processo de sucateamento.

Se antes a sociedade conviveu com o monopólio do transporte ferroviário monopolizado pelo Estado, alvo de um deliberado sucateamento que visou sua extinção e de onde se pode inferir a crescente perda da qualidade no atendimento aos usuários desse transporte de passageiros e cargas, hoje os cidadãos enfrentam

situação similar ao depender dos serviços monopolizados por empresas privadas de transporte rodoviário. Como último agravante, o crescimento econômico e a expansão urbana, geram a cada dia uma demanda que exerce vigorosa pressão sobre a organização do atendimento no transporte.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Livros de Ata da Câmara Municipal – 1967 a 1972. Arquivo da Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu – RJ.

NATAL, Jorge Luis Alves. Transporte, ocupação do espaço e desenvolvimento capitalista no Brasil: história e perspectivas. (Tese) Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1991.

O DNEF e suas principais atividades”. Anuário das Estradas de Ferro do Brasil, Rio de Janeiro, 1972. SEDOC/RFFSA

O negócio é falar de trem.” Refesa, Rio de Janeiro, 1972. SEDOC/RFFSA

PAULA, Dilma Andrade de. As ferrovias no Brasil: análise do processo de erradicação de ramais. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UEOP - Brasil. Disponível em <http://www.docutren.com/archivos/aranjuez/pdf/22.pdf>. Acesso em 29.03.14.

Evasão na educação a distância: uma análise do curso de Licenciatura em Geografia no Polo EAD de Nova Friburgo/RJ.

Michele Pereira de Souza¹, Diego Pinto Mazin², Fátima Kzam Damaceno de Lacerda³.

Licencianda em Ciências Biológicas IBRAG/UERJ¹, Licenciando em Geografia IGEOG/UERJ², Professora Adjunta IQ/SR-1/UERJ³.

michelepereiradesouza@yahoo.com.br¹, di-mazin@hotmail.com²,

fatima_kzam@yahoo.com.br³.

Resumo

Este artigo tem como objetivo relatar o trabalho desenvolvido com os estudantes do curso de Licenciatura em Geografia, oferecido no Polo EAD de Nova Friburgo, durante o ano de 2014, a fim de investigar o motivo da evasão e propor ações que possam minimizar o problema. Para tal, foi realizada uma revisão bibliográfica a respeito da evasão nos cursos a distância e um levantamento quantitativo utilizando o sistema acadêmico do CEDERJ. As ações de apoio acadêmico demonstraram ser importantes para evitar a evasão dos estudantes EAD.

Palavras-chave: Evasão, Educação a Distância, Formação de professores.

Abstract

This article discuss the work developed with graduation geography students offered in Polo EAD Nova Friburgo during the year 2014 order to investigate the evasion of and propose actions which can minimize the problem. To this, was realized a bibliographic review about evasion in distance courses and quantitative survey using the CEDERJ's academic system. The actions of academic support were important to avoid evasion of students EAD.

Keywords: Evasion, Distance education, Teacher training.

1. Introdução

A educação a distância (EAD) vem se expandindo cada vez mais, surgindo, segundo Jesus, Sanábio e Mendonça (2013), com uma proposta que se adequa às necessidades da sociedade contemporânea, uma vez que os diversos meios de comunicação, que vem evoluindo com o tempo, possibilitam diferentes modos de interações educacionais. De acordo com Ramos (2014, p. 2198), “é necessário realizar pesquisas que possam mapear o estado da arte sobre os fatores pelos quais os alunos evadem, ou persistem em cursos superiores *online*, visando diminuir as perdas significativas para o sistema educacional.”

Os tipos de tecnologias empregadas na educação a distância são diversos, como relata Pinho Júnior *et al* (2013). Para os autores, o polo de apoio presencial se constitui como uma referência acadêmica para os estudantes EAD, promovendo uma infraestrutura necessária para que os mesmos realizem suas atividades. Neste sentido, podem ser citados: as salas de estudos, os laboratórios de informática com internet banda larga, laboratórios pedagógicos, biblioteca, secretaria e outros. Os alunos possuem ainda o apoio dos tutores presenciais e coordenadores de disciplinas.

Neste contexto, o Polo de Educação a Distância do Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), situado na cidade de Nova Friburgo/RJ, funciona desde 2003, tendo surgido com o curso de Pedagogia para séries iniciais. Atualmente se constitui numa referência na área de formação docente, oferecendo cursos na modalidade semipresencial (PINHO JÚNIOR *et al*, 2013). O curso de Licenciatura em Pedagogia iniciou suas atividades em 2008, o curso de Ciências Biológicas em 2006 e, recentemente, em 2013, o curso de Licenciatura em Geografia, todos diplomados pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Além destes, o referido polo também conta com os cursos de Licenciatura em Letras e Química e o curso de Tecnologia em Segurança Pública, oferecidos por outras universidades.

Além deste apoio presencial, tem-se o apoio a distância no qual os alunos entram em contato com os tutores por meio do telefone 0800 e na plataforma virtual de aprendizagem, onde os mesmos têm acesso a todas as informações de seu curso e também podem entrar em contato com os tutores e coordenadores das disciplinas.

Como relata Pinho Júnior *et al* (2013), além dos cursos de graduação, são oferecidos no Polo EAD de Nova Friburgo:

Cursos de extensão *online*, em várias áreas do conhecimento, para professores das redes públicas e particulares de ensino; um curso (presencial) preparatório para o vestibular, destinado a estudantes de baixa renda - o chamado Pré-Vestibular Social (PVS) - e o curso de Pós-Graduação *Lato sensu*, a distância, em Educação Tecnológica, através do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Dessa forma, consolidam-se as ações de interiorização das universidades públicas que atuam em rede e que têm como objetivo ampliar o acesso ao ensino superior público e de qualidade. (PINHO JÚNIOR *et al* 2013, p. 2).

Nesta linha, pretende-se destacar um problema frequente em muitos polos de educação a distância, que é a alta taxa de evasão dos estudantes. Segundo Espíndola e Lacerda (2013), a evasão é a saída do estudante de seu curso sem concluir o mesmo, sendo que este problema pode comprometer os objetivos da educação a distância, diminuindo a credibilidade desta modalidade de ensino.

Este trabalho possui o objetivo de apresentar os estudos bibliográficos e exploratórios acerca da temática evasão na EAD, realizados por alguns bolsistas do Projeto de Estágio Interno Complementar (EIC) “Estudo dos motivos da evasão nos cursos semipresenciais da UERJ no polo EAD de Nova Friburgo”, com especial atenção ao curso de Licenciatura em Geografia. Neste sentido, são apontadas as ações que vem sendo realizadas para diminuir este problema, destacando-se o processo de acompanhamento dos alunos calouros, as atividades culturais e científicas realizadas no Polo e os diversos projetos desenvolvidos.

7 A evasão na EAD

Oliveira *et al* (2013) afirmam que na educação a distância o aluno se torna corresponsável pelo seu processo de aprendizagem, construindo conhecimentos e desenvolvendo competências, habilidades, atitudes e hábitos relacionados ao estudo e à sua vida, sendo o educador apenas um mediador neste processo, podendo atuar a distância ou presencialmente.

Ramos (2014, p. 2198) explica que “conceitualmente, a evasão é uma decisão tomada pelo estudante de sair, abandonar o curso, que possui causas e origens amplas, que se referem a episódios que estão ou não no controle das instituições educativas.” Este problema é muito frequente nos cursos a distância e pode ser influenciado por

vários fatores (MAIA, MEIRELLES e PELA, 2004). A desistência dos alunos nos cursos a distância chama a atenção, pois o conhecimento sobre suas causas e consequências é muito importante em uma sociedade que busca socializar a educação. (OLIVEIRA, *et al* 2013).

Em trabalhos anteriores, verificou-se que os principais motivos de evasão registrados no Polo EAD de Nova Friburgo para os cursos de Licenciatura em Pedagogia e Ciências Biológicas foram: o ingresso do aluno em outro curso superior, problemas de ordem pessoal, dificuldade de conciliar o trabalho com o curso, dificuldade de adaptação à metodologia semipresencial, desinteresse pelo curso, distância do Polo, dificuldade em algumas disciplinas do curso, dificuldade em interpretar os textos do material impresso e outros. (CORRÊA e LACERDA, 2011; ESPÍNDOLA, 2013; CORRÊA, 2013; ESPÍNDOLA e LACERDA, 2013). Estas pesquisas mostraram que o abandono se concentra nos três períodos iniciais e que o curso com maior índice de evasão é o de Ciências Biológicas. Lacerda (2010 e 2014) já havia discutido sobre a evasão dos estudantes que ingressam através do sistema de cotas no curso de Pedagogia para as séries iniciais.

Devido ao fato do curso de Licenciatura em Geografia ser um curso recente, iniciado no primeiro semestre de 2013, é importante pesquisar sobre o seu histórico de evasão com o objetivo de melhorar ou evitar a amplitude do problema. É importante também que o aluno receba orientação adequada e que não se sinta excluído em seu processo de aprendizagem. Por isso as ações implementadas na EAD e, especialmente no Polo de Nova Friburgo, buscam aumentar a participação dos alunos nas atividades do Polo.

3. Estratégias para diminuição da evasão na EAD

A seguir serão apresentadas as ações que têm sido implementadas com o objetivo de diminuir dos índices de evasão dos estudantes. Algumas destas são realizadas institucionalmente, como as mudanças curriculares e as orientações e acompanhamento dos estudantes calouros. Outras, como as atividades científicas e culturais, os projetos de ensino, pesquisa e extensão e a criação de uma sala específica do curso de Geografia, constituem-se como iniciativas internas do Polo EAD de Nova Friburgo.

3.1 Mudança na grade curricular e inclusão de novas disciplinas no currículo

Nos trabalhos de Corrêa e Lacerda (2011) e Espíndola (2013), os estudantes do curso de Ciências Biológicas do Polo EAD de Nova Friburgo relataram sentir muita dificuldade em algumas disciplinas, como matemática, física e química, e esta dificuldade foi considerada como um dos fatores que os levava a abandonar o curso. Em função desta realidade, que não é específica do referido polo, a grade do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas sofreu diversas mudanças para favorecer a adaptação dos estudantes: disciplinas como “Seminários em Educação a Distância”, “Matemática Básica para Biologia” e “Suplementos de Matemática e Química”, são exemplos de algumas disciplinas incluídas nos primeiros períodos para auxiliar os alunos na adaptação ao curso e minimizar as dificuldades com as disciplinas que farão mais a frente. Dessa maneira, o curso começa com disciplinas mais acessíveis e introdutórias e, ao longo dos períodos, o conteúdo vai sendo aprofundado. Em função destas modificações, propostas pela coordenação do curso e aprovadas internamente pela universidade, o tempo de duração do curso passou de quatro para cinco anos. No curso de Licenciatura em Pedagogia a mudança curricular aconteceu para atender à mudança na proposta de formação de professores com licenciatura plena, em vez de limitar-se somente às séries iniciais (LACERDA, 2014). No caso do curso de Licenciatura em Geografia, alvo deste trabalho, ainda não ocorreram mudanças na proposta curricular, pois o curso iniciou no primeiro semestre de 2013 e, segundo a pesquisa exploratória realizada, os estudantes não relataram a dificuldade com as disciplinas do curso como um fator preponderante para a desistência.

3.2 Orientação e acompanhamento acadêmico dos alunos calouros

A orientação aos calouros, no momento de seu ingresso e durante todo o primeiro período, apresentou-se, de fato, como uma estratégia muito favorável para a permanência dos mesmos no curso. Como estes estudantes, em sua maioria, são oriundos do ensino presencial, necessitam de um apoio para sua adaptação ao método utilizado na educação a distância.

O acompanhamento ocorre da seguinte maneira: no momento da matrícula, o estudante passa por uma entrevista para que se conheça o tempo que este poderá dedicar aos estudos, com a finalidade de orientá-lo com relação ao número de disciplinas mais

adequado para cursar no primeiro período. Nesta ocasião, este conhece o funcionamento do polo, recebe o material didático impresso, se inscreve nas disciplinas e pode tirar suas dúvidas com os tutores coordenadores dos cursos. No sábado que sucede à matrícula ocorre a aula inaugural, onde os alunos de todos os cursos participam de um evento no qual recebem esclarecimentos mais detalhados sobre a metodologia de ensino a distância. Além disso, os alunos calouros conhecem os representantes de seu curso (tutores, coordenadores, diretores, professores e outros), conhecem os alunos veteranos, são orientados em como acessar a plataforma virtual de aprendizagem e como devem proceder com suas atividades durante o semestre.

O acompanhamento dos calouros feito pelos tutores coordenadores dos cursos ocorre durante todo o semestre e, caso o estudante não tenha realizado alguma atividade como, por exemplo, as avaliações a distância e presenciais ou não tenha comparecido às tutorias presenciais obrigatórias, este é então contatado para que ocorra um esclarecimento sobre a sua ausência nas atividades. É feito um questionário sobre os motivos da ausência nas atividades e avaliações, com o intuito de traçar um perfil dos alunos faltosos e as causas para tal fato. Os tutores coordenadores também aconselham os estudantes sobre como agir diante de algumas situações: caso tenham pouco tempo para estudar, são aconselhados a se inscrever em poucas disciplinas, por exemplo, ou caso tenham dificuldades com o conteúdo das matérias, são convidados a comparecer com mais frequência às tutorias presenciais e utilizar a tutoria a distância de forma sistemática.

Este acompanhamento é feito em todos os polos de educação a distância do Consórcio CEDERJ, sendo que no Polo de Nova Friburgo, este processo inclui a atuação dos estudantes bolsistas do Projeto de EIC, sob a supervisão dos tutores coordenadores responsáveis por cada curso. Esta proposta de Estágio Interno Complementar busca que os licenciandos do próprio polo atuem na identificação dos motivos da evasão e que auxiliem na busca de ações que possam reverter este quadro pois, embora a EAD não seja uma novidade, a maior parte dos gestores e docentes envolvidos na formação de professores a distância nunca foram alunos desta modalidade de ensino. Desta forma, a visão dos estudantes dos cursos semipresenciais pode contribuir, não só para integrar os conhecimentos teóricos e práticos de seus próprios cursos, como também as suas competências técnico-científicas, já que, além de professores formados pela EAD, poderão atuar como educadores também na educação a

distância e, certamente, irão se deparar com situações semelhantes em sua prática cotidiana.

3.3 Atividades científicas e culturais

O Polo EAD de Nova Friburgo vem realizando diversas atividades científicas e culturais que envolvem os estudantes com o meio acadêmico, sejam como organizadores ou como ouvintes. Alguns exemplos são: aulas inaugurais, visitas docentes, organização do Dia do Pedagogo, da Semana de Biologia, Semana do Geógrafo, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, realização de oficinas de textos acadêmicos, palestras, mostras de fotografia, rap, sarau, apresentações musicais, visitas guiadas, excursões, atividades no planetário e outras. O Polo possui um Blog (<http://polofriburgo.wordpress.com/>), que já se tornou referência em pesquisa na web, que divulga estas atividades para toda a comunidade, além de auxiliar os estudantes na obtenção de informações diversas. Este Blog funciona como um canal de comunicação entre instituição, estudantes e comunidade e, segundo Pinho Júnior *et al* (2014), além de aumentar a visibilidade do Polo e de suas ações, o Blog também contribui para aumentar o sentimento de pertencimento dos estudantes EAD à universidade e diminuir a evasão.

3.4 Projetos de ensino, pesquisa e extensão

Atualmente, o Polo EAD de Nova Friburgo possui projetos de Iniciação a Docência, Extensão e Estágio Interno Complementar totalizando 25 bolsistas dos três cursos de licenciatura. Estes projetos são imprescindíveis para a inserção dos estudantes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade, promovendo o amadurecimento profissional e intelectual dos mesmos, aumentando seu sentimento de pertencimento à universidade, promovendo sua inserção na produção científica e sua interação com o meio acadêmico. Através desta experiência, várias monografias de final de curso são elaboradas (CORRÊA, 2013; ESPÍNDOLA, 2013; PINHO JÚNIOR, 2014), trabalhos são apresentados em eventos científicos internos e externos (CORRÊA e LACERDA, 2011; PINHO JÚNIOR *et al*, 2013) e artigos publicados em revistas científicas pelos estudantes EAD (ESPÍNDOLA e LACERDA, 2013; PINHO JÚNIOR *et al*, 2014; GITTI *et al*, 2014).

Nas palavras de uma bolsista do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas:

[...] Trabalhando nesse projeto, eu tive a oportunidade de compreender e vivenciar as múltiplas contribuições da universidade para toda a sociedade e, mesmo sendo aluna de um Polo de educação a distância, desenvolver trabalhos de ensino e pesquisa do mesmo modo que os alunos dos cursos presenciais. Esse projeto certamente repercutirá de forma positiva na minha atuação como docente, além de contribuir para o meu desenvolvimento intelectual, profissional e social [...].”

3.5 A Sala de Geografia

A sala de Geografia do Polo EAD de Nova Friburgo foi um projeto desenvolvido no segundo semestre de 2014 por iniciativa da tutora coordenadora do curso e da direção do Polo, contando com o apoio dos estudantes e tutores presenciais e também com as doações de diversos colaboradores (Figura 1). Para tal, foi reformada uma sala que se encontrava ociosa e sem condições de uso, visando construir um espaço que fosse um ponto de congruência de conhecimentos relativos à Geografia e também um local para que estudantes calouros e veteranos pudessem interagir sobre as matérias do curso, sobre a atuação docente e a própria ciência geográfica. Esta sala visa, portanto, ampliar o sentimento de pertencimento à universidade e ao próprio grupo de graduandos. A inauguração foi muito festejada e contou com a participação de um grupo expressivo (Figura 2).



Figura 1: Imagem da Sala de Geografia (acervo pessoal)



Figura 2: Tutores, coordenadores e estudantes reunidos no dia da inauguração (acervo pessoal)

4. Pesquisa e resultados: o curso de Licenciatura em Geografia

Com o objetivo de conhecer a situação dos estudantes do curso de Licenciatura em Geografia do Polo EAD de Nova Friburgo, foi realizada a análise dos dados relativos às quatro primeiras turmas matriculadas neste curso, desde a sua implantação, no primeiro semestre de 2013 (2013/1). Esses dados foram obtidos no sistema acadêmico do CEDERJ e encontram-se apresentados na Tabela 1. Dos 157 alunos matriculados nas quatro turmas analisadas, sete tiveram sua matrícula cancelada, por solicitação e 26 apresentaram matrícula trancada, sendo que apenas dois solicitaram o trancamento de maneira formal. Os outros 24 tiveram suas matrículas trancadas automaticamente por não terem se matriculado em nenhuma disciplina.

Tabela 1: Situação dos estudantes das quatro primeiras turmas do Curso de Licenciatura em Geografia, em janeiro de 2015.

Turma	Número de estudantes ativos	Número de estudantes com matrícula trancada	Número de estudantes com matrícula cancelada	Total
2013/1	23	13	3	39
2013/2	27	9	3	39
2014/1	35	4	1	40
2014/2	39	0	0	39
Todas	124	26	7	157

Para estudar os motivos de evasão, foram realizadas entrevistas, durante o ano de 2014, com estudantes que abandonaram o curso ou que estavam com a matrícula trancada. O contato foi feito por telefone. Durante o primeiro semestre de 2014, foram contatados oito dos estudantes com matrícula trancada automaticamente. Dentre estes, apenas um relatou que não retornaria ao curso, pois havia mudado de cidade e, com isto, ficou com dificuldades para frequentar as tutorias. Relatou também que encontrou dificuldades com a metodologia de ensino a distância. No segundo semestre de 2014 foram contatados 14 estudantes: três que estavam com sua matrícula cancelada e 11 com matrícula trancada automaticamente. Dentre estes últimos, quatro relataram que não pretendiam retornar ao curso e sete declararam que pretendiam voltar a estudar no ano seguinte.

Nas entrevistas os estudantes foram questionados a respeito dos motivos da desistência do curso ou de não terem se inscrito nas disciplinas do semestre; se gostariam de retornar quando possível e se encontraram alguma dificuldade com as disciplinas do curso. A Tabela 2 resume os resultados obtidos através das 22 entrevistas. Alguns alunos relataram mais de um problema, porém foi considerado o problema principal elencado pelos mesmos.

Tabela 2: Resumo das respostas dos estudantes do Curso de Licenciatura em Geografia.

Motivos do afastamento	Frequência de respostas
-------------------------------	--------------------------------

Carga horária de trabalho	5
Cursando outra faculdade ou Pós - graduação	5
Problemas pessoais	4
Dificuldade de adaptação à metodologia EAD	3
Distância do Polo à residência	3
Gravidez	2

Os motivos mais citados foram a dificuldade em conciliar o trabalho com o estudo (carga horária de trabalho) e o ingresso em outro curso superior (cursando outra faculdade ou pós -graduação), corroborando os resultados obtidos por Espíndola e Lacerda (2013). Em contrapartida, não foram relatadas dificuldades com as disciplinas do curso de Licenciatura em Geografia como fator que contribua para a evasão.

A análise do Sistema Acadêmico, no que se refere à situação dos sete estudantes que se desligaram formalmente do curso, confirmou uma situação já relatada por Espíndola (2013): a lei 12089/09, que impede que o aluno tenha mais do que uma matrícula em instituições públicas de ensino superior, é um fator que contribui para a decisão de desligamento do curso. Segundo o autor, isto acontece “[...] porque não há controle sobre os alunos e não é possível impedir que se matriculem livremente em dois cursos. Posteriormente, com medo de perder a matrícula de maior interesse, esses alunos acabam cancelando uma [...]”. De fato, como pode ser observado na Tabela 3, dos sete estudantes que cancelaram a matrícula por solicitação, somente um não declarou o motivo: os outros seis foram aprovados em outro curso de graduação e precisaram, necessariamente, fazer uma escolha:

É Estudante 1 com dupla matrícula em universidade pública;

É Estudante 3 aprovada em outra universidade;

É Estudante 4 aprovado no Programa Universidade para Todos (Prouni), um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal, que concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior;

É Estudantes 5, 6 e 7 que solicitaram cancelamento de matrícula pois haviam passado no vestibular do CEDERJ para outro curso e portanto, assinaram um termo de opção cancelando sua matrícula no curso de Geografia.

Tabela 3: Situação dos estudantes que solicitaram cancelamento de matrícula.

Estudante	Entrada	Solicitação de desligamento	Cursou alguma disciplina?	Motivo do cancelamento
1	2013/1	2013/2	Sim, mas não chegou a fazer todas as provas.	Dupla matrícula
2	2013/2	2014/1	Sim, mas faltou a última prova de todas as disciplinas.	Não declarado
3	2013/2	2013/2	Sim, com aprovação.	Aprovada em outra universidade.
4	2013/2	2014/1	Sim, cursou algumas disciplinas.	Prouni
5	2013/1	2014/1	Cursou só uma disciplina no 1º semestre	Termo de opção
6	2014/1	2014/2	Não.	Termo de opção
7	2013/1	2014/2	Começou a cursar, mas abandonou.	Termo de opção

Nestes casos, o afastamento formal aconteceu, geralmente, no semestre seguinte ao de entrada (estudantes 1, 2, 4, 6), sendo que a estudante 3 cancelou a matrícula no mesmo semestre do seu ingresso. Apenas a estudante 6 não chegou a cursar nenhuma disciplina.

Considerando os dados que se apresentam na Tabela 1, podemos dizer que, apesar do pequeno número de estudantes evadidos formalmente no curso de

Licenciatura em Geografia (apenas sete estudantes), deve-se levar em conta que os 24

estudantes que não se matricularam em disciplinas se constituem como possíveis candidatos ao abandono. Esta situação é especialmente delicada nas duas primeiras turmas (2013/1 e 2013/2). No entanto, verificou-se que todos os estudantes da quarta turma do curso (2014/2) fizeram inscrição em disciplinas no segundo período. Isto nos leva a crer que o acompanhamento dos estudantes calouros vem dando resultados positivos.

Considerações finais

Através das entrevistas com alunos que abandonaram o curso, o acompanhamento dos calouros e a análise bibliográfica sobre a evasão no Polo EAD de Nova Friburgo, verificou-se que os motivos de evasão são bastante parecidos para os diferentes cursos de Licenciatura em Pedagogia, Ciências Biológicas e Geografia. Os alunos entrevistados alegaram sua ausência nas atividades por motivos pessoais, como dificuldade de conciliar o trabalho com o estudo, distância do Polo, outra graduação e outros. Não relataram nenhuma dificuldade com as disciplinas do curso de Geografia.

O curso com maior índice de evasão no Polo EAD de Nova Friburgo é o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, o curso de Licenciatura em Pedagogia apresenta uma evasão menor e o curso de Licenciatura em Geografia, por ser um curso recente, possui um baixo índice de evasão: de 157 estudantes matriculados nos quatro primeiros períodos, sete solicitaram desligamento, 24 não se inscreveram em nenhuma disciplina (trancamento automático) e dois solicitaram formalmente o trancamento de matrícula. Um número expressivo de estudantes com trancamento automático está concentrado nas duas primeiras turmas.

O Polo EAD de Nova Friburgo possui diversas ações que contribuem para a diminuição da evasão dos seus cursos. As atividades culturais, científicas, e os projetos desenvolvidos no Polo influenciam de forma significativa a participação dos estudantes e sua interação com seus colegas de curso e com a universidade como um todo. Esta integração torna o aluno incluso no ambiente acadêmico e confiante em sua permanência no curso.

O acompanhamento dos alunos calouros auxilia os mesmos na adaptação à metodologia EAD e incentiva sua participação nas atividades solicitadas. Portanto, as ações de apoio acadêmico demonstraram ser importantes para evitar a evasão dos estudantes EAD.

Referências:

CORRÊA, P.S. *Evasão na educação a distância : o caso do curso de licenciatura em pedagogia do Polo EAD de Nova Friburgo*. 2013. 53 p. Monografia – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CORRÊA, P.S.; LACERDA, F.K.D. EAD e evasão no polo de Nova Friburgo: identificando causas e propondo soluções. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA*, 8., 2011, Ouro Preto, MG. Anais do VIII ESUD. Ouro Preto: UniRede, 2011. CD-ROM, 11p.

ESPÍNDOLA, R.M. *Evasão na educação a distância : o caso do curso de licenciatura em ciências biológicas do Polo EAD de Nova Friburgo*. 2013. 62 f. Monografia – IBRAG, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ESPÍNDOLA, R.M.; LACERDA, F.K.D. Evasão na Educação a Distância: um estudo de caso. *Revista EAD em foco*. Fundação CECIERJ, v. 3, n. 1, dezembro de 2013, p. 96 - 108. 2013. Disponível em: <<http://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/174/45>>. Acesso em: 02 maio 2014.

GITTI, V.L; SOUZA, M.P; DIAS, A.P.M.; LACERDA, F.K.D. Aprendendo com os microrganismos: uma proposta prática. *Revista Ensino, Saúde e Ambiente*, v.7, n. 1, Edição Especial, maio de 2014, 10 p. Disponível em: <<file:///C:/Users/ANDRLA~1/AppData/Local/Temp/215-726-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

JESUS, D. P.; SANABIO, M. T.; MENDONÇA, R. S . Pensando a Avaliação Institucional no ensino superior: Desafios e perspectivas para adequação a um curso a distância. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA*, 10., 2013, Belém, PA. Anais do X ESUD. Belém: UniRede, 2013. CD -ROM, 15p.

LACERDA, F.K.D. Ações afirmativas e EAD: um estudo de caso. *Revista Tessituras*, v. 2, n. 2, novembro de 2010, 2010b. 18p. Disponível em: <www.revistatessituras.com.br>. Acesso em: 20 ago. 2013.

LACERDA, F.K.D. O sistema de cotas na educação superior a distância: relato de um caso. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA* , 11., 2014, Florianópolis, SC. Anais do XI ESUD. Florianópolis: UniRede, 2014. CD -ROM, p. 1007-1017

MAIA, M. C.; MEIRELLES, F. S.; PELA, S. K. *Análise dos Índices de evasão nos cursos superiores a distância no Brasil*. Congresso ABED. Abril, 2004. 11p. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2004/por/pdf/073-TC-C2.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

OLIVEIRA, M.C.P.; Rocha, C.M.; Oliveira, G.J.; Carvalho, M.A.S.; Carvalho, M.S.; Sousa, S.B. Evasão no Curso de licenciatura em ciências Biológicas modalidade a distância, UFPI. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA* , 10., 2013, Belém, PA. Anais do X ESUD. Belém: UniRede, 2013. CD - ROM, 15p.

PINHO JUNIOR, S. R. 2014. *O uso do blog na educação: o caso do blog do Polo EAD de Nova Friburgo*. 52 f. Monografia – IBRAG, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PINHO JUNIOR, S. R.; OLIVEIRA, A. N.; ASSIS, P. S.; LACERDA, F. K. D. A EAD Expandindo as fronteiras da universidade: o blog em questão. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA* , 10., 2013, Belém, PA. Anais do X ESUD. Belém: UniRede, 2013. CD-ROM, 13p. Disponível em: <<http://www.aedi.ufpa.br/esud/trabalhos/oral/AT2/114269.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

PINHO JÚNIOR, S. R.; OLIVEIRA, A. N. ; ASSIS, P. S.; LACERDA, F. K. D. A extensão universitária em um polo de educação a distância: o caso de Nova Friburgo/RJ . *Revista EAD em foco*, Fundação CECIERJ, v. 4, n. 1, p. 100 -111, 2014. Disponível em: <<http://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/193/50>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

RAMOS, W. M. Fatores de Evasão e Persistência em Cursos Online. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA* , 11., 2014, Florianópolis, SC. Anais do XI ESUD. Florianópolis: UniRede, 2014. CD -ROM, p. 2197-2211.

Entrevista com Daniel Mandur Thomaz – 23/12/2014

Revista Tessituras: Gostaríamos que você iniciasse narrando a sua trajetória acadêmica.

Daniel Thomaz: Graduei-me em História na UERJ onde também estudei um pouco de Jornalismo. Na mesma instituição fiz mestrado em história política. Trabalhei no Laboratório de Estudos sobre Diferenças e Desigualdades Sociais (LEDDES-UERJ). Atuei no conselho editorial da Revista Diálogos da Pós-Graduação da UERJ e na revista Transversos do LEDDES. Paralelo a minha atividade acadêmica também desenvolvi um trabalho ligado à literatura, o que resultou em um livro de contos publicado em 2010. Em 2012 vim para a Holanda trabalhar em um projeto sobre como referências históricas apareciam na arte e na literatura durante o processo de transição democrática, pensando como identidade nacional e memória eram trabalhadas no âmbito da Arte e da Literatura. Aqui sou vinculado ao instituto de análises e investigação cultural da universidade de Utrecht. Na Holanda, eu comecei dando aulas de Português para adultos e, depois, passei a fazer traduções e a alfabetizar turmas de crianças em Português. Por conta dessas experiências fui contratado pela universidade de Leiden para fazer tutoriais, depois para trabalhar como professor assistente (*Teaching Assistant*) em aulas de Português e de Cultura brasileira para alunos do curso de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Leiden. Acabo de passar em um concurso para o Departamento de História, serei professor (*Lecturer*) de História do Brasil. Além disso, sou diretor cultural da APEBH, Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros na Holanda. Nesse ano estamos organizando o 4º Congresso Europeu de pesquisadores brasileiros. Como sou um pouco workaholic, também contribuo com regularidade para a imprensa, publicando textos na Revista Fórum e na Carta Maior.

RT: Quais as diferenças entre a vida acadêmica no Brasil e na Europa?

Acho a universidade aqui muito mais interdisciplinar. É interessante também o fato de que o Doutorado aqui não tem créditos. Você pode até cursar disciplinas, mas não é obrigatório. Isso é bom porque o doutorado não é visto como um curso de formação, aqui você se forma até o mestrado, depois do mestrado se pressupõe que o indivíduo domine seu ofício. Então, no doutorado você é considerado um profissional que está desenvolvendo sua tese. Por vezes, a universidade oferece cursos para ensinar pós-graduandos matérias extracurriculares. Quando cheguei aqui, por exemplo, a universidade de Utrecht me ofereceu a possibilidade de passar dois dias em um sítio no interior com outros pesquisadores. A ideia era ensinar técnicas de

planejamento e organização. Como você pode imaginar, os holandeses são obcecados por metas, disciplina e planejamento.

RT: Como funcionam as bibliotecas da universidade em que você está trabalhando e qual o acesso a livros em Língua Portuguesa nesses espaços?

Em Leiden, quando se quer um livro que a biblioteca não possui, você pode preencher um pedido e eles compram o livro rapidamente. É bastante eficiente. A biblioteca de Utrecht também é muito boa, tem um acervo impressionante. Os livros aqui não são baratos, então a preocupação em atender aos pedidos faz com que o acervo esteja sempre atualizado. Os alunos usam realmente o espaço da biblioteca. A estrutura física é impressionante... quando entrei na biblioteca de Leiden pela primeira vez me assustei, parecia uma nave espacial (risos). Para a retirada de livros eles têm um catálogo online, você escolhe os títulos e na saída, ao passar o seu cartão, uma máquina te informa em qual escaninho estão os livros solicitados. Para devolver os títulos, o aluno coloca o livro em uma esteira e ele é reconhecido pelo sistema: o livro está devolvido. No Brasil, além do problema da infraestrutura, temos problemas sérios que dizem respeito à própria publicação e ao mercado editorial.

RT: Vamos por esse caminho.

O processo de publicação de livros no Brasil é problemático. Digo isso tendo em mente, sobretudo, questões teóricas que estão em fermentação no âmbito universitário, os debates intelectuais mais interessantes demoram a chegar, temos contato com as discussões que acontecem em outros países com muito atraso. Isso ocorre porque os teóricos e intelectuais brasileiros possuem um espaço muito minguado no âmbito internacional, o que eu espero que mude logo. Temos uma cultura universitária muito tímida e marcada por uma relação ainda colonial, do ponto de vista epistemológico, como outros países, como EUA, França e Alemanha. O Walter Dignolo, por exemplo, chama isso de “geopolítica do conhecimento”. As ideias são permeadas por relações de poder (como mostrou Foucault), e o pensamento moderno, a filosofia e os sistemas teóricos modernos, se constituíram também durante os processos de colonização engendrados durante a era moderna. A filosofia europeia, os teóricos continentais tão queridos em nossas universidades, trazem embutido em seus pensamentos muito dessa “colonialidade”. Somos reféns disso mas também perpetradores, já que seguimos reproduzindo e papagaiando filósofos franceses e alemães sem buscarmos de forma mais sistemática um pensamento próprio, algo novo e que parta de nossas próprias experiências históricas, algo como o que um camarada

brilhante como o Boaventura de Sousa Santos chama de “epistemologias do sul”. O Brasil não tem uma tradição teórica própria, mas agora existem grupos tentando pensar isso. De qualquer forma, o que se discute hoje na academia são os autores europeus e norte americanos. Em 2011, antes de sair do Brasil, via alunos e professores nos corredores das universidades discutindo acaloradamente e produzindo uma polarização entre marxismo e pós-estruturalismo, algo que em outros países não é mais uma questão desde os anos 90. Isso acontece por vários fatores. Como disse, ainda somos muito marcados por certa colonialidade teórica, somos incentivados a reproduzir sistematicamente teorias européias, sem criarmos algo nosso. Bom, claro, há a barreira idiomática e, além disso, um mercado editorial muito fraco em termos de tradução e circulação de livros interessantes, e então temos essa grande lacuna em relação ao que se discute lá fora.

RT: Como funciona a dinâmica dos debates e publicações acadêmicas na Europa?

Bom, as ideias que fermentam nas conferências e no âmbito das revistas e jornais especializados, quando produzem impacto no debate teórico, abrem novos caminhos para se pensar e se problematizar questões importantes. Quando um novo conceito, ou uma ideia emerge e se estabelece como algo relevante, capaz de abrir novas trilhas, geralmente aparece primeiro em forma de artigo e de apresentação em conferências, para depois ser sintetizado e sistematizado em forma de livro. Em geral, quando causa impacto, esse livro passa a ser discutido nos programas de mestrado e doutorado das universidades. Após todo esse percurso é que essas ideias penetram no campo do ensino universitário. Bom, só depois de todo esse processo de penetração e circulação é que livros considerados relevantes começam a ser traduzidos.

RT: E a questão da Língua?

Claro, no Brasil existe o problema da diferença linguística, mas também um problema nas políticas de tradução. Infelizmente, o Brasil não tem uma política efetiva de ensino de línguas estrangeiras nas escolas, o que impede que você exija dos alunos de graduação que eles leiam em várias línguas. Além disso, não temos uma ampla política de tradução, de maneira que uma questão que está impactando debates internacionais demora um pouco mais a chegar ao Brasil, temos um atraso de alguns anos, isso nos atrapalha porque quando entramos no debate, ele já esfriou, está velho, caducando. Assim, muita gente começa a discutir veementemente questões que não são mais problemas em outros lugares. Tem gente no Brasil que começou agora a ler teoria pós-colonial. Por conta de uma série de contradições e problemas epistêmicos e políticos,

há teóricos que decretam o fim da teoria pós-colonial desde o início dos anos 2000. Não se trata de seguir modismos ou tendências teóricas, isso é bobagem, precisamos pensar nossas próprias questões, mas, para isso, dialogar com o que se faz lá fora de maneira desierarquisada é importante, isso inclui ter um acesso mais rápido aos debates internacionais.

RT: Na sua visão, quais as consequências disso?

A nossa contribuição teórica é marcada por essa posição periférica. Na maioria das vezes utilizamos conceitos que foram forjados para pensar o mundo a partir da realidade europeia, o que representa uma subalternidade teórica. Quando a gente chega ao coração da questão, já passou. Existem duas formas de enfrentar isso, uma política editorial efetiva ajudaria muito; outra coisa crucial é necessidade de desconstruir essa posição a partir de um debate descolonial. A teoria, a filosofia e a epistemologia partem também de um processo de hierarquização. A epistemologia é fruto de um regime de poder que tem seu aspecto geopolítico. Agora é o seguinte, ou a gente começa a produzir a nossa epistemologia usando uma agenda teórica própria para a produção de uma epistemologia local, com ferramentas para pensar o mundo criadas a partir de nossas particularidades, de nossas idiosincrasias, ou ficaremos para sempre reféns dessa colonialidade dos saberes. Precisamos de teorias que pensem o mundo a partir da nossa perspectiva. Ou a gente começa a lidar com isso e a enfrentar essa questão, ou vamos continuar em uma situação periférica no campo teórico.

RT: Como discutir essas questões diante de uma perspectiva produtivista do campo acadêmico brasileiro?

Isso é realmente um problema. Muitas vezes o indivíduo prefere publicar 10 artigos inconclusivos a um trabalho consistente. Isto quer dizer, 10 trabalhos inconclusivos valem mais. O ideal seria que as avaliações fossem qualitativas, ou seja, um artigo bom vale mais que um artigo ruim, mas isso também é problemático: quem vai avaliar isso? De que forma? Há o critério do Qualis, se você publicar em uma revista conceituada o seu artigo tem mais relevância... mas há críticas ao Qualis também. Há quem diga que estão burocratizando demais o pensamento. É preciso cautela. Mas isso não é um problema só do Brasil; também acontece pelo mundo a fora, a diferença é que no Brasil existe uma política de financiamento para a produção intelectual acadêmica. Podemos criticar a política pública brasileira de educação e seus critérios, mas existe financiamento no país, imagino que no Brasil exista mais financiamento público do que na Europa, na área das ciências humanas, sem dúvida. Não existe universidade na Holanda

que tenha 10 ou 15 bolsas de doutorado por ano, no Brasil todo ano os programas recebem 10, 15 bolsas de doutorado. No ano passado, em Leiden foi aberto o concurso para quatro bolsas para todo o instituto de línguas e literaturas.

RT: Relate um pouco das suas experiências como professor no Brasil e na Holanda.

As diferenças são grandes. A infraestrutura aqui dá ao aluno e ao professor condições muito melhores. Mas claro, também há problemas. Sobretudo, a reboque da crise de 2008, as coisas ficaram mais difíceis nas universidades europeias: cortes de verba são uma constante. A retórica que se construiu sobre a crise, a ideia de austeridade econômica como única saída tem, como você pode imaginar, implicações políticas muito ruins: os conservadores e a direita em geral fazem uso da crise para implementar medidas liberalizantes e para desconstruir o estado de bem-estar social criado no pós-segunda guerra mundial. Na Holanda, se protesta atualmente sobre isso.

Mas como disse, em termos de infraestrutura, as universidades daqui oferecem coisas maravilhosas para o processo de ensino. Um pequeno exemplo: no Brasil é muito difícil evitar que um aluno faça seus trabalhos copiando e colando da internet, a não ser que você, trabalho por trabalho, recorte e cole trechos e coloque no Google para saber a procedência, o que gera dificuldades e um enorme gasto de tempo. As universidades na Holanda possuem um programa para isso, os alunos fazem o upload do trabalho e este programa lê o documento e diz quanto do trabalho foi copiado da internet. Se for o caso de plágio, o aluno pode ser processado.

RT: E a respeito da estrutura dos laboratórios de pesquisa e da própria organização da vida universitária na Holanda.

A tradição acadêmica da Holanda deve muito à tradição anglo-saxônica. As pessoas se agrupam por eixos temáticos, ou em estudos por áreas. Por exemplo, no caso dos Estudos Latino-Americanos, o que se tem é algo verdadeiramente interdisciplinar, com a presença de historiadores, antropólogos, cientistas políticos, linguistas e estudiosos de literatura e arte. Gente pesquisando a partir de perspectivas diferentes sobre o mesmo tema e assim, trocando informações e muitas vezes se movendo entre barreiras disciplinares. Isso é muito saudável. O mundo não está dividido em disciplinas, por isso, precisamos pensar o mundo para além dessas divisões. Há muitos eventos assim também. Lembro de uma conferência muito interessante na Universidade de Liverpool, o evento era sobre América Latina, então tínhamos painéis que agrupavam psicanalistas, historiadores, teóricos da arte, sociólogos, enfim, gente diferente pensando temas comuns. Os próprios institutos de pesquisa tendem a ser também temáticos,

assim agrupam gente com formação diferente que trabalha com questões próximas, furando essas barreiras disciplinares. Precisamos ser mais indisciplinados, ou melhor, mais indisciplinados (risos).

RT: E no Brasil...

No Brasil as pessoas se protegem muito. É importante a gente dar uma implodida nessas fronteiras, o mundo não está com fronteiras disciplinares. Isso é um particularismo da pior qualidade. Quando você vê um sujeito sendo atropelado na rua, você não separa a trajetória do corpo, fazendo um cálculo físico, das reações bioquímicas. Pô, o cara foi atropelado, tá lá gemendo, agonizando no chão, você não vai fazer uma separação, isso aqui é física, não, isso aqui é biologia, bioquímica, não, vamos traçar um gráfico matemático, o cara tá lá sofrendo, agonizando, não é? Os historiadores gostam muito de pular a cerca dos outros, de ir às ciências sociais, de ir à teoria literária, precisamos institucionalizar isso. Criar e reforçar institutos de pesquisa interdisciplinares, interdepartamentais. Outra coisa é a necessidade de maior participação em questões públicas. Precisamos resgatar a ideia do intelectual público, aquele que pensa os problemas que afetam a sociedade. Eu acho que os historiadores deveriam falar mais para a sociedade, ir mais ao embate com a sociedade, se não fizerem isso vão continuar tendo obras de divulgação da história escritas por jornalistas. A gente não faz, eles fazem.

RT: o quê você poderia falar a respeito dos livros que pretendem levar a história ao grande público?

O texto do historiador vem carregado do jargão acadêmico característico do seu ofício, é por isso que a maior parte dos livros de divulgação histórica é escrito por jornalistas. Agora é preciso atentar para a diferença entre uma dissertação de mestrado, uma tese de doutorado e um livro. Eu gostaria de ver mais historiadores escrevendo obras de divulgação, mas isso exige talento. Encontrar um historiador que tenha bons métodos aliados a uma boa capacidade de escrita é difícil. Você encontra isso em Carlo Guinzburg, no Hobsbawm. No Brasil você tem a Mary del Priore, que tem livros de ampla divulgação muito interessantes, o Chalhoub e a Lilia Schwarcz também escrevem muito bem. Infelizmente, da universidade ainda emana algum preconceito com os livros voltados para o grande público, que são chamados de “vulgarização”. Isso é uma bobagem. Precisamos pensar o mundo e escrever não apenas para outros intelectuais, precisamos escrever para a sociedade. Essa ideia é básica, simples, mas ainda enfrenta resistência entre conservadores.